

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA
MESTRADO EM DEMOGRAFIA**

**Redes Sociais, Capital Social e Mobilidade Residencial
Intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada
Santista**

TIAGO AUGUSTO DA CUNHA

Fevereiro/2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecária: Maria Silvia Holloway – CRB 2289**

C914r

**Cunha, Tiago Augusto da
Redes sociais, capital social e mobilidade residencial
intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada
Santista / Tiago Augusto da Cunha. -- Campinas, SP : [s. n.],
2010.**

**Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Redes sociais. 2. Capital social (Sociologia).
3. Mobilidade residencial. 4. Baixada Santista (SP) I. Cunha,
José Marcos Pinto da. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Social networks, social capital and intra-metropolitan residential
mobility: the case of the Baixada Santista Metropolitan Area.**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Social networks
Social capital (Sociology)
Residential mobility
Baixada Santista (SP)**

Área de Concentração: Demografia, Distribuição espacial urbana e migração

Titulação: Mestre em Demografia

**Banca examinadora: José Marcos Pinto da Cunha , Rosana Baeninger,
Eduardo Cesar Leão Marques**

Data da defesa: 25-02-2010

Programa de Pós-Graduação: Demografia

TIAGO AUGUSTO DA CUNHA

**Redes Sociais, Capital Social e Mobilidade Residencial
Intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada
Santista**



Este exemplar corresponde à redação
Final da Dissertação/Tese defendida e
aprovada pela Comissão julgadora em

25 / 02 / 2010

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Demografia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação do Prof.
Dr. José Marcos Pinto da Cunha, como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Mestre em Demografia.

Banca Examinadora:

\ Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (orientador)

\ Profa. Dra. Rosana Baeninger

\ Prof. Dr. Eduardo Cesar Leão Marques

Suplentes:

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

Prof. Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob

*Com todo carinho dedico esta pequena obra
a dois grandes corações, aos meus pais, José
e Teresa.*

AGRADECIMENTOS

É indescritível, ao mesmo tempo doce e talvez tranqüilizante, o sentimento de lembrar todos aqueles que de alguma forma contribuíram, diretamente ou indiretamente, para a elaboração desse trabalho.

Foram tantos; tantas instituições, tais como o próprio NEPO e o IFCH que me deram um voto de confiança ao aceitar um simples arquiteto no programa de pós-graduação, e tantos também foram os personagens desta teia.

Creio que chegou minha hora de traçar minimamente a rede que contribuiu para este fim. Peço desculpas, no entanto, por possíveis esquecimentos, já que foram muitos aqueles que me estenderam a mão ao longo do percurso.

Agradeço o apoio financeiro fornecido pelo CNPq por intermédio de sua bolsa de pesquisa ao programa de demografia.

Os meus sinceros agradecimentos também a Rodrigo David, antigo colega de trabalho, por tantas vezes compreender, ajudar e apoiar este empreendimento.

Especiais agradecimentos a amigos conquistados mais recentemente dentro da própria instituição na qual esta dissertação foi elaborada. Ao Prof. Dr. Alberto Jakob por sua incrível e insuperável paciência para com este que vos escreve, bem como à bibliotecária Adriana Fernandes por seu imenso comprometimento, auxílio e tranqüilidade nos meus momentos de maior ansiedade.

A todos os meus colegas, ou melhor, amigos, ou melhor ainda, grandes amigos ingressantes da mesma turma de demógrafos, Henrique, Carol, César, Sofia, Iara, Paulo, Mônica, Mariana, Daniel, Ricardo Dagnino, Ricardo Dantas, Diomário, etc..

Também não poderia me esquecer de todos os professores do curso, mas especialmente da Profa. Dra. Rosana Baeninger. Foi após sua disciplina sobre metodologia que uma cortina de fumaça se dissipou de minha vista e mente e assim tive um pequeno relance do que a demografia e a pesquisa podem ser.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Marcos, por sua ajuda, auxílio, confiança, mas principalmente incentivo e entusiasmo. Meu especial obrigado a este que considero um grande amigo.

Meus agradecimentos a Stephanie Scherer, minha noiva, pela imensa compreensão que dispunha para comigo nos momentos mais difíceis.

E, por fim, aos meus pais que sempre me apoiaram, incondicionalmente, em todos os momentos.

A todos, enfim, o meu muitíssimo obrigado.

RESUMO

Diversos estudos reconhecem a importância dos movimentos migratórios nos processos de redistribuição espacial da população e expansão socioespacial das grandes aglomerações urbanas, em especial aquelas de caráter metropolitano. No caso brasileiro, a mobilidade espacial da população tem sido analisada, sobretudo a partir da consideração dos elementos estruturais que a condicionam e das principais motivações que levam a tais deslocamentos. No entanto, ainda muito pouco foi dito sobre as relações entre a migração de mais curta distância e as redes sociais, ou a aquisição ou perda de capital social. A noção de redes sociais tem sido utilizada desde o início da década de 60, enquanto que a noção de capital social é comparativamente mais recente, tendo sido utilizada e desenvolvida muito mais a partir da década de 80. No entanto, em ambos os casos, a utilização é muito mais freqüente em estudos sobre migração internacional, deixando, portanto, uma importante lacuna no caso dos movimentos migratórios internos, principalmente aqueles de curta distância, como são os intrametropolitanos. O objetivo deste trabalho é contribuir para o preenchimento dessa lacuna. Para tanto, é realizado um estudo para a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) com base nos dados provenientes de uma pesquisa domiciliar realizada em 2007 que, além de grande detalhamento da mobilidade da população na região, também levanta informações interessantes para se analisar vários elementos relativos à atuação das redes sociais no processo migratório, assim como algumas formas de capital social de que dispõe as pessoas e famílias na metrópole. Os resultados não apenas reforçam a importância da migração no crescimento demográfico e expansão territorial da RMBS, mas também a importância das redes sociais no comportamento do fenômeno. Também fica claro que os movimentos migratórios, particularmente os intrametropolitanos impactam não apenas a quantidade como a qualidade do capital social dos indivíduos e famílias.

ABSTRACT

Several studies recognize the importance of migration in the processes of spatial redistribution of population and socio-spatial expansion of major cities, especially those with metropolitan character. In Brazil, the geographical mobility of the population has been analyzed both from the consideration of the structural elements and main motivations that lead to such movements. However, very little has been said about the relationship between the short distance migration and social networks and social capital. The concept of social networks has been used since the early 60's, while the notion of social capital is comparatively recent, having been used and developed more from the 80's. However, in both cases, the use is more common in studies on international migration, and therefore leaves an important gap in the case of internal migration, especially those of short-distance, as intrametropolitan migration. The objective of this work is to contribute to filling this gap. In order to do that, we conducted a study for the Metropolitan Area of Baixada Santista (MABS), based on data from a survey conducted in 2007. This data base give us fine detail on population mobility in the region and raises some interesting information to analyze elements relating to the impact of social networks in the migration process, as well as some forms of social capital available to individuals and families. The results not only reinforced the importance of migration in the demographic growth and territorial expansion of RMBS, but also the impact of social networks on the phenomenon. It was also clear that migration, particularly the intrametropolitan migration, impacts the quantity and quality of social capital available for individuals and families.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	5
1.1. Discussão Sobre o Recorte Espacial: A METRÓPOLE	5
1.2. Perspectivas e Referenciais Teóricos	10
1.2.1. Redes Sociais	112
1.2.2. Capital Social	19
1.3. Redes Sociais e Capital Social: Uma Análise Macro ou Micro-Estrutural?	27
1.4. As Possíveis Relações entre Mobilidade Intrametropolitana, Redes Sociais e Capital Social	31
CAPÍTULO 2	35
1.5. Caracterização e Contextualização da Região Metropolitana da Baixada Santista	35
1.5.1. Informações e Aspectos Gerais da RMBS	35
1.5.2. Aspectos Físico-Territoriais e seus Desdobramentos Demográficos	44
1.5.3. Aspectos Gerais da Mobilidade na RMBS	49
1.5.4. Motivações da Migração	52
CAPÍTULO 3	59
1.6. Aspectos Sociodemográficos dos Migrantes e suas Redes Sociais	59
1.7. Redes Sociais como um dos Condicionantes da Mobilidade Residencial Intrametropolitana	69
1.8. Distinções entre as Motivações que levaram à mobilidade em Diferentes Níveis Territoriais: Região, Município e Bairro	79
1.9. As Possíveis Formas de Vinculação e suas Relações com a Mobilidade Intrametropolitana	89
1.10. As Possíveis Relações entre Capital Social e Mobilidade Intrametropolitana	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	115
ANEXO 1 – COMENTÁRIOS SOBRE OS MATERIAIS	121

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 – Principais Estradas e Rodovias - RMBS, 2007	39
Figura 2 – Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento Populacional - RMBS, 1950 – 2000	48
Figura 3 – Localização das Zonas de Vulnerabilidade - RMBS, 2007	122
Gráfico 1 – Responsáveis por Domicílios Urbanos Migrantes Segundo Município de Residência Anterior - RMBS, 2007	50
Gráfico 2 - Migrantes Responsáveis por Domicílios Urbanos Segundo Principais Motivos da Escolha da Região e do Município - Baixada Santista, 2007	55
Gráfico 3 - Migrantes Responsáveis por Domicílios Urbanos Segundo Principais Motivos da Saída do Município Anterior - RMBS, 2007	57
Gráfico 4 – Responsáveis por Domicílios Urbanos, por Condição Migratória e Tempo de Residência Segundo Percepção sobre as Possibilidades de Contar com Ajuda de Parentes depois da Mudança de Município - RMBS, 2007	102
Gráfico 5 – Possíveis Fontes de Recursos – Ajuda Para Cuidar das Crianças x Ajuda para Cuidar de Enfermos/Idosos – Primeira Fonte – Responsáveis por Domicílios Urbanos - RMBS, 2007	1066
Tabela 1 – População Presente e Residente por Municípios - RMBS, 1950-2000	45
Tabela 2 – Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento Populacional - RMBS, 1950 – 2000	47
Tabela 3 – Responsáveis por Domicílios Urbanos Segundo Número de Mudanças Intra-Municipais - RMBS, 2007	522
Tabela 4 – População Urbana Maior de 14 Anos que Trabalha ou Estudo em Município Diferente daquele de Residência - RMBS, 2007	53
Tabela 5 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Escolaridade - RMBS, 2007	63
Tabela 6 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Escolaridade - RMBS, 2007	63
Tabela 7 – Responsáveis pelo Domicílio por Escolaridade, Segundo Fontes de Informações sobre a Região - RMBS, 2007	64
Tabela 8 – Responsáveis pelo Domicílio por Escolaridade, Segundo as Motivações da Migração - RMBS, 2007	65
Tabela 9 – Responsáveis pelo Domicílio por Escolaridade, Segundo Vínculos Empregatícios Prévios - RMBS, 2007	65
Tabela 10 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes para Arrumar Trabalho - RMBS, 2007	666
Tabela 11 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fonte para Tomar Dinheiro Emprestado - RMBS, 2007	69

Tabela 12 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fonte para Tomar Dinheiro Emprestado - RMBS, 2007	71
Tabela 13 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Tempo de Residência no Município - RMBS, 2007	72
Tabela 14 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fonte de Ajuda/Informações para Conseguir Trabalho - RMBS, 2007	73
Tabela 15 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Ajuda/Informações para Conseguir Trabalho - RMBS, 2007	75
Tabela 16 – Responsáveis pelo Domicílio por Tipo de Residência/Moradia na Chegada a Região, Segundo Tempo de Residência - RMBS, 2007	76
Tabela 17 – Responsáveis pelo Domicílio – Condição Migratória e Tempo de Residência – por Tipo de Residência/Moradia na Chegada a Região, Segundo Vínculos Empregatícios Prévios - RMBS, 2007	77
Tabela 18 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Recorte Territorial, Segundo Tipo de Residência/Moradia - RMBS, 2007	80
Tabela 19 – Responsáveis pelo Domicílio Segundo Condição Migratória, Tempo de Residência e Recorte Territorial, Segundo Local de Residência/Moradia - RMBS, 2007	81
Tabela 20 – Responsáveis pelo Domicílio Segundo Condição Migratória, Modalidade da Migração e Recorte Territorial, Segundo Local de Residência/Moradia - RMBS, 2007	82
Tabela 21 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Situação do Bairro Anterior - RMBS, 2000	84
Tabela 22 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Situação do Bairro Anterior - RMBS, 2007	85
Tabela 23 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória, Tempo de Residência e Recorte Territorial, Segundo Motivações para a Mudança - RMBS, 2007	86
Tabela 24 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória (Tempo de Residência e Modalidade da Migração), Segundo Motivações a se Mudar do Último Bairro - RMBS, 2007	88
Tabela 25 – Responsáveis Migrantes pelo Domicílio Segundo Fontes de Informações sobre a RMBS, 2007	90
Tabela 26 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Informações sobre a RMBS, 2007	90
Tabela 27 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Local de Nascimento - RMBS, 2007	91
Tabela 28 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Informações sobre o Município - RMBS, 2007	92

Tabela 29 – Responsáveis pelo Domicílio Segundo Condição Migratória, Segundo Fontes de Informações sobre o Bairro - RMBS, 2007	93
Tabela 30 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Informações sobre o Bairro - RMBS, 2007	94
Tabela 31 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Informações sobre o Bairro - RMBS, 2007	95
Tabela 32 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Vizinhos - RMBS, 2007	98
Tabela 33 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Vizinhos - RMBS, 2007	99
Tabela 34 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Amigos - RMBS, 2007	100
Tabela 35 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Amigos - RMBS, 2007	100
Tabela 36 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Amigos - RMBS, 2007	101
Tabela 37 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar das Crianças Durante o Trabalho da Mãe - RMBS, 2007	103
Tabela 38 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar das Crianças Durante o Trabalho da Mãe - RMBS, 2007	104
Tabela 39 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar de Membro Enfermo/Idoso da Família - RMBS, 2007	104

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, mais especificamente, a partir da década de 60, o que poderíamos denominar de metropolização de algumas aglomerações urbanas nacionais ganham contornos de um processo em crescente estruturação, contínuo desenvolvimento, crescimento e conformação.

De fato, essa nova situação não poderia passar realmente despercebida, bastando apenas atentar ao fato de que o país passava por fortes transformações internas e grande dinamismo populacional no período em questão.

De uma nação preponderantemente rural, o Brasil passa, a partir daquele momento, a ter uma população predominantemente urbana, com todas as alterações implícitas nesse processo. Não é à toa, portanto, que as áreas metropolitanas tornaram-se “o” objeto de questionamento e inquietação de diversos estudos geográficos, sociológicos, econômicos, urbanísticos, sem nos esquecermos, é claro, dos demográficos.

É dentro desse contexto que as regiões metropolitanas tornam-se não apenas destino dos diversos fluxos e movimentos migratórios nacionais, mas também origem de uma variedade importante de movimentos de mais curta distância.

Tomando uma perspectiva macro (espacial, econômica, social, etc.) diversos estudos, dentre eles o seminal estudo de Singer (1980), chamam a atenção para as desigualdades e diferenciais entre as áreas de destino e de origem, como um dos motivadores e também condicionantes dos diversos fluxos migratórios que, para o período e contexto em questão, nasciam no rural, mas sedimentavam-se no urbano. Foram, inclusive, tais fluxos os grandes responsáveis pela formação dessas regiões metropolitanas.

No entanto, mesmo com a inquestionável importância da metrópole na estruturação dos movimentos migratórios de longa distância, pouco se tem debatido sobre os movimentos internos à região, que, como os primeiros também são responsáveis por sua conformação e desenvolvimento.

Mas além dos aspectos físicos e visíveis da transformação da metrópole, tais como as diversidades de formas de assentamento aí constituídas, a migração e a mobilidade residencial intrametropolitana, como numa via de mão dupla, influenciam e são influenciadas por outros

elementos presentes e não menos importantes, tais como: o mercado de fundiário, o mercado de trabalho, condições de infra-estrutura, etc..

Dessa forma, na atualidade, a importância no desenvolvimento de estudos que abordem esses processos reside na necessidade de estudos mais pormenorizados sobre a dinâmica da mobilidade residencial envolvendo a metrópole, em particular, aquela que ocorre em seu interior, aqui chamada de intrametropolitana. Trata-se, portanto, de olhar a dinâmica metropolitana não mais somente a partir da matriz rural-urbana – importante por certo - preponderante e característica de um determinado período histórico, mas também considerando que nesse processo existem também um lado urbano-urbano cada vez mais predominante e, sobretudo, um potencial redistributivo muito grande no interior destas áreas.

Estudos que abordem a questão da migração intrametropolitana tem se dividido entre explicações micro e macro-estruturais para o fenômeno. Ou seja, debruçam-se sobre o nível atomizado das motivações individuais do processo migratório ou então sobre os fatores e elementos contextuais que se relacionam com os grupos sociais. No entanto, pode haver um nível intermediário de análise e compreensão do fenômeno em questão que relacione ambos os níveis já comentados.

Para tanto, outros aportes teóricos e ferramentas de análise podem e devem ser utilizados, já que se colocam nesse nível intermediário de observação do fenômeno em questão e que, portanto, não se debruçam exclusivamente sobre a pequena escala, ou seja, os motivadores individuais da mobilidade residencial intrametropolitana, nem somente sobre as explicações macro estruturais e contextuais. Por isso mesmo, podem funcionar como ligação entre os dois níveis mencionados. Ou seja, não negam as explicações dos e nos diferentes níveis, mas enriquecem-nas. Estamos nos referindo às noções de redes e capital social.

A noção de capital social poderia inclusive, através de sua relação com as redes sociais e na aplicação desta, incrementar ou constranger a mobilidade residencial intrametropolitana, uma vez que possui grande impacto sobre outras unidades de análise, como por exemplo, a família e o domicílio.

Pela própria limitação das tradicionais fontes, tais como o Censo e PNAD, na aquisição de dados sobre as duas noções aqui utilizadas, o presente estudo baseia-se em uma pesquisa domiciliar amostral realizada em 2007 em duas importantes regiões metropolitanas do interior

paulista, a Região Metropolitana de Campinas e a Região Metropolitana da Baixada Santista. Mais especificamente, nos debruçaremos sobre os dados da segunda região mencionada.

Isto, pois esta apresenta uma série de distintos atributos, inclusive físico-territoriais (estreita faixa de terras situada entre o oceano e a Serra do Mar), que foram e ainda são responsáveis por particulares processos de expansão urbana. Relevantes processos estes que se relacionam com um dos principais objetos de estudo do presente trabalho, ou seja, com a própria mobilidade residencial intrametropolitana. Além disso, a Região Metropolitana da Baixada Santista é uma recente e emergente região metropolitana, institucionalizada somente a partir de 1996 e de grande dinamismo econômico, social, etc..

As principais abordagens teóricas sobre as noções aqui utilizadas serão abordadas no primeiro capítulo do presente estudo. Neste, as noções de redes sociais e capital social serão apresentadas e discutidas a partir de obras e autores referenciais. É nesse capítulo também que se buscará as possíveis conexões entre estas noções e como elas podem se relacionar e/ou condicionar a mobilidade residencial, particularmente a intrametropolitana. Além disso, é encetada uma breve discussão sobre o recorte espacial escolhido para a presente análise, ou seja, a metrópole.

Já no segundo capítulo, uma contextualização e uma descrição da Região Metropolitana da Baixada Santista são almejadas. Isto, pois o presente trabalho parte do pressuposto de que processos demográficos podem ter implicações sobre o espaço ao mesmo tempo em que podem ser condicionados por este. Desse modo, é imprescindível entender o recorte espacial em questão, e como algumas de suas peculiaridades são relevantes para o processo de compreensão e entendimento das relações estabelecidas entre espaço e população.

Por fim, no último capítulo do presente estudo é realizada uma análise mais detalhada dos dados levantados na pesquisa amostral sobre a mobilidade espacial da população e suas possíveis relações com as redes e capital sociais. Nesse sentido, a relevância destas noções para o entendimento da dinâmica da mobilidade residencial na região, particularmente a intrametropolitana é, pois, delineada e discutida.

Como se tenta demonstrar, o desenvolvimento bem como os processos de estruturação e diversificação das redes sociais podem proporcionar melhores condições de inserção do migrante na metrópole através de facilidades relacionadas aos seus processos de integração a mesma. Além disso, a própria mobilidade residencial intrametropolitana pode se relacionar com

processos de estruturação e desenvolvimento da rede social, uma vez que essa pode gerar maior número de contatos além da diversificação dos mesmos, situação esta que pode ser distinta quando comparada à dos migrantes que não possuem tal tipo de experiência prévia sobre a região, como por exemplo, os migrantes externos.

No entanto, desenvolvimento e diversificação da rede social não significam necessariamente maior efetividade da mesma, ou seja, a relação não é de modo algum causal. A maior atuação do indivíduo na rede social pode, pois, proporcionar maior montante de capital social no interior da rede, ou seja, maiores expectativas de trocas e retribuições futuras são criadas, situação esta que pode se relacionar com os processos de inserção e integração do migrante a região. Da mesma forma podem também se relacionar com o direcionamento do fluxo migratório, uma vez que contatos prévios podem facilitar imensamente a mobilidade residencial para determinada área em detrimento de outras.

O presente estudo se baseia, portanto, nas relações estabelecidas entre os indivíduos componentes de uma rede social, a fim de compreender como estas podem condicionar os processos de mobilidade residencial intrametropolitana. Além disso, estas mesmas relações podem repercutir no incremento ou decréscimo de ajudas e suportes variados, fato este que pode se relacionar com melhores oportunidades na região, ou seja, com o próprio processo de inserção e integração a mesma. Tais relações, além de diversificarem as explicações sobre os condicionantes do processo migratório intrametropolitano, podem ser essenciais para a compreensão de mecanismos outros que, pelo menos no primeiro momento, não eram apreensíveis e que podem em certa medida mediar à mobilidade residencial intrametropolitana.

CAPÍTULO 1

Referenciais e Reflexões sobre as Noções e suas Relações

Notemos, afinal, que, sob esta estrutura, percebemos muitas vezes a origem familiar. O bairro, com efeito, podia ser iniciado por determinada família, que ocupava a terra e estabelecia as bases da sua exploração e povoamento. Com o tempo, conforme tendência visível em todo o povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira, atraía parentes, ou os filhos casados se estabeleciam, bem como os genros, etc. Ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo a sua consciência própria.

Antonio Candido – Parceiros do Rio Bonito (pág. 76)

1.1. Discussão Sobre o Recorte Espacial: A METRÓPOLE

O presente capítulo possui como intuito entender a formação do espaço metropolitano e como este interage e se relaciona com as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, principalmente, a partir da segunda metade do século XX.

Desse modo, é interessante iniciar o capítulo com a discussão de obras referenciais aqui adotadas que fornecerão, além de conceitos e noções, as bases para diálogo entre as questões urbanas e o processo de expansão da metrópole.

O levantamento e discussão das obras, como aqui pretendem ser encadeadas, convergem, portanto, para a discussão dialética da possível relação estabelecida entre espaço e sociedade.

Ou seja, além das transformações sociais se relacionarem com alterações e modificações no espaço, linha e sentido este comumente adotado em estudos sobre o assunto, assume-se que o espaço, também pode tornar-se condição para as transformações sociais. É estabelecida, portanto, entre ambos os elementos uma inter-relação, não causal e, muito menos unidirecional que pode, em grande medida, incrementar as discussões sobre o assunto, conseqüentemente, enriquecendo-a.

Essa relação (espaço e sociedade) pode ser menos apreensível pela própria dificuldade de mensuração do processo através dos dados disponíveis para tanto. Todavia, em nenhum sentido, é menos perceptível, pelo menos em termos teóricos.

Nesse aspecto, as transformações decorrentes dos processos de metropolização, posto os significativos processos de urbanização pelos quais a sociedade brasileira passou ao longo dos últimos cinquenta anos, podem significar relevantes mudanças em contrapartidas demográficas.

É particularmente interessante ressaltar, nesse caso, que a população integrante da Região Metropolitana da Baixada Santista é praticamente toda urbana. Tal fato não é, na verdade, nenhuma novidade, refletindo processos alavancados e desenfreados já na primeira metade do século XX. Por exemplo, em 1940, 91% da população da região já era considerada urbana, enquanto que para o Estado de São Paulo, no mesmo período, esse percentual chegava a apenas 40% .

Em seções posteriores, buscaremos elucidar os mecanismos, bem como os fatos históricos responsáveis por tais processos de urbanização e que culminarão na própria configuração da região metropolitana.

O importante é aqui notar que a RMBS é um interessante recorte espacial a fim de entender as relações estabelecidas entre mudanças espaciais e alterações sociais.

Um interessante estudo, nesse sentido, é o desenvolvido por Cunha (1994) ao estudar uma específica região metropolitana, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Nesse trabalho, o autor também tenta estabelecer os nexos entre alterações espaciais e processos de redistribuição demográfica da população. Jakob (2003) e Caiado (2004), mais recentemente, também são ótimos exemplos de estudos nessa mesma direção.

Caiado (2004) trata a respeito da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), objetivando, assim Cunha (1994), costurar os processos de reciprocidade estabelecidos entre sociedade e espaço. Para tanto, são estudadas as alterações do perfil sociodemográfico das populações conjugados aos processos de ocupação do solo, ou seja, mecanismos de transformação, mudanças e modificações espaciais.

Já Jakob (2003) aponta para a relação estabelecida entre mobilidade populacional e expansão urbana, processo este que influenciou a formação da metrópole. O autor demonstra a relevância dos fluxos e movimentos migratórios no processo de expansão urbana. Portanto, segundo esse estudo, a migração possui forte e significativo impacto sobre a forma de apropriação do espaço. Além disso, o trabalho desenvolvido pelo autor é particularmente interessante por utilizar a Região Metropolitana da Baixada Santista como recorte espacial, tal qual o presente estudo.

Em todos os estudos supracitados, os movimentos e fluxos migratórios são elementos essenciais e indissociáveis para o entendimento dos processos de estruturação, formação, conformação e expansão urbana.

Sob tal aspecto, ou seja, uma sociedade cada vez mais urbana e disposta em grandes aglomerações, tais como as metrópoles, as dinâmicas intra-urbanas como desenvolvido por Villaça (2000) ganham cada vez maior relevância.

Movimentos migratórios inter-regionais, intrametropolitanos e intra-urbanos, dessa forma, são importantes elementos no entendimento da relação estabelecida entre sociedade e espaço. Estudos como o de Gottdiener (1997) e Lefebvre (2004) também são notórios sob esse ponto de vista.

O trabalho desenvolvido por Villaça (2000) será particularmente interessante para o encadeamento do estudo em questão dado a noção aí presente de “*espaço intra-urbano*”.

Essa noção surge, para o autor, a partir da diferenciação entre duas distintas tipologias de espaço: o *espaço intra-urbano* e o *espaço regional*. Nesse sentido, segundo o próprio autor é imprescindível especial atenção em relação à escala e tipologia de espaço em questão, uma vez que estes tratam de elementos específicos (VILLAÇA, 2000).

A primeira tipologia de espaço mencionada, o espaço intra-urbano baseia-se, essencialmente, nos deslocamentos dos indivíduos. Aqui, o indivíduo pode ser entendido como “*portador da mercadoria força de trabalho*” (VILLAÇA, 2000, p.20), caracterizado por deslocamentos casa-trabalho, trabalho-casa, ou ainda, como consumidor da força de trabalho, “*deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc*” (VILLAÇA, 2000, p.20).

É interessante notar as possíveis conexões entre o primeiro tipo descrito por Villaça e os movimentos pendulares, que ganham importância em recortes espaciais tais como o metropolitano, já que em processos de desconcentração urbana, questões habitacionais e mercado de trabalho, não necessariamente seguem e projetam-se sobre os mesmos vetores de expansão. Esse “descompasso” entre áreas de moradia e de trabalho pode gerar fluxos e contra-fluxos responsáveis, em grande medida, pela costura do espaço intra-urbano.

Já o segundo tipo de espaço, o espaço regional, assim como o primeiro tipo de espaço aqui descrito (intra-urbano), também tem como base para sua delimitação os deslocamentos. Todavia, no espaço regional os deslocamentos não são de indivíduos, mas sim de informações, mercadorias, energia e, por fim, capital (VILLAÇA, 2000).

Portanto, resumidamente, o espaço intra-urbano é para o autor o espaço onde há facilidade de deslocamentos e movimentos individuais. Como contraponto, o espaço regional seria onde as mercadorias e informações encontram a mesma facilidade de deslocamento; este último é, pois, embasado nos meios de comunicação para suas conexões e ligações.

Ainda, para o autor, o recorte espacial em questão é composto de uma estrutura inter-relacional: o centro da metrópole, os sub-centros de comércio e serviços e os bairros residenciais, divididos segundo classes sociais e, por fim, áreas industriais (VILLAÇA, 2000 *apud* SANTOS, 2008).

Cada um dos elementos descritos influencia, interage e relaciona-se, pois, com os outros. Portanto, segundo o autor, um estudo sobre a metrópole deve enfrentar a relação entre os elementos integrantes de sua estrutura, bem como a relação de elementos externos a essa.

Deve-se considerar também que o trabalho de Villaça (2000) é visivelmente embasado na teoria e perspectiva marxista, já que o embate entre classes aparece apreensível através de materializações perceptíveis na metrópole¹.

Desse modo, a estruturação do espaço metropolitano é, acentuadamente, dual. Forças provenientes de classes dominantes podem ser as grandes responsáveis pelas modificações e alterações nessa estrutura. A estrutura pode, pois, ser modificada por tais classes, a fim de que uma série de vantagens e comodidades sejam criadas a partir dessas alterações e, principalmente, apropriadas primeiramente por essa classe dominante (SANTOS, 2008).

A metrópole, dessa forma, é por excelência o grande território do embate e da disputa. É, em certa medida, o espaço das desigualdades de poder.

Tais embates encontram campo fecundo, principalmente, em termos de acessibilidade e localização por áreas metropolitanas mais favorecidas (SANTOS, 2008).

Ainda segundo Villaça (2000), os deslocamentos e o tempo gastos nestes espaços são elementos essenciais e fundamentais como fatores explicativos da relação vantagens – desvantagens de uma determinada localização; conseqüentemente, essenciais para entender os mecanismos de dominação que interagem com essas áreas.

Entretanto, ainda assim, tais elementos nem sempre são antagônicos, principalmente para os mais abastados e favorecidos. Existe, na verdade, para estes últimos uma zona intermediária entre a estrita vantagem e a estrita desvantagem de uma determinada localidade. Dessa forma,

¹ O próprio autor insere o trabalho em esferas teóricas de bases marxistas.

nem sempre a distância e o tempo dispendidos nos deslocamentos são, em si, elementos negativos.

O estabelecimento de assentamentos (por exemplo, os condomínios fechados) em áreas cada vez mais distantes, muitas vezes na antiga periferia metropolitana, onde lotes maiores, ar puro, segurança, etc. são pontuados como vantagens, compensariam as desvantagens inerentes dos grandes deslocamentos às áreas de mercado de trabalho.

Outro interessante estudo é o trabalho desenvolvido por Gottdiener (1997) no qual os processos de desconcentração das metrópoles norte-americanas são tema de estudo. Para o autor, o processo de desconcentração, no caso, metropolitano, é tanto um produto, quanto processo de alterações e transformações socioespaciais, ou seja, mais uma vez são estabelecidas relações entre espaço e sociedade que, na verdade, não são de forma alguma unidirecionais. Estudos já mencionados, como o de Cunha (1994); Caiado (2004) e Jakob (2003), bebem dessa fonte.

No nosso entender, é a partir dessa perspectiva que os comportamentos demográficos, particularmente a migração ou, de maneira mais geral, a mobilidade residencial² surgem como elementos importantes, já que espelhariam estas tensões e contradições.

Dessa forma, a discussão encetada na presente seção objetiva mostrar a importância dos elementos espaço e sociedade. E, principalmente, tais elementos são relacionais, ou seja, influenciam-se, transformam-se e modificam-se.

Tenta, também, demonstrar que a metrópole é um relevante recorte espacial e gênese de discussões mais aprofundadas sobre estas relações. É aí também que fenômenos espaciais, populacionais e demográficos são mais pujantes e, em certa medida, mais apreensíveis, especialmente suas relações.

Além disso, foram apresentados os trabalhos referenciais de estudiosos sobre o tema, a fim de explicitar que é a partir destes e de seus conceitos que o presente estudo formará seu lastro teórico.

Embora centrais para a compreensão da mobilidade residencial dentro de uma grande aglomeração urbana, as questões consideradas anteriormente serão mantidas nesse estudo apenas como um grande pano de fundo uma vez que nosso interesse maior não seria analisar os condicionantes destes movimentos, mas sim aprofundar o conhecimento sobre o papel das redes sociais sobre o fenômeno em questão. De forma a atingir esse objetivo apresentamos a seguir

² Esta noção será melhor discutida mais adiante nesse capítulo.

alguns elementos teóricos que permitirão estabelecer algumas relações entre a mobilidade residencial e as redes sociais.

1.2. Perspectivas e Referenciais Teóricos

Nesta seção serão apresentadas as noções que serão utilizadas no presente estudo. Além de uma apresentação das mesmas, se faz notar que estas serão delimitadas e circunscritas sempre tendo em vista a contribuição que porventura as mesmas possam vir a dar à discussão sobre mobilidade, no caso particular, a mobilidade residencial intrametropolitana.

É importante desde já definir o que, no presente estudo, será entendido por mobilidade residencial. Em primeiro lugar como fica evidente, não estamos nos referindo com esse termo a um processo de “melhoria” das formas de habitar como poderia sugerir o termo se feito uma analogia à “mobilidade social”. Obviamente nesse caso, estamos nos referindo à mobilidade espacial que implique em uma mudança de residência que, como consta dos manuais e livros de demografia, deveria ser tratada como migração. No entanto, o motivo de não utilizarmos esse termo tem sua justificativa no fato de que, ao contrário do uso clássico do termo da migração, aqui estamos nos referindo a deslocamentos espaciais que envolvam mudança de residência em qualquer escala espacial.

Assim, pelo menos no presente estudo, a mobilidade residencial intrametropolitana não se restringiria simplesmente às mudanças que envolvessem distintos limites político-administrativos municipais, uma vez que mudanças intra-municipais (por exemplo, mudanças entre bairros de um mesmo município) também seriam levadas em conta. Isso implicaria dizer que não apenas os “clássicos” migrantes seriam levados em conta, mas até mesmo pessoas naturais que por algum motivo mudaram de residência dentro de um município metropolitano.

Parte-se do pressuposto que as mudanças residenciais, como em seções mais a frente será tratado, podem desenvolver e diversificar redes sociais, uma vez que novos contatos são gerados e/ou extintos e, dessa forma, as mudanças podem também se relacionar com o incremento ou decremento de capital social interiormente a rede social em questão.

Começamos, portanto, com a descrição e definição da noção de redes sociais e sua relação com o processo migratório e com a mobilidade intrametropolitana.

Posteriormente, abordaremos a noção de capital social. Em ambos os casos a mesma estrutura será utilizada, ou seja, um levantamento e discussão sobre os principais referenciais

teóricos sobre a noção, bem como a discussão sobre as potencialidades na sua incorporação à mobilidade intrametropolitana.

1.2.1. Redes Sociais

É importante delimitarmos a discussão sobre redes sociais sempre tendo em vista como esta noção dialoga e, em certa medida, interage com a mobilidade e a migração intrametropolitana. Assim, já aqui estamos circunscrevendo e delimitando a noção a um de seus aspectos em particular, não nos ateremos à atuação do indivíduo na família, ou do mesmo na comunidade, mas sim na interação e relação deste mediado pela família, ou pela comunidade, no ato e decisão de migrar.

Começemos então uma discussão sobre os principais enfoques e estudos sobre redes sociais e a mobilidade.

Como mencionado anteriormente, os estudos e trabalhos que abordam a relação entre redes sociais e migração debruçam-se, em sua maioria, em uma modalidade específica, ou seja, a migração internacional. São exemplos de estudos nacionais nesta área, ou seja, que conjugam sob o mesmo teto a noção de redes sociais e migração, o fluxo migratório de dekasseguis que se destinam ao Japão por meio de incentivos provenientes de indústrias japonesas (SAZAKI, 2001; HIRANO, 2008), e os fluxos de brasileiros para os Estados Unidos (FUSCO, 2002; 2007). Neste sentido, trabalhos que tragam uma visão mais local, com migrações e movimentos de menor distância, ainda carecem de maior atenção.

Começemos, portanto com levantamentos e discussões sobre trabalhos notáveis que abordem a relação entre redes sociais e migração, fundamentalmente, a migração internacional. Essa primeira etapa é de suma importância na construção de analogias que posteriormente possam vir a ser traçadas entre algumas características da atuação das redes sociais nas migrações internacionais e como seus mecanismos podem ser visualizados, sentidos e reproduzidos, tomando os devidos cuidados e guardadas as devidas proporções, nas migrações internas, especificamente nos movimentos intrametropolitanos.

É, portanto, interessante iniciar a discussão através de um trabalho clássico.

Como lastro, iniciemos a discussão a partir do estudo desenvolvido por Massey et al. (1987), onde as redes sociais se desenvolveriam através de três vínculos sociais básicos: laços

domiciliares - (*housesold*)³, laços familiares ou de parentesco (*kinship*) e, por fim, laços de origem comum (*community*) que conectariam, ou melhor, relacionariam as regiões de origem e destino (BOYD, 1989; MASSEY, 1990; MASSEY; GOLDRING; DURANT, 1994).

Tais redes constituídas por migrantes, potenciais migrantes e não migrantes se envolveriam através de uma complexa teia de papéis sociais, conseqüentemente, de relações inter-pessoais objetivando a migração (MASSEY et al., 1987). É esta uma importante definição, bem como uma importante delimitação metodológica para o presente trabalho.

Será este, portanto, o eixo norteador do presente estudo. Ou seja, como as relações estabelecidas entre indivíduos podem se relacionar com a mobilidade intrametropolitana. Dois aspectos da mobilidade, em geral, e da migração, em particular, podem ser consideravelmente influenciados pela relação com as redes sociais: o direcionamento do fluxo migratório; e a condição de inserção e, conseqüentemente, integração do migrante.

Além disso, como desenvolvido por Marques (2007) em seu artigo sobre análises e métodos relacionais, o estudo das redes sociais envolve especificidades e particularidades nas delimitações e recortes dos objetos a serem analisados, o que futuramente determinará e influenciará os resultados alcançados.

A primeira questão é a própria definição do tipo de rede social a ser estudada. Não menos importante é a delimitação das entidades, indivíduos e organizações constituintes da rede, encarados aqui como seus nós. Por fim, a análise também deve levar em conta a forma de vinculação entre os mesmos. Nesse sentido, os vínculos podem ser materiais, ou ainda, imateriais (circulação de informações, por exemplo).

Uma das funções primordiais e básicas das redes sociais no processo migratório é o de servir de fonte de recursos e informações, ou seja, servir de lastro, base e contexto para a decisão de migrar ou não migrar através de uma de suas principais características: a redução dos riscos e custos inerentes ao processo migratório (MASSEY et al., 1987; BOYD, 1989).

Aqui, tais custos podem ser considerados e entendidos como os custos financeiros do deslocamento migratório, tais como: tarifas de transporte, viagem, estadia, etc., mas não somente. Essa visão seria por demasiado simplória e redundaria em explicações meramente

³ A tradução do termo “household” nos levaria a tradução, em português, para a palavra “domicílio”. Entretanto, prefiro seguir a linha analítica desenvolvida por Boyd (1989), fazendo distinção na utilização do termos. Para a autora os vínculos domiciliares guardariam relações entre migrantes e não migrantes distintas dos vínculos familiares, já que os domicílios poderiam ser compostos por indivíduos fora desse grupo familiar.

econômicas. Não quero, contudo, invalidá-las. Fatores econômicos são sim importantes e relevantes condicionantes, mas não são em nenhum sentido os únicos, nem somente os principais fatores explicativos.

Desse modo, também são considerados custos migratórios o tempo dispensado em pesquisa sobre o destino e no acúmulo de informação (informações sobre língua nativa, moeda e oportunidades de emprego no destino são bons exemplos), custos de oportunidade (salários e oportunidades deixadas a margem em sua própria origem) e, ainda, custos psicológicos (a dificuldade e o peso de se desvincular da família, amigos, associações, etc., nas regiões de origem).

Todos esses custos e riscos reduzem-se, gradativamente, de acordo com a série de contatos pessoais estabelecidos e tecidos entre o migrante e o possível migrante com indivíduos que possuem experiência migratória. Tais contatos não são unicamente estabelecidos com migrantes fixados e localizados nas áreas de destino almejadas, mas também podem ser desenhados e estabelecidos nas próprias áreas de origem, essencialmente, com migrantes retornados, ou ainda, com parentes, amigos e conhecidos destes, em qualquer um dos casos, no entanto, a experiência migratória prévia é um aspecto relevante a ser levado em consideração (MASSEY et al., 1987; MASSEY, 1990).

Assim, as vantagens proporcionadas pelas redes sociais nos estudos dos processos migratórios giram em torno da efetiva utilização desse conjunto de laços, vínculos e relações sociais; direcionando e condicionando, até certa medida, as opções do migrante ou do possível migrante.

Nas análises sobre redes sociais, indivíduos, entidades, organizações, etc., são encarados e associados a representações de nós, enquanto que as relações estabelecidas entre estes são os vínculos ou formas de vinculação que podem ser diversas e em constante transformação (MARQUES, 2007). Ou seja, as redes não se baseiam unicamente nas características individuais de seus integrantes (mesmo entendendo que elas são componentes importantes), mas sim sobre as relações estabelecidas entre os mesmos.

As redes sociais podem funcionar, dessa forma, como uma ponte entre a micro e macro escala de análise. Sendo sua análise uma breve representação das relações estabelecidas entre “estrutura e ação social” (MARQUES, 2007).

Além disso, a migração como um fenômeno social em específico, pode ser uma geradora de redes sociais, uma vez que desenvolve uma série de contatos interpessoais entre os locais de origem e destino.

Nesse sentido, é a partir do ponto em que as redes sociais estão minimamente estruturadas e estabelecidas que os fluxos migratórios ganham autonomia, tornando-os menos suscetíveis a mudanças, por exemplo econômicas, pelo menos aquelas de curto prazo e duração (FUSCO, 2002). Desse modo, indivíduos migram por razões outras além dos aspectos e incentivos econômicos implícitos ao processo migratório (TILLY, 1990).

Individualmente, cada migrante possui um número restrito de conexões (lembrando as mais importantes adotadas no presente estudo: parentesco, amizade e origem comum), mas quando o escopo é o grupo, a teia de relacionamentos à qual estão ligados expande-se consideravelmente incorporando até não migrantes (MASSEY, 1990). Tal situação se reflete e desdobra-se, dessa forma, em processos de seletividade migratória, onde aqueles indivíduos ou domicílios que apresentam experiências prévias são mais propensos a migrar do que aqueles que não as possuem (ROOT; DeJONG, 1986).

Nesse aspecto, a seletividade migratória pode, além de indicar aqueles que apresentam maior propensão (probabilidade) à migração, direcionar o fluxo migratório e a mobilidade para aquela área ou região específica em detrimento as outras possíveis alternativas apresentadas naquele dado momento ao migrante.

Dessa forma, explicações macroeconômicas, principalmente aquelas embasadas nos diferenciais apresentados entre áreas de destino e origem, podem ser incrementadas ou complementadas quando as redes são levadas em conta.

Entretanto, segundo Massey (1990), a seletividade do processo migratório quando mediada a partir e através das redes sociais mesmo quando considerada relevante pode, em um determinado momento e contexto, perder parte de sua força. Isso porque a expansão da rede social, depois de atingir certa dimensão que varia conforme o contexto no qual a comunidade se insere, causa intrínseca e concomitantemente a diminuição dos riscos inerentes à migração, fato este que aumenta de modo considerável a probabilidade ou propensão à migração por parte daqueles possíveis migrantes e até mesmo não migrantes que permaneceram nas áreas de origem, mas que, no entanto, guardam ou mantêm contato com aqueles com prévia experiência migratória.

A rede se retro-alimenta ao longo do tempo a partir desses contatos, desse modo, o processo migratório se expande de tal forma que abarca grande parte da comunidade de origem. A migração, nesse sentido, pode tornar-se não mais um movimento tão seletivo como nos moldes anteriormente mencionados (MASSEY et al., 1987; MASSEY, 1990).

Entretanto, mesmos nessas situações tão particulares, seriam os dois primeiros vínculos descritos por Massey (MASSEY et al., 1987, p.138), ou seja, vínculos familiares e vínculos de amizade que perderiam espaço e força quando comparados ao terceiro e último vínculo, ou seja, a origem comum.

A seletividade, nesse sentido, faria sentido unicamente quando pensada a partir da definição e constituição dos vínculos como descritos por Massey (MASSEY et al., 1987, p.138).

Entretanto, como mencionado por Marques (2007) a ligação entre relações sociais e os atributos individuais, principalmente nos primeiros estudos sobre redes sociais, eram encarados, sob certos aspectos, de forma reducionista e, em certa medida, as mesmas eram causais e unidirecionais.

Mais recentemente, estes dois elementos - relações sociais e atributos individuais - são pensados e levados em consideração de forma associativa. Ou seja, não há maior ou menor predisposição deste sobre aquele, ou vice-versa. É estabelecida, dessa forma, uma via de mão dupla, onde relações sociais e atributos individuais relacionam-se mutuamente, interagem-se e a partir daí transformam-se (MARQUES, 2007).

Sob esse ponto de vista e em determinadas situações sociais, indivíduos e/ou entidades possuidoras de atributos semelhantes entre si apresentam maior propensão e até mesmo probabilidade no estabelecimento de relações sociais através da presença de mecanismos de “*homofilia*”⁴ (MARQUES, 2007).

Paralelos poderiam ser traçados em relação à migração. Dessa forma, as redes não seriam somente representações individuais, associadas tão somente aos atributos individuais de seus componentes, ponto de vista que por si só tenderia a atomização e a segmentação. Seriam também representações do grupo social.

Não seriam, entretanto, somente representações de situações sociais mais amplas, o que tenderia à generalidade. Lembremos, que interiormente à rede ainda se fazem presentes os atributos individuais.

⁴ Tendência de agrupamentos entre semelhantes (MARQUES, 2007).

A grande vantagem inerente das redes sociais no processo migratório, ou seja, a diminuição dos riscos envolvidos no processo, só não estaria presente para os pioneiros. Por essa razão, os custos do processo migratório para estes primeiros migrantes são altos e também, justamente por este motivo, para Massey et al. (1987) os pioneiros usualmente não são provenientes dos estratos mais carentes da sociedade ou da comunidade de origem. Não são, portanto, os mais carentes, uma vez que não dispõem do capital, atributos, características e informações necessárias para a viagem; tampouco são os mais abastados, já que estes, essencialmente pelos mesmos elementos listados anteriormente, conseguem uma melhor inserção nas áreas e comunidades de origem.

Cabe, portanto, a uma camada média⁵, situada entre ambos os extremos essa alternativa. Uma vez que são possuidores de atributos mínimos para buscar uma melhor inserção nas comunidades de origem, mas que, entretanto, encontram os nichos da mesma já ocupados (MASSEY et al., 1987; MASSEY, 1990).

Talvez, paralelos possam ser traçados com a mobilidade intrametropolitana. Por exemplo, mesmo para se transferir para a periferia o indivíduo necessitaria de algum recurso financeiro. Aqueles extremamente carentes, portanto, possivelmente continuariam a morar em ocupações, favelas, etc., em áreas mais centrais por não possuírem recursos financeiros suficientes tanto para a aquisição de uma habitação na periferia, quanto para o transporte do local de moradia ao local de trabalho.

Os laços de amizade criados pelo migrante também são importantes vínculos no entendimento do processo de desenvolvimento da rede social de migração, uma vez que provocam novas entradas, não previstas inicialmente, de novos migrantes que não necessariamente guardam vínculos com o pioneiro; o que desenvolve e incrementa ainda mais a rede, estruturando, desenvolvendo e provocando a disseminação da mesma (MASSEY et al., 1987; MASSEY, 1990).

Tal situação poderia influenciar possíveis direcionamentos dos fluxos e movimentos migratórios intrametropolitanos, levando, conseqüentemente, o novo migrante para áreas onde este já mantém algum contato com prévios ou antigos migrantes.

⁵ Não me refiro aqui a uma classe média, mas sim a uma camada que pode estar muito mais próxima, dependendo do contexto dos mais carentes, quanto dos mais abastados.

O processo de desenvolvimento e estruturação de uma rede social inicia-se, portanto, a cada nova entrada de um novo migrante o que diminui os custos do processo migratório ao mesmo tempo em que amplia gradativamente a mesma (MASSEY et al., 1987; FUSCO, 2002).

A diminuição dos custos do processo migratório também pode representar melhores condições de integração do novo migrante na metrópole. Nesse sentido, informações relativas ao mercado de trabalho e ao mercado fundiário são bons exemplos de possíveis informações conseguidas pelo novo migrante através da rede social na qual o mesmo atua e que podem, em certa medida, representar melhores condições de inserção deste na metrópole.

O que cabe ressaltar aqui é que as redes sociais também não são o derradeiro fator e elemento explicativo dos fluxos migratórios. Funcionam, isto sim, como mais um elemento explicativo, mais uma fonte, mais uma perspectiva que nos ajuda a melhor entender o fenômeno. Não nos esqueçamos de fatores e elementos outros, contextuais e macro-estruturais que colocam o grupo social em movimento (FUSCO, 2002, SINGER, 1980).

Sob este ponto de vista e contexto, casadas e conjugadas a explicações macro e micro-estruturais, bem como a macro e micro escalas de análise, as redes sociais podem funcionar como elementos explicativos do direcionamento dos fluxos, ou seja, das pontes estabelecidas entre áreas de origem e destino (FUSCO, 2002).

A fim de reafirmar o valor do contexto e de aspectos sociais mais amplos, para Massey et al. (1987) o elemento explicativo central pelo qual uma rede social é mais estruturada e desenvolvida do que outra, fora sua quantidade e qualidade de contatos sociais, é o seu próprio “*timing*”; ou seja, a partir de que momento histórico os primeiros contatos entre origem e destino foram efetuados, quando os pioneiros iniciaram suas primeiras viagens e, conseqüentemente, quando seus vínculos foram firmados e estabelecidos.

Uma vez que o número de conexões componentes da rede atinge determinado nível, ou seja, quando a rede ganha densidade, o processo migratório torna-se auto-suficiente, já que a migração por si só cria estruturas sociais capazes de mantê-la (MASSEY et al., 1987; MASSEY, 1990). O ciclo vital, tanto individual quanto familiar, nesse sentido, também é um elemento a ser levado em consideração. A quantidade de contatos estabelecidos, a forma de apropriação da rede e até mesmo o tipo de vinculação intrínseco a rede podem depender do estágio em que o migrante ou o chefe domiciliar migrante se encontra.

A intensidade e qualidade dos vínculos também são fundamentais tanto para o entendimento quanto para o funcionamento das redes sociais. Uma importante contribuição, nesse sentido, foi dada na diferenciação e distinção entre os denominados “*vínculos fortes*”⁶ e “*vínculos fracos*”⁷ (GRANOVETTER, 1973).

É consenso entre os pesquisadores que os vínculos fracos seriam responsáveis pela fluência e circulação de informações no interior da rede. Por sua vez, os vínculos fortes, associados mais intrinsecamente a unidades sociais mais sedimentadas e coesas, tais como a família, são representações de decisões de comando, pois verticalizadas (MARQUES, 2007).

Em nenhum momento, contudo, as diferentes tipologias de vinculação são excludentes; pelo contrário, além de se complementarem, também se relacionam e se influenciam. Cada uma criando, por sua vez, um conjunto de oportunidades específicas.

A circulação de informações pode ser especialmente importante na integração do migrante à metrópole. Informações sobre o mercado de trabalho, ou seja, oportunidades de emprego, bem como informações que proporcionariam melhor adaptabilidade do migrante a região são particularmente relevantes, uma vez que repercutiriam em todo o modo de vida deste, inclusive, nos seus assentamentos e fluxos no interior da região.

Os vínculos fracos seriam estabelecidos especialmente por relações de coleguismo e poderiam diversificar imensamente a rede, oxigenando-a, podendo, em certa medida, amenizar os mecanismos de homofilia presentes em seu bojo.

Os vínculos fortes, por sua vez, associados a unidades sociais tais como a família, seriam responsáveis pela disseminação de bens materiais no interior da rede, tal como ajuda financeira, mas não só, cuidados com enfermos e crianças também são exemplos de suportes ofertados por esta unidade.

Um migrante recém aportado na região poderia, antes de mais nada, procurar a ajuda de algum ente familiar já presente na região e, portanto, com prévia experiência sobre seus mecanismos e funcionamento.

Outro exemplo de ajuda proporcionada a partir desse tipo de vinculação e que se desdobraria na forma como o migrante se move na região, é a disponibilização de uma morada

⁶ Strong ties, como utilizado pelo próprio autor.

⁷ Weak ties, idem.

provisória durante um determinado período de tempo, maior ou menor, segundo o caso e as especificidades, geralmente ao longo do período de integração do migrante à metrópole.

As vinculações se baseariam em relações de confiança e reciprocidade de acordo com sua tipologia. Talvez, seja a partir desse ponto que é estabelecida a conexão com a noção de capital social, que mais a frente será abordada em maiores detalhes.

Tais formas de relação e, portanto, de vinculação proporcionam grande dinamismo interno à rede. Uma vez que a diversidade interna da rede é levada em conta, as análises unidirecionais e causais perdem espaço. Lembremo-nos que tanto relações, quanto vínculos, e por fim, nós (indivíduos, entidades, organizações, etc.) estão em constante transformação, já que influenciam-se mutuamente.

1.2.2. Capital Social

Da mesma forma como ocorrido na seção anterior, a atual seção se dispõe a detalhar, através de levantamentos de referências bibliográficas relevantes e do diálogo entre os autores as principais questões envolvendo a noção de capital social, em particular sua definição.

É também intuito da presente seção costurar possíveis relações desta noção com a previamente definida na seção anterior, ou seja, a noção de redes sociais.

Acredita-se que a partir dessas relações entre ambas as noções, possíveis desdobramentos possam talvez ser visualizados e apreendidos através dos movimentos e fluxos intrametropolitanos.

A fim de unificar os pontos de vista e, portanto, objetivar um mesmo fim sobre a questão cabe uma definição inequívoca do termo capital social. A definição aqui adotada é a mesma desenvolvida por Bourdieu (1986) em seu trabalho, *“The Forms of Capital”*.

O motivo da utilização da definição construída por Bourdieu se deve por ser este um dos primeiros autores que abordam a questão, mas não somente por isso. Para o autor o capital social interage com outras formas de capital - capital humano, capital econômico/financeiro e capital cultural.

Essas interações e relações são primordiais para as possíveis questões migratórias, uma vez que dialogam com condicionantes individuais e coletivos.

Abaixo transcrevo a definição de capital social desenvolvida por Bourdieu (1986):

Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition – or in other words, to membership in a group – which provides each of its members with the backing of the collectivity-owned capital, a ‘credential’ which entitles them to credit, in the various senses of the word.

Debrucemos-nos um pouco mais demoradamente sobre a citação em questão.

As diversas tipologias e formas de capital (capital econômico/financeiro, capital humano, capital social, etc.), contudo, não são hermeticamente fechadas em si, pelo contrário, interagem e se relacionam sem, contudo, perderem propriedades, especificidades e particularidades que lhes são intrínsecas. Cada uma delas, nesse sentido, ajuda a construir a outra, uma vez que o processo não é unidirecional nem causal.

As diferentes formas de capital para serem adquiridas necessitam ser negociadas e trocadas entre si. O fluxo de aquisição das mesmas não é, de forma alguma, estático e unidirecional. Ou seja, qualquer montante de capital social dificilmente será adquirido sem dispêndio de capital físico, como por exemplo, um investimento em recursos materiais de qualquer natureza, ou ainda, sem a posse de bens culturais para, a partir desses, estabelecer relações com outros indivíduos e capitais (BOURDIEU, 1986).

Ainda segundo a citação (e aqui já se pode notar as conexões e superfícies de contato com a noção anteriormente abordada e definida), as redes sociais são essenciais, quando não fundamentais, para o desenvolvimento e, portanto, aquisição de capital social.

O capital social, assim como as redes sociais, é dependente além de ser embasado em relações sociais. As redes sociais, sob esse aspecto, configuram-se como local propício e fecundo ao desenvolvimento e aquisição de capital social.

Mas a aquisição de capital social a partir e através de uma rede social, não se dá de forma direta, ou seja, através da simples presença e pertencimento a rede. Mesmo que o pertencimento a uma rede social seja um facilitador em diversos sentidos, a aquisição de capital social não se dá, como dito anteriormente, pela simples participação do indivíduo na rede social, mas sim pelo cultivo das relações e pela forma de vinculação entre os nós (indivíduos, entidades, organizações, etc.).

As diversas formas de aquisição de capital social estão, dessa forma, intrinsecamente amparadas pelas formas de vinculação presentes e constituintes da rede.

Nesse sentido, as formas, tipos e qualidade das vinculações, interações e relações no interior da rede social são fundamentais no processo de aquisição e acúmulo de capital social pelos nós⁸.

Mas, além disso, a qualidade das relações não é fator fundamental somente para a aquisição de capital social pelos nós. É também fator essencial para o acúmulo de capital social no interior da rede em si, ou seja, no acúmulo de capital social por este ente que é maior do que os seus indivíduos componentes. Tal situação propiciaria diferenciações e distinções entre redes sociais.

Os vínculos aqui também poderiam ser diferenciados entre vínculos fortes e vínculos fracos, como já descritos anteriormente (GRANOVETTER, 1973). Ambos imprescindíveis para o acúmulo de capital social no interior da rede.

Os diferentes tipos de vinculação estão, desse modo, alicerçadas em diferentes tipos de relações estabelecidas entre os nós.

É importante ressaltar, portanto, que o capital social e as redes sociais não são elementos dados ou presentes naturais. São, isso sim, produtos de constantes e contínuos esforços, individuais e/ou coletivos, conscientes ou inconscientemente, esforços de investimento nas relações e reproduções de relações sociais (BOURDIEU, 1986).

A partir desse contexto, a relação estabelecida entre redes sociais e capital social desdobra-se em possíveis interações com a mobilidade intrametropolitana. A mobilidade na metrópole, locais e formas de assentamento, oportunidades de emprego e habitação, etc. são alguns aspectos que podem ser influenciados pelos contatos, pela qualidade dos contatos e, principalmente, pela efetividade na utilização e apropriação dos contatos.

Além disso, como já dito, por se embasar em relações sociais, o capital social, assim como as redes sociais, situa-se em uma escala intermediária de análise. Isto, pois também dialoga com os atributos individuais dos nós.

O capital social, dessa forma, influencia e é influenciado pelo capital humano, capital econômico/financeiro, capital cultural, etc., mas não se situa particularmente nesse nível individualizado e, portanto, atomizado.

⁸ A utilização da palavra nós como terminologia para a representação de pessoas, grupos, organizações, entidades, etc., é proveniente do trabalho desenvolvido por Marques (2007) a respeito de análises e estudos que enfoquem mecanismos relacionais.

É bem verdade que depende e relaciona-se com os atributos individuais, mas por possuir como cerne as relações sociais estabelecidas entre indivíduos no interior da rede, descreve, ao mesmo tempo, o grupo social.

Cabe, portanto, frisar que a partir da noção de capital social pode-se, assim como no caso das redes sociais, estabelecer conexões entre as escalas micro e macro de análise. Coleman (1988) aborda a funcionalidade do conceito como elo entre micro e macro análise, mas com outro enfoque. Na verdade para o autor a noção de capital social conectaria duas vertentes específicas do pensamento, ou seja, explicações sociológicas e econômicas.

As primeiras, desenvolvidas e embasadas, em sua maioria, em trabalhos provenientes das ciências sociais, levam em consideração as regras, normas, obrigações e condicionantes sociais. A potencialidade dessa vertente se embasa na contextualização social do ator. Suas ações, em grande medida, são condicionadas, ou seja, constrangidas ou potencializadas, pelo contexto, bem como pelas relações sociais construídas entre os atores. Todavia, explicações desse tipo tendem à generalização ao mesmo tempo em que retiram do indivíduo seu poder de decisão e transformação (COLEMAN, 1988).

Já a segunda corrente teórica tem como lastro principalmente os estudos econômicos. Pode ser encarada, em linhas gerais, como a antítese da primeira. Ou seja, o escopo é exatamente o indivíduo e seu poder de decisão e transformação de uma dada realidade social. Nesse caso, o indivíduo tem suficiente poder de transformação e atuação sobre o contexto (COLEMAN, 1988).

Tal corrente tende à individualização e a atomização, bem como à apreensão da realidade empiricamente; não levando em conta que as ações individuais também são moldadas e condicionadas socialmente.

Nos estudos sobre os movimentos migratórios tal vertente de pensamento repercute na busca pelas motivações individuais do ato de migrar.

Assim, para o autor, a efetiva apropriação e incorporação dos dois conceitos só são concretas através de suas interações e inter-relações, e não através do simples pastiche (COLEMAN, 1988). Cada uma é possuidora de potencialidades, bem como de limitações específicas. O intuito, desse modo, é justamente minimizar as limitações de cada uma e construir uma visão holística do processo.

A definição de capital social construída por Coleman (1988) é, portanto, aqui descrita:

Social capital is defined by its function. Its not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist in some aspects of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievements of certain ends that in it's absence would not be possible. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible but may be specific to certain activities. A given form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others.

Diferentemente de outras formas de capital, o capital social é inerente à estrutura de relações criadas entre os atores da ação, repousa nas relações construídas e constituídas entre estes. Como discutido em parágrafos anteriores, as redes sociais funcionariam como meio propício para seu incremento e aquisição.

Novamente, diferentemente de outras formas de capital, como exemplo, o capital humano - habilidades, qualificações e conhecimentos específicos de cada indivíduo - e o capital físico, sua concentração não é intrínseca aos atores do processo. O capital social é distinto de ambos e ainda mais intangível, uma vez que se baseia nas relações sociais tecidas entre os indivíduos da rede (COLEMAN, 1988).

Todavia, apresentam um ponto em comum: da mesma forma como as outras formas de capital são responsáveis pelo acúmulo de recursos, o capital social também o é. Tais relações são fortalecidas e ganham em efetividade quando seus vínculos são baseados, por exemplo, em relações de confiança e reciprocidade. Tais tipos de vínculos favoreceriam trocas futuras, garantindo, por sua vez, a efetividade das relações e, conseqüentemente, das redes sociais, nas quais se desenvolvem.

Nesse sentido, através de relações sociais construídas entre os atores do processo, ou melhor, através de uma estrutura de relações sociais, o capital social é capaz de criar uma série de recursos para os atores envolvidos.

O que é interessante notar, é que para que o capital social da rede ganhe efetividade para os atores, os recursos devem, em algum momento, ser apropriados pelos mesmos para, a partir daí, serem retransmitidos no ato ou no futuro através dos vínculos de confiança e reciprocidade.

Coleman (1988) cita como exemplo de vinculação baseada na confiança encontrada no mercado de diamantes de Nova York, onde os negociadores transitam com pedras de diferentes negociadores sem, contudo, furtá-las ou ludibriá-los de qualquer maneira.

Dentro desse contexto determinadas formas de vinculação criadas a partir das relações sociais estabelecidas entre indivíduos, bases da construção das redes sociais, podem funcionar como bons elementos explicativos do acúmulo de capital social. Obrigações, expectativas, retribuições, laços de confiança e reciprocidade, etc., são alguns bons exemplos de vínculos estabelecidos entre indivíduos.

Mas, não é somente a partir das diferentes formas de vinculação que é dependente o capital social.

Depende também da fluência de ofertas e oportunidades no interior das redes, ofertas estas, em grande medida, também responsáveis pela manutenção dos vínculos e, conseqüentemente, das relações sociais. Portanto, o capital social depende que as oportunidades ofertadas entre os indivíduos, no momento oportuno, sejam retribuídas e, justamente pela certeza de sua retribuição, o fluxo de ofertas não minguem em momento algum.

Desse modo, o fluxo de recursos no interior da rede não deixaria de fluir, ou seja, um fluxo contínuo de contribuição e retribuição, expectativas e anseios entre indivíduos desenvolver-se-iam embasados em tais vínculos.

Um exemplo de um importante bem ofertado no interior da rede é a informação. Informações sobre mercado de trabalho, moradia no destino, ou seja, formas de se assentar na metrópole, influenciariam a mobilidade interiormente ao recorte territorial em questão.

Putnam (1995) em seu estudo sobre as diferenças entre as distintas regiões italianas, particularmente, entre o norte e o sul, define o capital social, como *“a favor bank”*.

É importante frisar que o estudo de Putnam aborda uma escala distinta quando comparado aos dois autores anteriormente citados no presente estudo. Enquanto os primeiros debruçavam-se sobre o grupo social e sobre o indivíduo, para Putnam (1995) o capital social também proporcionaria diferenças apreensíveis regionalmente, ou seja, entre áreas, territórios, regiões e países.

Não é sobre essa escala que o presente estudo se debruça. Todavia, é interessante elencar e discriminar, bem como desenvolver alguns pontos de vista tratados pelo autor.

Assim como para Bourdieu (1986) e para Coleman (1988), as redes para Putnam (1995) são importantes estruturas de compreensão da constituição e desenvolvimento da noção de capital social, pois são nas redes sociais que as relações sociais, elementos essenciais para a aquisição de capital social, encontram meio propício para seu desenvolvimento. O capital social

é, pois, intrínseco e constituinte de formas sociais de organização, ou seja, da coletividade e do grupo (PUTNAM, 1995).

Seu desenvolvimento dentro das redes se dá a partir da estipulação de normas e condutas. Dessa forma, assim como para Coleman (1988), a cooperação entre indivíduos é considerada outra forma e fonte de vinculação entre os mesmos; confiança, reciprocidade, expectativas criadas são diferentes tipos de vinculação que, por sua vez, incrementariam as relações no interior da rede (PUTNAM, 1995).

Nesse sentido, normas, laços e vínculos de cooperação, confiança e reciprocidade, podem ser os principais responsáveis pelo incremento do capital social através das relações sociais estabelecidas no interior da rede. Ou seja, podem ser também os responsáveis pela real efetividade na utilização desta. Como afirma Putnam (1993):

“Trust lubricates social life” (PUTNAM, 1993, p.2).

Não perdendo de vista a importância dos vínculos de confiança e reciprocidade, as redes sociais nesse aspecto estão embebidas em valores morais construídos pelos seus participantes. Tais relações entre indivíduos, ao longo do tempo e a partir dos vínculos de confiança construídos entre mesmos, tendem a reforçar-se e acumular-se, o que pode significar acúmulo de capital social (PUTNAM, 1995).

É necessário, entretanto ponderar todas essas positivities que são atribuídas à noção de capital social, uma vez que os mesmos mecanismos que levam indivíduos e grupos a se relacionar podem também conduzir a efeitos menos desejáveis.

Exercício este que Portes (2000) se propõe e realiza. Onde:

“The heuristic value of the concept suffers accordingly as it risks becoming synonymous with each and all things that are positive in social life” (PORTES, 2000, p.3).

Para Portes (1998), são, portanto, três os principais pontos que estão associados e implícitos a noção e que, dessa forma, merecem especial atenção.

A noção de capital social desdobra-se, primeiramente, em uma fonte de controle social, em uma fonte de benefícios e recursos mediada pela família e, por fim, em uma fonte de recursos mediada por redes não-familiares (PORTES, 1998).

Através das mesmas normas descritas em parágrafos anteriores o capital social pode ser utilizável e apreensível somente por aqueles que se predispõem a aceitá-las, configurando-se como um condicionante, mas, além disso, como um elemento coercitivo. Ou seja, o capital social pode, em certa medida, excluir aqueles que não se adequam às normas (PORTES, 1998).

Na comunidade, no grupo, nas famílias, a participação também é institucionalizada, quando não hierarquizada, o que pode gerar, em determinado sentido, uma sedimentação de atitudes e pensamentos, ou seja, uma conformação. Novos ideários, nesse sentido, podem não ser bem vindos (PORTES, 1998).

Além disso, outra crítica formulada por Portes (1998) é a de que o conceito é utilizado para diversas escalas, bem como para explicações de diversos fenômenos. Dessa forma, o conceito de capital social que anteriormente era utilizado como forma de entendimento das relações estabelecidas entre indivíduos, passa também a ser associado a regiões e nações (PORTES, 2000), nesse caso, fazendo com que o conceito se distancie cada vez mais daquele construído por Bourdieu (1986) e Coleman (1988). É, portanto, uma clara crítica ao pensamento de Putnam.

Além de uma visão geral do conceito, tentou-se, a partir da presente seção, estabelecer algumas relações entre a primeira noção (redes sociais) e a noção de capital social, ou seja, a presente seção esforçou-se por discriminar possíveis pontes e superfícies de contato entre ambas.

Tais relações são particularmente interessantes, uma vez que conferem maior robustez à utilização de ambas como aportes teóricos nos estudos sobre movimentos e fluxos migratórios intrametropolitanos.

O enfoque, pois, se dá sobre a efetividade e potencialidade de utilização da rede dentro dos processos migratórios através do capital social, ou seja, através desse “banco de favores” e não simplesmente sobre a existência ou não de uma rede.

Claro está que ambos possuem uma grande relevância intrínseca nos estudos sobre a mobilidade intrametropolitana, porém, o que aqui se pretende discutir é que, a partir da junção de tais conceitos, um novo patamar sobre as explicações dos condicionantes do movimento migratório poderia ser assim construído.

1.3. Redes Sociais e Capital Social: Uma Análise Macro ou Micro-Estrutural?

É notória a importância da migração nos processos de redistribuição populacional, conseqüentemente, nos processos de expansão de cidades e, de forma particular, das Regiões Metropolitanas (RM). Estudos como o de Cunha (1994) sobre a mobilidade e o processo de expansão da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e de Jakob (2003) e Cunha; Jakob e Young (2006) sobre a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), atestam a importância da correlação entre os dois temas, ou seja, migração (fluxos e movimentos migratórios) e expansão urbana.

Nos estudos sobre migração as diferenciações entre as explicações, determinantes, ou talvez um termo mais adequado, condicionantes sobre o fenômeno se fazem presentes e se desenvolvem a partir de dois distintos níveis de análise que, inicialmente, poderiam ser resumidos e reduzidos entre explicações macro-estruturais e micro-estruturais sobre o fenômeno (FUSCO, 2002).

Em nenhum momento os dois níveis se anulam, ao contrário, complementam-se. Entretanto, a ligação entre ambos é tênue e problemática quando as ferramentas e os instrumentos utilizados para tanto dizem respeito a um dos níveis em particular.

As explicações sobre os condicionantes do ato de migrar vêm-se, portanto, enfraquecidas quando as diferentes escalas de observação do fenômeno não são levadas em conta.

Desse modo, as duas noções aqui utilizadas - redes sociais e capital social - são encaradas como elementos de análise intermediária do fenômeno em questão. Não se restringem somente a análise macro-estrutural sobre os condicionantes da migração, nem se detêm unicamente sobre a análise micro-estrutural da mesma, ou seja, sobre os motivos individuais do ato de migrar. Atuam, isto sim, como um elo, uma conexão, ou ainda, uma ligação entre os distintos níveis (FUSCO, 2002).

Marques (2007), assim como Fusco (2002), também aloca o conceito de redes sociais como instrumento fundamental e proveniente de um nível intermediário de análise.

O cerne dos estudos que tomam como base as redes sociais são, desse modo, as vinculações e relações sociais estabelecidas entre os indivíduos componentes da rede social da qual os mesmos fazem parte.

A atenção, dessa forma, é deslocada dos atributos individuais justamente para as relações sociais estabelecidas entre os integrantes da rede. Todavia, tal enfoque não quer dizer que os atributos dos indivíduos e atores não sejam relevantes para a rede, uma vez que estes são encarados como parte substancial desta. Contudo, talvez mais importante do que isso sejam as trocas favorecidas entre estes interiormente a rede (MARQUES, 2007).

Como já destacado, as relações sociais estabelecidas no interior da rede entre seus indivíduos seriam diversificadas, já que tanto os indivíduos quanto suas relações estão em constante transformação (MARQUES, 2007). É estabelecida, dessa forma, uma via de mão-dupla, de modo algum causal, se assim podemos dizer, onde relações sociais influenciam diretamente os indivíduos, bem como estes, através de seus atributos, também influenciam as relações estabelecidas na rede (MARQUES, 2007).

Entretanto, fica a pergunta: Por que as redes sociais e o capital social são encarados como escalas intermediárias de análise e, principalmente, qual a efetividade de suas explicações?

Talvez a melhor forma de entender a importância da incorporação dessas noções no presente estudo seja, antes de mais nada, entender as potencialidades e limitações explicativas dadas pelas macro e micro escalas de análise. Portanto, é imprescindível uma breve contextualização sobre as explicações macro e micro-estruturais da migração; suas vantagens e desvantagens e, principalmente, suas limitações.

Como se sabe, a migração é um fenômeno altamente seletivo. Tal seletividade diz respeito à maior ou menor propensão (fruto de necessidades ou escolhas) que determinados grupos sociais têm para migrar. Isso pode se relacionar a fatores contextuais nos quais tais grupos encontram-se imersos e submetidos. Ou seja, sobre tais grupos atuam fatores sociais fomentadores, ou ainda, coercitivos, mas acima de tudo, condicionantes que se relacionam e repercutem sobre os movimentos migratórios (PORTES, 1998).

A partir do mesmo tronco teórico, vale destacar o exemplar e seminal estudo de Singer (1980). Nele, os condicionantes e explicações sobre os movimentos migratórios rural-urbanos do Brasil apoiavam-se nas desigualdades e diferenciais, econômicos, culturais, sociais, etc., entre as áreas de destino e de origem. Além disso, segundo o autor, seriam os grupos sociais e não necessariamente os indivíduos que seriam postos em movimento.

Nesse nível de análise (macro-estrutural), fatores econômicos e sociais mais gerais e contextuais são considerados importantes elementos explicativos dos estudos que possuem como

tema tanto a migração, como a mobilidade. E, em certa medida, são elementos cruciais da análise científica, configurando-se como poderosas ferramentas de análise das ações dos grupos sociais (FUSCO, 2002).

No entanto, explicações que levem em conta somente fatores mais gerais não completam o leque de questões que podem ser levantadas.

Dentre elas: por que um indivíduo opta pela migração enquanto seu parente ou amigo próximo, por exemplo, em condições econômicas e sociais similares, nem cogita a mesma como alternativa? Por que o fluxo ainda se mantém mesmo quando o destino apresenta situações econômicas e sociais adversas?

A fim de completar tais lacunas, outros estudos buscam possíveis outras direções privilegiando as decisões, motivações e explicações individuais do ato de migrar, uma vez que o indivíduo também poderia apresentar capacidade de alteração e modificação de uma dada realidade social.

Ainda a partir de explicações macro-estruturais, onde fatores econômicos seriam elementos preponderantes na decisão sobre migrar ou não migrar, Borjas (1990) introduz o conceito de *global migration market*.

Segundo tal definição, o migrante, a partir de decisões individualizadas, calcularia de modo racional as vantagens entre migrar ou não, ou seja, manter-se no local de origem.

Desse modo, as vantagens seriam proporcionadas pelo máximo retorno financeiro possível. Entretanto, o “cálculo” envolveria outros elementos e fatores, tais como: probabilidade de encontrar um bom emprego, custos materiais da viagem e a periculosidade da mesma, facilidade ou não de integração ao local de destino, fatores psicológicos e, por fim, fatores sociais. Uma vez que o saldo de tal operação é positivo, o migrante, conseqüentemente, opta pela mudança.

Não é necessário ir mais adiante para perceber diferenças importantes entre os dois níveis de análise.

Enquanto no primeiro, macro-estrutural, a unidade de análise é o coletivo, ou seja, a unidade de estudo é o grupo social; no segundo (micro-estrutural), tal unidade condensa-se na figura do indivíduo.

Nesse sentido, se as escalas e unidades de análise entre os dois níveis são distintas, os condicionantes, bem como as explicações encontradas em ambos também o são.

As diferenças entre áreas de origem e destino presentes nas teorias macro-estruturais talvez não seriam suficientes para se entender toda a complexidade do processo migratório. O trabalho de Sassen (1988) comprova tal fato, quanto atesta que há também fluxos de trabalhadores altamente capacitados e especializados no sentido inverso, ou seja, dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento.

Entretanto, cabe frisar que a micro-escala de análise, ou seja, a ação racional dos indivíduos que agem em busca do maior benefício possível em proveito próprio, também não consegue, por ter como escopo o indivíduo, abordar diversos aspectos dos fluxos e movimentos migratórios (FUSCO, 2002).

Desse modo, as explicações proporcionadas pelas teorias micro-estruturais são também parciais.

Voltemos ao cerne das explicações macro-estruturais: a decisão pessoal/individual também pode ser influenciada socialmente, ou melhor, socialmente orientada. Aqui, o comportamento individual pode ser condicionado, em grande medida, pelo comportamento social (de seus semelhantes, de seus parentes, amigos, colegas de profissão, etc.), ou seja, do grupo social do qual o indivíduo faz parte (FUSCO, 2002).

Assim, de acordo com os níveis de análise podem existir explicações, motivações específicas e limitações específicas sobre o fenômeno e a dinâmica migratória. A macro escala contempla os fatores sociais mais gerais, debruçando-se sobre o grupo social. Todavia, tende, por isso mesmo, à generalização. Não diferencia as motivações e condicionantes internos do grupo, ou ainda, entre os distintos grupos sociais.

Já a micro escala, por sua vez, foca o indivíduo, por vezes até descontextualizando-o do seu entorno social. Em compensação, pela própria escala de análise na qual se baseia, apresenta descrições mais pormenorizadas das motivações e condicionantes do processo migratório.

Como dito anteriormente, cada escala apresenta vantagens e desvantagens de análise. Entretanto, um estudo que perpassasse ambos os níveis e os conjugue sob um mesmo ponto de vista poderia unir suas positivities e amenizar suas carências.

É nesse contexto, portanto, que as noções de redes sociais e de capital social ganham importância e relevância. É nesse sentido, que essa dissertação pretende dar sua contribuição.

Talvez assim se demonstre, até certo ponto, a importância das redes sociais e do capital social nos estudos de determinados fluxos migratórios e, talvez, o mais relevante, sua importância na manutenção dos mesmos.

1.4. As Possíveis Relações entre Mobilidade Intrametropolitana, Redes Sociais e Capital Social

São diversos os estudos que levam em consideração a relação existente entre redes sociais e migração. A fim de entender seu desenvolvimento, é a partir da década de 60 do século passado, que os estudos sobre migração começam a levar em consideração tal relação. Inicialmente através dos estudos sobre redes familiares e, posteriormente, estendendo o conceito para diversas outras redes, mais genericamente, diversas outras redes sociais. Dentre os trabalhos que merecem posição de destaque estão os de Massey et al. (1987); Boyd (1989) e Tilly (1990).

Todavia, mesmo muito bem documentados e estruturados, os trabalhos do período baseiam-se essencialmente em movimentos migratórios de longa distância, particularmente, estudos sobre a migração internacional. Movimentos internos e de mais curta distância, como por exemplo, o intrametropolitano, foram muito pouco estudados sob esse ponto de vista.

Desse modo, pouco se tem falado a respeito das redes sociais e do capital social em termos regionais e intra-regionais, configurando, pois como uma grande lacuna a ser preenchida.

Entretanto, mesmo com a carência de estudos regionais que levem em conta a relação entre redes sociais e migração intrametropolitana, é presumível que, assim como a migração internacional, movimentos intrametropolitanos também possam ser melhor apreendidos em suas características e condicionantes se analisados à luz dos conceitos de redes sociais e capital social.

A relação estabelecida entre eles não se desdobraria somente no desenvolvimento e direcionamento de fluxos e movimentos intrametropolitanos, como também repercutiria nas condições de inserção desse migrante no destino, ou seja, na metrópole.

Desse modo, igrejas, famílias, associações, etc., grupos e unidades sociais podem exercer influência sobre o processo migratório e suas decisões, onde os fatores econômicos e individuais não seriam mais os únicos elementos explicativos de tal processo (FUSCO, 2002).

Se as redes sociais podem exercer influência sobre o ato de migrar, podemos pensar na efetividade da utilização de uma rede social na migração? Por exemplo, podemos pensar que

indivíduos participantes de redes sociais apresentam maior facilidade de integração a metrópole e maior propensão de migrar para este recorte territorial?

Talvez sim, talvez não. Todos os indivíduos, em maior ou menor grau, são participantes de alguma rede social. Não seria, portanto, unicamente pela presença da rede que os indivíduos seriam beneficiados.

Suas vantagens, portanto, podem depender de suas qualidades intrínsecas (amplitude, vastidão, consolidação, diversidade, etc.), mas também podem estar ligadas a outros aspectos. A efetividade na utilização de uma rede social pode depender da forma como esta se relaciona com a noção de capital social.

É interessante notar, que a manutenção e aquisição de capital social baseiam-se, em termos práticos, em trocas e relações sociais. Só a partir dessas que ele encontra real efetividade nos seus diversos agentes e atores.

Nesse sentido, a definição de capital social está intrinsecamente conectada ao próprio conceito de rede social, sendo esta mais ou menos formal e institucionalizada, mas que garante o meio propício a tais trocas, interações e relações sociais.

A quantidade de capital social de um determinado ator pode depender, portanto, do tamanho, desenvolvimento, densidade e estruturação da rede na qual o mesmo atua.

A recíproca também é verdadeira; a quantidade de capital social presente em uma rede dependerá dos personagens componentes da mesma, mas principalmente das relações estabelecidas entre estes personagens.

Depende, portanto, da quantidade de capital social disponibilizado nas relações entre os personagens da rede, ou seja, da própria quantidade e qualidade de capital social disposto na rede e de como os mesmos interagem.

Os fluxos e movimentos intrametropolitanos, bem como a forma de inserção do migrante na metrópole podem depender, dessa forma, de uma rede social mais estruturada e desenvolvida. Mas, além disso, podem depender também da forma como a rede é apropriada por seus indivíduos e da interação entre estes, ou seja, do capital social que flui interiormente a rede.

Desse modo, indivíduos possuidores de substanciais montantes de capital social e pertencentes de uma desenvolvida rede social poderiam inserir-se na metrópole de uma melhor forma, especialmente quando comparados àqueles que apresentam deficiências em ambos os

questos, ou seja, integrantes de redes sociais menos estruturadas e desenvolvidas e, conseqüentemente, com pouco capital social.

Nesse sentido, a migração, ou de um modo mais geral a mobilidade, quando mediada por tais relações pode influenciar diretamente indivíduos, mas, principalmente, grupos sociais, tais como as famílias (por serem unidades que, no seu bojo possibilitam a estruturação de redes sociais) na acumulação ou, ao contrário, na perda e deterioração de capital social.

A partir dessa construção, poderíamos dizer que a hipótese primeira do trabalho em questão é que as redes sociais e o capital social se relacionam com a mobilidade, especialmente a mobilidade residencial (como já tratada anteriormente), na metrópole e para a metrópole.

Mas não só. As redes sociais e o capital social relacionam-se, interagem e transformam-se mutuamente; cada um repercutindo e influenciando o outro ao longo do processo e ao longo do tempo.

Logo, outra hipótese é de que a mobilidade também influencia o desenvolvimento de redes sociais, conseqüentemente, do capital social. Essa influência, por exemplo, pode significar o desenvolvimento de redes sociais, como o seu oposto, ou seja, a desestruturação de redes sociais.

Por sua vez, as interações podem ecoar no acúmulo de capital social, como podem também significar o seu decréscimo.

Sob esse ponto de vista e a partir dessa abordagem, a mobilidade pode funcionar como uma *“faca de dois gumes”* já que, ao mesmo tempo, pode incrementar as condições de vida do migrante - não nos esqueçamos da importância do ciclo vital e do ciclo vital familiar nesse contexto -, como também pode, no sentido oposto, enfraquecer suas redes e seu capital social, levando-o, conseqüentemente, a piores condições no destino.

Um tempo prolongado de permanência no território levaria a ampliação da rede social, como também à concentração de capital social nesta. Mas não só, o prolongado tempo de permanência refletiria em outros aspectos, por exemplo, em melhores condições de moradia e acesso a terra, ou seja, ao mercado fundiário, uma vez que o acúmulo de capital financeiro é maior em estágios mais avançados do ciclo vital. É necessário, portanto, atentar para esse fato (CUNHA, 2009). Nesses termos pode-se levantar também outra hipótese de trabalho: os migrantes intrametropolitanos em função de sua maior experiência na metrópole tenderiam a

apresentar diferenciais importantes em relação aos migrantes sem essa prévia vivência na região (aqui chamados de externos), sobretudo em função da qualidade e quantidade de capital social.

É muito importante, no entanto, não perder de vista uma visão mais geral e global do processo migratório, onde aspectos sociais e contextuais exercem um papel fundamental.

O funcionamento do mercado fundiário metropolitano é um bom exemplo da complexidade e das múltiplas facetas do processo migratório. Por um lado, a mobilidade pode funcionar como instrumento ou meio de aquisição de certa independência frente às limitações de ocupação do mercado de terras altamente especulativo das regiões metropolitanas. Nesse sentido, mudar-se para a periferia distante onde o preço da terra é menor em comparação a áreas mais centrais pode ser encarada como uma possível solução. No entanto, tal solução pode se configurar também como um processo de segregação socioespacial (TORRES; MARQUES, 2002).

E não só, a forçada mudança pode provocar também o rompimento de importantes laços construídos através das redes sociais, conseqüentemente, levar a perda de capital social por parte do migrante. Tais situações podem ser exemplificadas e notadas através dos grandes reassentamentos habitacionais, seja para construção de grandes obras mediante desapropriações, seja por meio do remanejamento “não espontâneo” de populações em assentamentos precários. O denominador comum em ambos os casos seria a retirada da população de seu local de origem, onde a mesma encontrava-se concentrada e coesa, e sua pulverização no território. Pode-se supor que a perda de laços entre os indivíduos e desses com o território é notável.

Pensar os movimentos migratórios intrametropolitanos a partir das redes sociais e do capital social é, portanto, levar em conta suas relações, seus múltiplos aspectos e ligações, é considerar suas possíveis implicações. A mobilidade residencial intrametropolitana nesse sentido poderia se relacionar com o acúmulo ou a degradação das redes sociais e do capital social. Estes, por sua vez, poderiam também se relacionar com fenômenos do processo migratório, tais como as formas de inserção e integração do migrante a metrópole e até mesmo com o direcionamento do fluxo migratório intrametropolitano.

CAPÍTULO 2

Características sociodemográficas da RMBS: Expansão urbana e Mobilidade

Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões-postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. Para não decepcionar os habitantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira-a à atual, tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência e a prosperidade da Maurília metrópole, se comparada com a velha Maurília provinciana, não restituem uma certa graça perdida, a qual, todavia, só agora pode ser apreciada através dos velhos cartões-postais, enquanto antes, em presença da Maurília provinciana, não se via absolutamente nada de gracioso, e ver-se-ia ainda menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes, e que, de qualquer modo, a metrópole tem este atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi.

Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. É inútil querer saber se estes são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre eles, da mesma forma que os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado, mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília”.

Ítalo Calvino – As cidades e a memória 5 – As Cidades Invisíveis (p.32-33)

1.5. Caracterização e Contextualização da Região Metropolitana da Baixada Santista

1.5.1. Informações e Aspectos Gerais da RMBS

A presente seção tem como objetivo apresentar um panorama sobre a Região Metropolitana da Baixada Santista a partir de seus aspectos mais gerais de forma a tentar correlacioná-los com os processos migratórios desenvolvidos nesta área.

Nesse sentido, serão considerados alguns dos aspectos mais relevantes do processo de formação e consolidação da RMBS, com o intuito de nortear a discussão para a relação estabelecida entre espaço e população.

A configuração da Região Metropolitana da Baixada Santista como tal se apresenta nos dias atuais, nada mais foi que um progressivo processo de expansão e espraiamento da mancha urbana a partir dos seus municípios mais centrais (Santos e São Vicente, no caso). Estudos como o de Jakob (2003) demonstram que nesse processo, a dinâmica migratória intrametropolitana exerceu papel de relevância sendo influenciada e influenciando os vários elementos que condicionam o processo de expansão urbana.

Além disso, até pela brevidade do processo de formação institucional da região, são poucos os estudos que tomam a mesma como base para seus possíveis questionamentos e inquietações.

Debruçar-nos-emos, essencialmente, sobre aspectos e elementos físicos, territoriais, populacionais e demográficos, visto que uma visão panorâmica sobre a região pontuaria alguns de seus momentos particulares colaborando para uma visão holística sobre seus processos de expansão e, por que não, corroborando alguns dos pensamentos desenvolvidos por diversos autores sobre o assunto.

Não se pretende aqui fazer um extenso levantamento sobre a formação histórica da região, mas simplesmente apresentar alguns dados e informações que serão úteis para que o leitor melhor compreenda o contexto em que ocorreram os fenômenos aqui estudados.

Mesmo porque levantamentos históricos da região já foram abordados e realizados por Santos (2008) em seu estudo sobre o papel do município de Praia Grande na estruturação da região, onde a mobilidade populacional pode ser encarada como um importante elemento explicativo.

Da mesma forma, Silva (2009) também aborda alguns aspectos históricos da formação da região em seu estudo sobre mobilidade pendular, esta atrelada ao conceito de vulnerabilidade em seus diversos sentidos, social, ambiental, etc..

Por fim, deve-se destacar o trabalho desenvolvido por Jakob (2003). Em sua tese de doutoramento, o autor, em seu primeiro capítulo, apresenta uma visão histórica detalhada e pormenorizada do processo de formação da Região Metropolitana da Baixada Santista, desde a implantação da vila de São Vicente em 1532 por Martin Afonso de Souza, até a atualidade.

O presente capítulo, portanto, não se debruçará sobre detalhes de tais aspectos históricos, não por entendê-los menos merecedores de atenção comparativamente a outros, mas simplesmente porque uma já competente bibliografia que os aborde com o devido carinho foi desenvolvida.

Para a presente pesquisa tão importante quanto à delimitação de um recorte espacial é também a delimitação de um recorte temporal. Desse modo, não nos esqueçamos do próprio dinamismo econômico pelo qual a região passou, principalmente a partir da segunda metade do século XX, sendo assim este seria um bom ponto a partir do qual valeria à pena concentrar nossa atenção. Assim, o período pós 50 pode ser encarado como um “*proto-recorte*”, já que é a partir desse ponto que se concentra o impulso inicial para o desenvolvimento da região e a gênese do que hoje vem se consolidando como uma aglomeração metropolitana⁹.

Voltemo-nos, portanto, a alguns fatos relevantes do período em questão e que, em maior ou menor medida, foram estruturantes para a região. Por exemplo, o desenvolvimento do porto de Santos e a sua relação com o incremento do setor terciário, conseqüentemente, com o incremento de uma vida notadamente urbana. Não menos importante foi à implantação do pólo petroquímico e industrial de Cubatão, o que aumenta consideravelmente a importância do setor industrial na região.

Por fim a implantação de uma rede de infra-estrutura de ligação, essencialmente estradas e rodovias, responsável pela conexão entre o litoral e o planalto paulista, tornou a região a principal rota de escoamento da efervescente produção industrial do planalto, bem como responsável pelas conexões e ligações internas a região, fato este que contribuiu imensamente para os deslocamentos, fluxos e movimentos populacionais tanto internos quanto externos a esta.

É claro, que os três fatos acima citados não são os únicos fatores que justificam os processos de urbanização, expansão e espraiamento da mancha urbana, bem como os processos de formação, conformação e consolidação metropolitana. Todavia, são elementos altamente relevantes a serem levados em conta. Mais à frente, serão discutidos outros fatores, tais como o processo especulativo exercido pelo mercado fundiário - este reforçado pelo caráter turístico e de

⁹ Temos consciência de que embora oficialmente reconhecida, a condição metropolitana da região da Baixada Santista não é um consenso tanto entre os especialistas como entre nos círculos acadêmicos. De qualquer forma, não é nossa intenção entrar nessa discussão, já que o que realmente nos interessa é a sua condição inequívoca de grande aglomeração urbana, com forte integração entre seus municípios, características que sabemos são condições necessárias, mas não suficientes para a configuração de uma região metropolitana.

veraneio da região -, além das limitações físicas do território que acabam por influenciar fortemente a expansão urbana regional.

Concentremo-nos, desse modo, em aspectos mais gerais e mais recentes da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Desse modo, como mencionado por diversos autores, tais como, Jakob (2003), Zundt (2006) e Cunha; Jakob e Young (2006), a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) possui uma série distintos atributos e características quando comparada a outras regiões metropolitanas do Estado de São Paulo e, por que não, do país.

A Região Metropolitana da Baixada Santista está situada geograficamente no litoral central do Estado de São Paulo. A partir do ano de 1996, foi delineada como uma região metropolitana – Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) – composta pelo aglomerado de nove municípios, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Bertioga e Guarujá. É, dessa forma, uma região de recentíssima formação e institucionalização uma vez que remonta 1996, com a implementação da Lei Complementar 815/96, esta, uma lei estadual (ZUNDT, 2006).

Apresenta 65 km contínuos de extensão litorânea, sendo localizadas ao longo desta faixa 122 praias. Faz, ao norte, divisa com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com quem guarda e mantém grandes vínculos. Ao sul, faz fronteira com o Vale do Ribeira, e a leste com o denominado litoral norte do Estado de São Paulo e com o Vale do Paraíba (ZUNDT, 2006, p.310).

Seus principais acessos rodoviários a conectam com a RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), o que as tornam intrinsecamente vinculadas, a partir de estradas importantes como a Rodovia Anchieta (SP-150), Rodovia dos Imigrantes (SP-160), por onde se dá o principal fluxo de tráfego. Também outras rotas permitem conectar a região a outras áreas dentro e fora do Estado de São Paulo: a Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro (Mogi-Bertioga, SP-098), a Rodovia Prestes Maia (Rio-Santos, SP-055), esta fazendo a conexão entre Santos e o litoral norte do Estado, e a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055), costurando a ligação com o litoral sul do Estado e com o Vale do Ribeira (ZUNDT, 2006).

Já seus acessos ferroviários estão restritos a utilização de duas malhas distintas, a malha da antiga Rede Ferroviária Federal S.A., atualmente em posse da concessionária MRS Logística

S.A., e pelo antigo acesso das Ferrovias Paulista S.A. (Fepasa), sob a direção da Ferrovia dos Bandeirantes S.A. (Ferrobán) (ZUNDT, 2006).

Figura 1 – Principais Estradas e Rodovias - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007



Fonte: SÃO PAULO. Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo. Departamento de Estradas de Rodagem (DER) (2006). SÃO PAULO. Divisão Municipal do Estado de São Paulo. Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) (1998).

A proximidade entre o principal centro industrial, produtor e consumidor de produtos, São Paulo, e o porto de Santos foi um dos principais condicionantes do crescimento e expansão de ambas as regiões, fato este que ainda é sentido através da sua significativa interligação e interdependência regional.

Além disso, a partir da metade do século XX, com a implantação do pólo petroquímico (Refinaria de Presidente Bernardes) e do pólo industrial, através essencialmente da Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA – 1953), em Cubatão, esses vínculos com a Região Metropolitana de São Paulo estreitaram-se ainda mais, ao mesmo tempo em que se alavancou o crescimento econômico e populacional da própria RMBS (ZUNDT, 2006).

É interessante, portanto, notar que a expansão da região se deu através de fortes incentivos e intervenções provenientes do Estado. Elencamos, dessa forma, três elementos já mencionados: o porto de Santos, o pólo petroquímico e industrial de Cubatão e a interligação da região por meio de estradas e rodovias. Todos estes elementos estão presentes e são abordados em diversos outros trabalhos e estudos, tais como os de Jakob (2003); Zundt (2006) e Santos (2008).

Atrelado ao crescimento físico e econômico induzido pelo Estado, o crescimento da mancha urbana da região se deu essencialmente a partir do crescimento e expansão de seus municípios mais centrais, aqui entendidos como Santos e São Vicente.

Posteriormente, o espraiamento da mancha urbana de tais municípios provoca também a conurbação com outros municípios externos a Ilha de São Vicente, atingindo, dessa forma, outras áreas continentais (JAKOB, 2003; CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006; ZUNDT, 2006).

Segundo Zundt (2006), o município de Santos pode, ainda nos dias atuais, ser considerado o município pólo da Região Metropolitana da Baixada Santista, pois mesmo com sua reduzida área em comparação a outros municípios da região (trata-se de um município basicamente insular, uma vez que seu setor continental é pouco ocupado), exerce influência em toda a região por concentrar grande parte das instituições estaduais e federais, do comércio e serviços, além do maior contingente populacional da região. A influência desse município extrapola os limites da própria região, uma vez que municípios componentes tanto do litoral sul, quanto norte também buscam em Santos determinados serviços não encontrados em suas respectivas regiões.

Todavia, a área de influência exercida por esta municipalidade é realmente mais sentida nos municípios que poderíamos chamar de “núcleo duro” da RMBS, aqui entendidos como São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande. Basta para tanto, atentarmos para os processos de desconcentração populacional e, conseqüentemente, expansão urbana apontados, descritos e desenvolvidos por Jakob (2003).

Entretanto, quais seriam os condicionantes desse processo de expansão urbana e que, em um dado momento, culminariam com a própria formação da Região Metropolitana da Baixada Santista?

A região apresenta peculiaridades em sua forma de ocupação, em grande medida condicionadas por seus aspectos geográficos, físicos e territoriais e por estes motivos apresenta

uma malha urbana bastante densa tanto em suas áreas insulares, quanto continentais (ZUNDT, 2006, p.309). Diversos autores compartilham este ponto de vista, tais como Jakob (2003); Cunha; Jakob e Young (2006); Santos (2008) e Silva (2009).

Desse modo, a partir de um contínuo processo de expansão urbana e por suas próprias limitações físico-territoriais, a região apresenta uma considerável mancha urbana e, principalmente, com propriedades marcadamente urbanas.

Como exemplo das limitações físicas e suas conseqüentes relações no processo de expansão urbana, podemos citar o caso dos municípios sede (Santos e São Vicente) da RMBS. Santos é possuidor de uma área total de 271 km², dos quais 39,4 km² estão em sua área insular, totalmente urbanizada, os 231,6 km² restantes encontram-se em áreas continentais com população muito mais rarefeita (ZUNDT, 2006, p.320).

O mesmo acontece com São Vicente, com seus 146 km² de área, 18 km² encontram-se em sua área insular (dividindo a Ilha de São Vicente com o município de Santos) esta porção encontra-se também totalmente urbanizada e é nela que se fixam suas classes mais abastadas, sendo que os 128 km² restantes encontram-se no continente e é aí que se implantam os principais loteamentos populares do município, conseqüentemente, onde reside sua população mais pobre e carente (ZUNDT, 2006, p.320).

O único município não banhado pelo mar, Cubatão, também apresenta sérias dificuldades para assentamentos humanos. Por possuir aproximadamente 62% de seu território sobre proteção ambiental através da instituição de áreas de proteção ambiental e ser detentor de um importante pólo industrial e petroquímico gerador de empregos, foi, pelo menos durante décadas passadas, considerado um pólo de atração populacional através de fluxos e movimentos migratórios (ZUNDT, 2006, p.321).

Como se nota a partir dos parágrafos anteriores, a RMBS apresenta sérias dificuldades para a implantação de novos assentamentos humanos. Tais dificuldades físicas desdobraram-se na própria forma de expansão de sua mancha urbana (JAKOB, 2003).

Além disso, a estreita faixa de terras viáveis a utilização urbana da RMBS - uma vez que a outra parcela é constituída por mangues, restingas, áreas de proteção permanente, áreas com fortes inclinações, ou ainda, propensas a inundações, foi desde o início do processo de ocupação da região, voltada para funções urbanas, deixando funções agropecuárias de lado ou em segundo plano.

Assim, como apontado por Santos (2008), a limitação de solo imposta ao setor agropecuário implicava, por parte deste, na utilização de técnicas intensivas de manejo e gestão, o que realmente e efetivamente não ocorreu.

Dessa forma, o solo rural não se configurou como tal, sendo, isto sim, apropriado como solo urbano muito mais valorizado por um mercado fundiário escasso e, conseqüentemente, especulativo.

A tão propagada “vocação” urbana da região está também relacionada   baixa fertilidade do solo, bem como   carência de terras utilizáveis para o uso agropecuário, embora não apenas as carências físicas do território tenham repercutido em processos fundiários e especulativos do solo.

O mercado imobiliário, nesse sentido, exerceu um papel preponderante na conforma o e estrutura o¹⁰ da região e dentro deste o veranismo foi e ainda   um dos motivadores do “boom” imobiliário, intrinsecamente relacionado ao processo de expansão urbana da região (CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006).

Tal processo, no entanto, foi acompanhado de perto por efeitos não almejados e previstos, principalmente aqueles que dizem respeito às formas de assentamento da popula o mais carente, com as primeiras áreas de invasão e ocupa o desconformes em encostas de morros e em outras áreas de prote o ambiental. Dessa forma, na região também se fazem presentes importantes processos de segrega o socioespacial (ZUNDT, 2006; CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006).

As ocupa oes são compostas essencialmente por popula o de mais baixa renda e que, geralmente, não possuem acesso a terra urbanizada nos moldes legais de uma municipalidade ou qualquer outro órgão público regulador. A forma de ocupa o, portanto, se d  em áreas de prote o ambiental, mangues, restingas, áreas de prote o permanente (matas ciliares), íngremes encostas, etc., ou seja, justamente aquelas que não possuem valor de mercado e com maior probabilidade de riscos ambientais (ZUNDT, 2006).

Como   fácil de supor, grande parte dessas ocupa oes são irregulares e apresentam as mais distintas denomina oes:  reas de ocupa o irregular, favelas, assentamentos precários e/ou subnormais (conforme o recorte metodológico e da fonte de dados utilizada).

¹⁰ Como definido por Villaça (2000).

Todavia, o problema do binômio habitação - meio ambiente não se restringe apenas àqueles assentamentos irregulares, precários e informais. Com a construção da primeira pista da Rodovia dos Imigrantes (SP-160) em 1976, ocorreu um rápido e denso processo de ocupação do território por meio de loteamentos voltados essencialmente para o veraneio e turismo, uma vez que esta facilitou e agilizou grandemente a ligação entre São Paulo e litoral. Como é fácil de se notar, os novos loteamentos eram voltados para estratos sociais mais abastados (CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006; ZUNDT, 2006).

Em todos os municípios da região o padrão urbanístico adotado, até mesmo pelos aspectos físicos da mesma, é o de uma forte verticalização com conseqüente valorização fundiária de suas faixas mais litorâneas e costeiras, apresentando até certa medida uma cidade dual e segregada, uma vez que suas áreas mais internas são ocupadas por população de mais baixa renda em oposição a sua ocupação costeira (de mais alta renda). Talvez a única exceção dentro deste contexto seja o município de Peruíbe, uma vez que segundo seu Plano Diretor é proibida a construção de conjuntos verticalizados próximos a costa, sendo esta composta unicamente por casas assobradadas. Entretanto, como é fácil de supor, diversas e fortes pressões atuam na direção de modificar os coeficientes, usos e limitações impostas pela legislação deste município (ZUNDT, 2006, p.320; CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006; SANTOS, 2008).

Jakob (2003) chega à conclusão de que a própria saturação, adensamento e esgotamento das possíveis áreas habitáveis e utilizáveis da região levam a um processo de conformação da metrópole a partir da expansão urbana, primeiramente, de seus municípios mais centrais, ou seja, mais consolidados urbanisticamente (Santos e São Vicente, no caso. Principalmente em seus territórios insulares), aumentando, conseqüentemente, a dinâmica migratória intrametropolitana da região.

Desse modo, relacionado aos processos de expansão urbana, os movimentos migratórios através de seus fluxos e movimentos também se configuraram como importantes elementos do processo de alteração do espaço. Já que, como explicitado e discutido na seção 1.1 do presente trabalho, acredita-se que tanto espaço como sociedade influenciam-se mutuamente e reciprocamente. Ao mesmo tempo, o processo de expansão urbana também pode se relacionar e condicionar os fluxos e movimentos migratórios.

A Região Metropolitana da Baixada Santista, dentro desse contexto, é um particular objeto de estudo e recorte espacial. Isto, pois, seus condicionantes físico-territoriais, bem como

sua tão reconhecida e disseminada vocação urbana, de certa forma e em certa medida, influenciaram os movimentos migratórios.

Os movimentos migratórios intrametropolitanos, causados pela escassez de áreas úteis e utilizáveis nos municípios centrais, Santos e São Vicente - ou ao menos de suas porções insulares-, bem como o processo de expansão urbana atrelado aos limitadores naturais, ou seja, o extravasamento e espraiamento urbano dos mesmos, são bons exemplos de como o processo de expansão urbana pode se relacionar com alterações da dinâmica migratória intrametropolitana (JAKOB, 2003).

Até aqui se tentou delinear um breve panorama dos aspectos mais gerais da região. Contudo, no final da presente seção, começamos a abordar alguns aspectos da expansão da mancha urbana da região e, concomitantemente, de sua consolidação. É, portanto, relevante adentrarmos e discutirmos melhor tais fenômenos a partir de suas possíveis questões demográficas. Este é o objetivo da próxima seção.

1.5.2. Aspectos Físico-Territoriais e seus Desdobramentos Demográficos

Como mencionado na seção anterior, tais transformações e alterações ocorreram, essencialmente, ao longo da segunda metade do século XX. Desse modo, é ao longo desse período que ocorreram grande parte das modificações espaciais na região e, provavelmente, em sua dinâmica migratória.

É, pois, nesse período, o nascedouro e gênese de importantes e relevantes transformações no espaço e na sociedade. Isto não quer dizer, contudo, que os processos de alteração do espaço e da sociedade não tenham ocorrido anteriormente; todavia, pode ser especificamente nesse período que tais processos encontram sua máxima expressão.

Provavelmente é nele que encontraremos os principais elementos estruturais para se compreender a constituição e conformação da metrópole que, como já dito, é, em linhas gerais, extremamente recente.

Esse fato fica muito claro como observamos a evolução demográfica regional. Atentemos para o crescimento populacional absoluto da região estabelecido entre as décadas de 50 e 60, como depreendido a partir da Tabela 1 apresentada abaixo:

Tabela 1 – População Presente e Residente por Municípios – Região Metropolitana da Baixada Santista, 1950-2000

Municípios	População Presente		População Residente				
	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Bertioga	-	-	3.575	4.233	11.473	17.002	30.039
Cubatão	11.803	25.076	50.906	78.631	91.136	97.257	108.309
Guarujá	13.203	40.071	94.021	151.127	210.207	226.365	264.812
Itanhém(*)	5.749	7.334	14.515	27.464	46.074	58.017	71.995
Mongaguá	1.386	2.360	5.214	9.928	19.026	27.065	35.098
Peruíbe	-	3.128	6.966	18.411	32.773	41.398	51.451
Praia Grande	-	-	19.704	66.004	123.492	150.388	193.582
Santos	203.562	262.997	342.055	412.448	417.450	412.243	417.983
São Vicente	31.684	75.997	116.485	193.008	268.618	279.528	303.551
RMBS	267.387	416.963	653.441	961.254	1.220.249	1.309.263	1.476.820
Estado SP	9.134.423	12.823.806	17.771.948	25.042.074	31.588.925	34.120.886	37.032.403

Fonte: Fundação FIBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000 e Contagem Populacional de 1996 *apud* Jakob (2003).

(*) O município de Itanhaém em 1940 possuía o distrito de Itariri, instalado em 1949, que continha 6.460 pessoas em 1940.

Como já dito, foi nesta década (anos 50) que ocorreu a implantação do parque industrial e petroquímico de Cubatão de acordo com as concepções do plano de metas elaborado e estabelecido por J.K. Este projeto, integrado à reformulação e modernização do porto de Santos, proporcionou grande dinamismo econômico, urbano e, por fim, populacional a região. Dessa forma, já ao longo da década de 60, Cubatão passou a responder por 72,5% da produção industrial da RMBS, enquanto Santos por apenas 25,7% (JAKOB, 2003).

Entretanto, nem o porto de Santos, nem o pólo petroquímico de Cubatão, exerceriam sua máxima potencialidade sem as influências e relações com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Desse modo, ainda ao longo das décadas de 50 e 60 do século passado, a implantação da indústria automobilística, presente inicialmente e principalmente na região do ABC, favoreceu, em grande medida, a ligação e a relação entre as duas regiões. Afinal de contas, Santos apresentava o maior porto da América Latina, ou seja, simplesmente a maior porta de entrada e saída de produtos do Brasil.

O escoamento da produção industrial do planalto paulista, desse modo, passava por um conjunto de recém criadas novas infra-estruturas de ligação (estradas e rodovias) que além de interligarem a Região Metropolitana da Baixada Santista a outras regiões (RMSP), interligava-a, inclusive, internamente, fato este que configurou alguns importantes vetores de expansão urbana (JAKOB, 2003).

Concomitante a tais fatos e eventos históricos, houve ainda, como descrito por Cunha; Jakob e Young (2006), um processo de diversificação da base econômica regional que anteriormente, pelo menos ao longo da primeira metade do século XX, ainda se concentrava em torno do peso exercido pelo porto de Santos.

Houve também a dispersão desses novos empreendimentos na região, situação esta que condicionou, enormemente, os fluxos e movimentos migratórios na e para a mesma.

De acordo com Cunha; Jakob e Young (2006) é aproximadamente a partir da década de 60, e também, a partir do transbordamento das atividades produtivas e econômicas do município que viria a se tornar sede da região - Santos - que se delineia o processo de aglomeração urbana da RMBS. Inicialmente esse “*espraiamento*” de atividades ocorre em direção aos municípios vizinhos de São Vicente e Cubatão.

Além disso, no período em questão, o turismo de veraneio proporcionado e fomentado pelas novas ligações viárias entre o planalto e o litoral, bem como entre áreas internas da Região Metropolitana da Baixada Santista, proporcionaram a expansão urbana da região a partir da construção de novos loteamentos voltados para veranistas.

Nesse sentido, expansão urbana e turismo de veraneio caminham juntas e as relações estabelecidas entre ambos foram relevantes sobre o processo de expansão urbana da RMBS (CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006).

O processo de extravasamento da mancha urbana para os municípios limítrofes do núcleo central da região (Santos, São Vicente e Cubatão), iniciado na década de 60, ganha força na década seguinte. Tal processo deve-se em grande medida ao adensamento populacional do município de Santos, com conseqüente saturação das áreas disponíveis a ocupação.

Desse modo, é interessante atentar para os dados da Tabela 2 sobre as taxas de crescimento populacional anual.

Tabela 2 – Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento Populacional - Região Metropolitana da Baixada Santista, 1950 – 2000

Municípios	Taxas de Crescimento (% ao ano)				
	50 / 60	60 / 70	70 / 80	80 / 91	91 / 2000
Bertioga	.	.	1,7	9,49	11,29
Cubatão	7,83	7,34	4,44	1,35	1,94
Guarujá	11,74	8,9	4,86	3,05	2,6
Itanhém(*)	2,46	7,07	6,58	4,82	5,08
Mongaguá	5,47	8,25	6,65	6,09	7,04
Peruíbe	.	8,34	10,21	5,38	5,14
Praia Grande	.	.	12,85	5,86	5,12
Santos	2,78	2,66	1,89	0,11	0,01
São Vicente	9,14	4,36	5,18	3,05	1,37
RMBS	4,54	4,59	3,94	2,19	2,14
Estado SP	3,45	3,32	3,49	2,13	1,78

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000 *apud* Jakob (2003).

(*) As taxas do período 1960/70 apresentam variação, em função de se comparar a população presente em 1960, com a população residente em 1970.

Além de mostrar as elevadas taxas de crescimento dos municípios da região, os dados da tabela demonstram também o processo de desconcentração populacional da região e, conseqüentemente, o espraiamento da mancha urbana em direção a periferia metropolitana muito provavelmente a partir de movimentos intrametropolitanos.

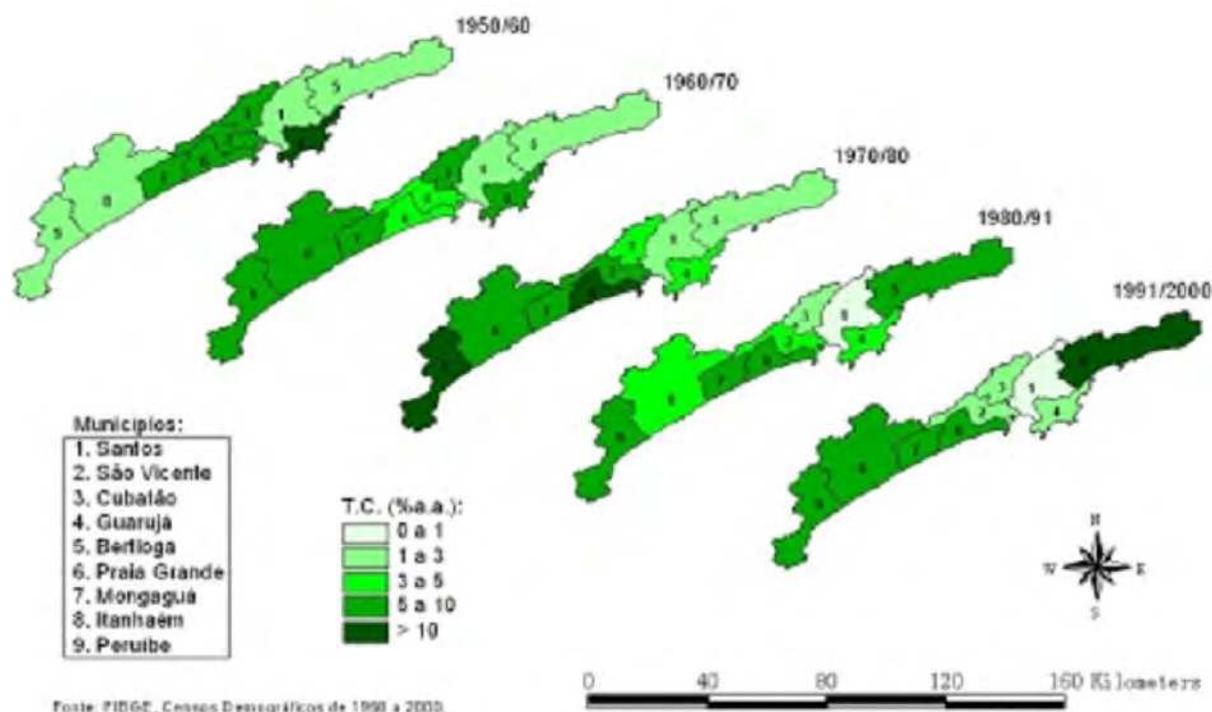
Desse forma, até aproximadamente a década de 70, Santos e São Vicente concentravam mais de 70% da população da região. Já em 2000, não abrigavam nem a metade da população da mesma, em um claro processo de desconcentração populacional.

Já ao longo da década de 80, a evolução da região foi marcada pelo baixo crescimento econômico e pelos impactos negativos da política econômica recessiva adotada pelo governo. Nesse contexto, o crescimento populacional foi muito menos incipiente do que aquele registrado em décadas anteriores. No entanto, municípios como Mongaguá (de 6,1% para 7,0% a.a.), Itanhaém (de 4,8% para 5,1% a.a.), Cubatão (de 1,3% para 1,9% a.a.) e Bertioga, cujo crescimento que já era de 9,5% alcançou a cifra de 11,3% ao ano, atestam a expansão regional para áreas além dos seus municípios mais centrais. É importante ressaltar, contudo, que mesmo as taxas de crescimento dos municípios periféricos sendo consideravelmente elevadas, seus números absolutos, no entanto, são bem mais acanhados do que aqueles apresentados pelos municípios base da RMBS.

O processo de desconcentração populacional é perceptível, por exemplo, através do município de Santos, que durante o período 1991-2000, apresenta taxa de crescimento praticamente nula, o que, de certa forma, atestaria que se trata de um município consolidado, com poucas e restritas áreas de expansão. São Vicente, nesse sentido, é outro município da região que também já se encontra em avançado estágio de consolidação.

O processo de desconcentração urbana ocorrido na região pode ser melhor visualizado a partir da Figura 2.

Figura 2 – Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento Populacional - Região Metropolitana da Baixada Santista, 1950 – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1950 a 2000 *apud* Jakob (2003).

Dessa forma, a desconcentração populacional ocorrida desde Santos e nos demais municípios do núcleo metropolitano se refletiu também na forma pela qual a população se dispersa no território metropolitano. A desconcentração, desse modo, ocasionou um efeito inverso, a concentração da população de estratos sociais mais carentes nas áreas e municípios mais periféricos da Região Metropolitana da Baixada Santista (CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006).

O processo de segregação da população seguiu o próprio processo de valorização da terra, sendo na orla marítima, pelo menos na grande maioria dos casos, que se concentrou a

população mais abastada, enquanto que as áreas ambientalmente protegidas (mangues, restingas, áreas de proteção permanente, etc.) foram as que ficaram “*disponíveis*” para os estratos mais carentes. Segundo Zund, (2006), isso se deveu em boa medida à ação (ou talvez melhor, a não ação) do estado, essencialmente através da falta de infra-estrutura implantada nessas áreas.

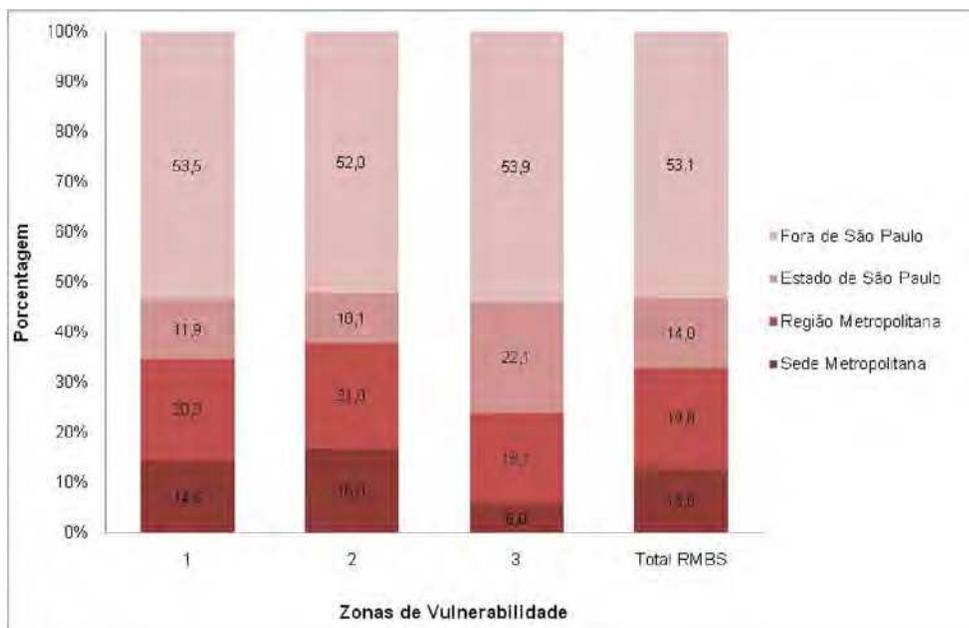
Desse modo, os processos de expansão urbana da região se relacionaram com processos de segregação socioespacial, como apontam os autores aqui já citados. Além disso, através desses mesmos levantamentos bibliográficos, movimentos e deslocamentos, ajudaram nesse processo de expansão (principalmente com o crescimento da periferia) através do espraiamento da mancha urbana a partir de seus municípios centrais.

1.5.3. Aspectos Gerais da Mobilidade na RMBS

A presente seção visa delinear os aspectos mais gerais da mobilidade residencial intrametropolitana da RMBS. Se nas seções anteriores o intuito foi traçar de um modo geral e a partir das fontes bibliográficas o processo de expansão urbana da já referida região; a presente seção, a partir dos dados disponíveis da pesquisa amostral realizada em 2007, tem como objetivo relacionar o processo de expansão urbana e metropolitana a uma modalidade específica da migração, ou seja, a migração, mas principalmente, a modalidade residencial intrametropolitana como já tratada e descrita em seções anteriores.

Em termos da última origem dos migrantes os dados mostram que existem diferenças significativas entre as diferentes zonas de vulnerabilidade. De fato, na Zona 3, a mais central, consolidada e com melhores condições socioeconômicas, por exemplo, é muito maior a importância daqueles provenientes do Estado de São Paulo. Todavia, o mesmo não se observa na periferia mais distante (Zona 1) que segue um padrão semelhante aquele apresentado pela Zona de Vulnerabilidade 2.

Gráfico 1 – Responsáveis por Domicílios Urbanos Migrantes Segundo Município de Residência Anterior - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.
 (*) Não considera os migrantes “sem declaração” de residência anterior.

No entanto, independentemente da zona de vulnerabilidade, a porcentagem de migrantes externos ao Estado de São Paulo é praticamente a mesma.

Este quadro tende a sofrer alguma alteração quando se considera apenas os migrantes mais recentes, no caso, aqueles com menos de 10 anos de residência. Nesse caso, de maneira geral, existe um peso relativo maior dos responsáveis que vieram de mais curta distância, com 15,7% provenientes da sede metropolitana, 20,4% da própria RM, 13,3% do Estado de São Paulo e 50,6% de outros locais.

A alteração mais expressiva ocorreu na Zona de Vulnerabilidade 2, onde houve um substancial aumento na participação de responsáveis provenientes da sede metropolitana (25,6% contra 16,8%) em detrimento dos locais mais afastados. Isto indica claramente uma dinâmica de expansão urbana, com uma migração com origem na sede e destino em áreas próximas, ou seja, da Zona 3 para a Zona 2 neste caso. Trabalhos como os de Cunha; Jakob e Young (2006) e Jakob (2003) já apontavam para tal fato.

Na verdade, tal processo de expansão urbana, pode ser notado ainda com a utilização do Gráfico 1. Notemos, por exemplo, que para o conjunto de migrantes da Zona de Vulnerabilidade

2, 16,8% destes eram provenientes da sede metropolitana, enquanto que dentro do mesmo critério para a Zona de Vulnerabilidade 1 o valor é de 14,6%.

Da mesma forma, 21% dos migrantes da Zona de Vulnerabilidade 2 eram originários da própria Região Metropolitana da Baixada Santista; já na Zona de Vulnerabilidade 1 essa porcentagem era de 20%. Dessa forma, mesmo os valores percentuais sendo muito próximos e semelhantes entre si (independentemente da Zona de Vulnerabilidade em questão), os dados sugerem que pode haver um processo de desconcentração da sede metropolitana em direção a seus municípios mais imediatos e não, como seria de se supor inicialmente, em direção a periferia mais distante, mesmo que essa apresente taxas de crescimento demográficas consideráveis.

Com relação ao número de municípios pelos quais passam os migrantes antes de chegar ao local de residência atual no momento da pesquisa, os dados mostram que 54,2% dos responsáveis vieram diretamente para o município onde residem. De qualquer maneira é muito relevante o percentual daqueles com mais de uma etapa migratória (45,8%). Além disso, o número de municípios prévios não varia muito entre as distintas zonas de vulnerabilidade.

Uma informação interessante, a fim de melhor entender o processo de ocupação do espaço metropolitano e dos municípios em particular, diz respeito à mobilidade intramunicipal.

Esse dado levantado na pesquisa domiciliar e apresentado na Tabela 3 mostra que na Região Metropolitana da Baixada Santista a maior parte dos responsáveis pelos domicílios realizou 3 ou mais mudanças dentro do município de residência atual (32,6%), fato que revela a intensidade da mobilidade intra-urbana existente na área. Seguem em importância aqueles chefes que nunca se moveram (28,3%) e, por fim, aqueles que realizaram duas mudanças (23,6%).

Uma possível explicação para tal fato é que região em questão, como discutido em seções anteriores, por seus próprios limitadores ambientais e físicos, é extremamente urbana e, pelos menos nos seus municípios mais centrais, extremamente conurbada, desse modo, talvez por ser tão urbana e conurbada o processo de mobilidade residencial pode ser em certa medida facilitado.

Tabela 3 – Responsáveis por Domicílios Urbanos Segundo Número de Mudanças Intra-Municipais Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Número de Mudanças	Zonas de Vulnerabilidade			
	1	2	3	Total RMBS
Nenhuma	32,3%	27,0%	24,7%	28,3%
1	15,7%	13,0%	11,5%	13,6%
2	24,6%	27,7%	18,3%	23,6%
3 ou Mais	26,3%	29,3%	44,1%	32,6%
Sem Declaração	1,1%	3,0%	1,5%	1,8%
Total	215.917 (100,00%)	172.827 (100,00%)	168.883 (100,00%)	557.627 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Esse dado torna-se ainda mais interessante se observado a partir das zonas de vulnerabilidade. Assim, enquanto as Zonas 1 e 2 apresentam um perfil parecido com o da região como um todo, na Zona 3 registra uma participação muito maior dos responsáveis com 3 mudanças ou mais (44%).

As diferenças estabelecidas entre as duas zonas são essencialmente entre os tipos de movimentos (origem, quantidade, etc.), não há, contudo, uma relação aqui estabelecida entre maior mobilidade e, conseqüentemente, maior vulnerabilidade.

Um elemento importante que se relaciona à mobilidade do indivíduo e que tem papel de destaque para se apreender a dinâmica metropolitana é a mobilidade pendular, entendida aqui como o deslocamento diário entre municípios por motivos de trabalho ou estudo.

Assim, considerando na Região Metropolitana da Baixada Santista apenas as pessoas com mais de 14 anos de idade, constata-se que praticamente metade delas não trabalha (49,2%) e 87% não estudam. No entanto, ao observar apenas aquelas que exercem uma destas atividades, pode-se perceber que a mobilidade intermunicipal, embora alcance níveis baixos na região, é mais intensa por motivos de trabalho. De fato, como mostra a Tabela 4, pouco mais de 20% da população maior de 14 anos que se encontrava ativa no momento da pesquisa trabalhava fora do município onde residia; este percentual era bem menor para os que estudavam (13%) (CUNHA; JAKOB; CUNHA, 2009).

Tabela 4 – População Urbana Maior de 14 Anos que Trabalha ou Estudo em Município Diferente daquele de Residência - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Mobilidade Pendular	Zonas de Vulnerabilidade (%)			
	1	2	3	Total RMBS
Trabalho	20,7%	28,5%	16,8%	22,3%
Estudo	13,3%	15,7%	9,3%	13,2%

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007 *apud* Cunha; Jakob e Cunha (2009).

Na Tabela 4 é importante notar, no entanto, que a mobilidade pendular não apresenta grandes diferenças e variações entre as zonas de vulnerabilidade, não obstante seja possível evidenciar pelos dados apresentados uma maior prevalência do fenômeno (quase 30% dos que trabalhavam) na Zona 2, muito provavelmente por sua localização mais próxima da Zona 3, contida, em grande parte, nos municípios de Santos e São Vicente que, como se sabe, concentram também boa parcela dos empregos regionais.

Já com relação ao local de estudo, não há diferenças significativas entre as zonas de vulnerabilidade uma vez que a população que se desloca a outro município para estudar é muito pequena em termos percentuais. É importante notar que esse dado mostra-se em consonância com aquele relativo à migração intrametropolitana, já que a Zona 2 concentrava uma participação maior de pessoas que vieram da própria Baixada (migrantes intrametropolitanos). Ou seja, estes dados sugerem que estas pessoas parecem manter ainda seus contatos de trabalho e estudo nos municípios de onde vieram.

Lembremos que mesmo ocorrendo o processo de expansão urbana, os municípios mais centrais da RMBS ainda mantém significativa parcela das indústrias, empregos e serviços da mesma.

1.5.4. Motivações da Migração

Antes de definitivamente tratarmos a respeito das motivações da migração para e dentro da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), talvez seja interessante mencionar que assim como o trabalho desenvolvido por Singer (1980) entendemos que há importantes e relevantes distinções entre motivações individuais e causas estruturais e contextuais. Isto posto e a partir dos dados constantes no questionário, é interessante notar que as motivações da migração

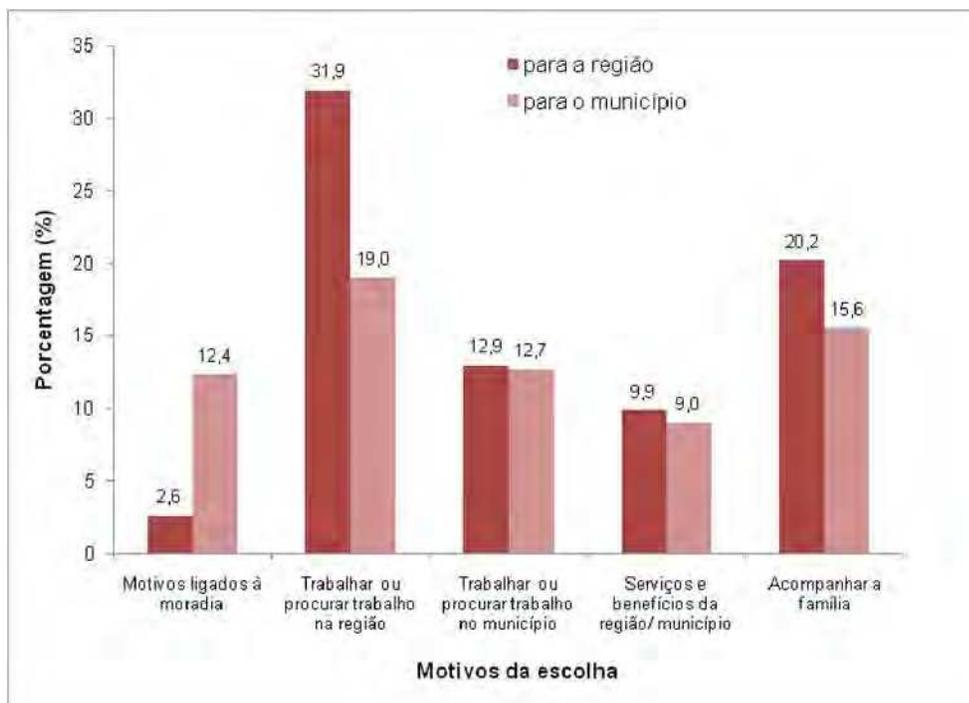
podem ser distintas segundo o tipo de movimento realizado, ou seja, segundo movimentos inter ou intra-regionais.

Segundo Villaça (2000), há distintos processos de estruturação de diferentes espaços e territórios, no caso, na diferenciação dos espaços intra-urbanos e regionais. Desse modo, se os processos de estruturação desses espaços são distintos, as motivações do processo migratório segundo os mesmos também podem ser distintas.

Dessa forma, pelo menos inicialmente, dois grandes eixos podem nortear a discussão sobre as motivações: o mercado de trabalho representado pela oferta e demanda de empregos, e o mercado fundiário, este, pela oferta e demanda por terras e também por habitação. Este último elemento, mercado fundiário, está umbilicalmente relacionado com a mobilidade residencial intrametropolitana. No entanto, a relação estabelecida entre as motivações da migração e o próprio ato de migrar não é, de forma alguma, simples e causal. Todavia, como já dito, são interessantes elementos a serem analisados, uma vez que diversos outros estudos sobre a região apontam nessa direção, tais como os de Jakob (2003); Santos (2008); Silva (2009); Cunha; Jakob e Young (2006) e, finalmente, Zundt (2006).

Através dos dados apresentados no Gráfico 2, pode-se depreender a importância dos dois elementos já citados. Desse modo, para a escolha da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), o elemento mercado de trabalho exerce principal peso; enquanto que para a escolha do município metropolitano, o elemento mercado fundiário é o preponderante.

Gráfico 2 - Migrantes Responsáveis por Domicílios Urbanos Segundo Principais Motivos da Escolha da Região e do Município - Baixada Santista, 2007



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007 *apud* Cunha; Jakob e Cunha (2009).

Dessa forma, além dos motivos variarem e serem, portanto, distintos segundo o deslocamento realizado, os mesmos variam, por conseguinte, segundo a área ou o limite administrativo (município ou região metropolitana) em questão.

De certa forma, portanto, os dois distintos espaços definidos por Villaça (2000) podem realmente se relacionar e implicar em diferentes motivações para os deslocamentos realizados. Ou seja, deslocamentos mais locais relacionar-se-iam preponderantemente com motivadores habitacionais sendo estes realizados no espaço intra-urbano. Enquanto que os deslocamentos de informação e mercadorias, que podem estar mais ligados ao mercado de trabalho, relacionar-se-iam em maior medida com a região metropolitana.

Entretanto, cabe frisar que para afirmar em absoluto tais relações são necessários maiores esforços e estudos nessa direção. Não é este, entretanto, o objetivo do presente estudo, cabendo aqui somente mencionar esta questão e inquietação.

Ainda, o significativo volume da migração intrametropolitana por motivação habitacional, em geral influenciado pelas dificuldades de permanecer nas áreas mais valorizadas

por parte dos estratos mais pobres da população, acaba prevalecendo ou, como é o caso aqui, se equiparando com o motivo trabalho.

No entanto, deve-se reconhecer que o motivo não é necessariamente habitacional, já que esse elemento seria apenas um dos componentes de uma questão maior que na sua origem está relacionada, isto sim, com o mercado fundiário metropolitano. Maricato (1996; 2000) e Bonduki e Rolnik (1982) abordam a questão da valorização fundiária e o seu concomitante processo especulativo do solo urbano.

Todavia, também é importante ressaltar que a composição da periferia não é assim tão simples, ou seja, a periferia não é somente composta por população de baixa renda e carente a procura de habitação e lotes mais baratos. Estudos como o de Torres e Marques (2002) atestam, pelo menos no caso da Região Metropolitana de São Paulo, que a periferia é muito mais heterogênea do que normalmente se supõe, composta, inclusive, por estratos mais abastados. Os condomínios residenciais são, nesse sentido, um bom exemplo dessa diversidade, ou ainda, dessa nova problemática.

Além do elemento “*mercado fundiário*”, a busca por melhores oportunidades de trabalho é também relevante fator, inclusive no caso da migração para o município.

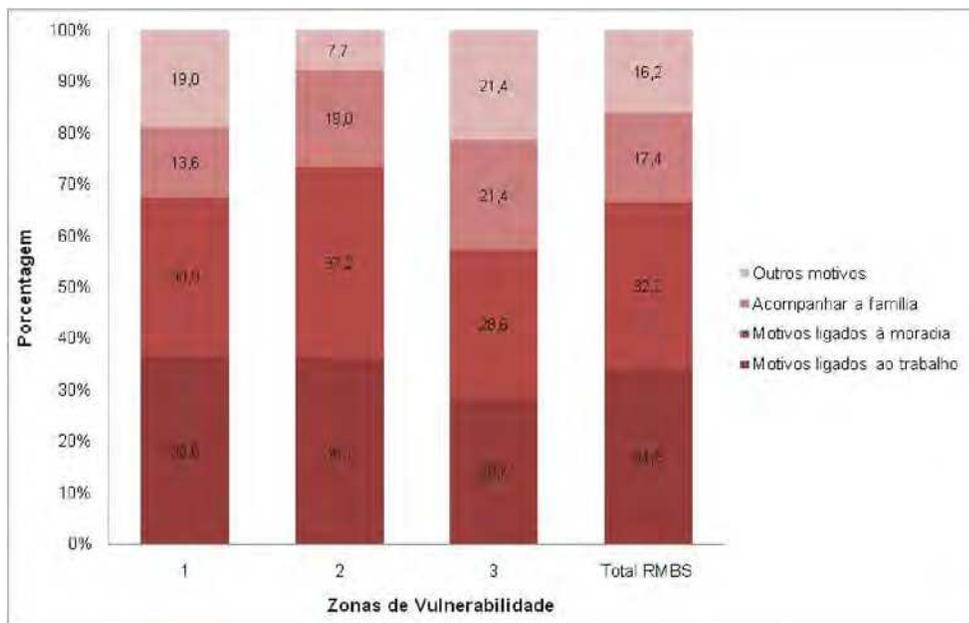
O mercado de trabalho e o mercado fundiário, desse modo, e como até aqui relatado são dois (não os únicos) importantes elementos explicativos da mobilidade e migração intrametropolitana; mesmo assim, ainda a partir do Gráfico 2, um outro motivo chama atenção, a família.

Vale lembrar, no entanto, que o importante percentual alcançado pelo motivo “*acompanhar a família*” certamente está ligado ao fato de que estes responsáveis tenham migrado ainda muito jovens com a sua família original. Nesse sentido, o ciclo de vida familiar bem como os ciclos vitais individuais são importantes elementos para a completa compreensão do processo migratório.

Além do mais a família não deve estar desconectada das discussões aqui levantadas (mercado de trabalho e mercado fundiário), uma vez que é considerada uma relevante unidade social e possível fomentadora de redes sociais é, portanto, importante elemento explicativo do processo migratório como demonstrado e explicitado por diversos autores (BOYD, 1989; ROOT; DeJONG, 1991; DAVANZO, 1976; PESSAR, 1982).

O quadro de motivações da migração fica ainda mais claro quando os motivos que levaram os migrantes a deixar seus municípios de residência anterior são observados (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Migrantes Responsáveis por Domicílios Urbanos Segundo Principais Motivos da Saída do Município Anterior - Baixada Santista, 2007



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Como se nota nos dados apresentados a partir do Gráfico 3, três são as principais motivações levantadas para a mobilidade intrametropolitana. Quando observada a Região Metropolitana da Baixada Santista como um todo, as motivações ligadas ao trabalho representam 34,2% do total, enquanto que problemas relacionados à moradia representam 32,2% e, por fim, a necessidade de acompanhar a família representa 17,4% desse mesmo total.

Nesse último caso, possivelmente grande parte dos migrantes são indivíduos que migraram com seus pais ou familiares quando ainda eram jovens. Já quanto às duas outras motivações, os dados dão conta de que os motivos laborais são bem mais frequentes para os migrantes que chegam diretamente de áreas externas à RM (cerca de 44%), sendo que as ligadas à habitação são externadas por 50% do migrantes que fizeram um movimento intrametropolitano (CUNHA; JAKOB; CUNHA, 2009).

Ainda a partir do Gráfico 3 e tendo em vista as zonas de vulnerabilidade, observa-se que o motivo "trabalho" é muito mais significativo na Zona 1, onde, se sabe, vive a população mais

carente, sendo que nas zonas com menor grau de vulnerabilidade, Zona 2 e 3, por exemplo, outros motivos são comparativamente mais preponderantes, como é o caso da busca por "*serviços*" pelos migrantes especificamente da Zona 3. Ou seja, a população da Zona de Vulnerabilidade 3, pertencente a estratos sociais mais abastados, se move para esta zona em busca de amenidades urbanas, serviços, comércios, infra-estrutura diferenciada, etc..

Trabalhos como os de Zundt (2006); Cunha; Jakob e Young (2006) e Santos (2008) demonstram que a orla e áreas lindeiras a esta são mais valorizadas e ocupadas essencialmente por população com maior poder aquisitivo, inclusive, provenientes de fora da Região Metropolitana da Baixada Santista. Nesse sentido, o turismo de veraneio é um importante elemento explicativo do processo de ocupação da orla por parte dessa população.

Em linhas gerais, a presente seção apresenta de forma contextual as motivações apresentadas pelos responsáveis pelos domicílios tanto para a região quanto para o município. É, pois, interessante notar que as motivações são distintas de acordo com as distintas modalidades de movimentos migratórios realizados, bem como de acordo com as distintas áreas até aqui tratadas (município e região).

No próximo capítulo, no entanto, os dados da pesquisa serão trabalhados de forma mais pormenorizada e específica, ou seja, tendo em vista as possíveis relações que porventura possam ser estabelecidas entre as noções de redes e capital sociais com a mobilidade residencial intrametropolitana.

CAPÍTULO 3

Mobilidade Residencial Intrametropolitana, Redes Sociais e Capital Social

1.6. Aspectos Sociodemográficos dos Migrantes e suas Redes Sociais

A caracterização dos migrantes intrametropolitanos, bem como dos não migrantes (para fins comparativos) basear-se-á em alguns aspectos e características intrínsecos destes que estão, de certo modo, relacionados às noções já tratadas até aqui.

Um importante elemento nessa equação é o tempo de residência do migrante na região metropolitana. O maior tempo de residência pode significar maior conhecimento e experiência do território, fatores estes que podem se relacionar com processos de desenvolvimento e estruturação de redes sociais.

Além disso, o tempo de residência prolongado pode também significar maior efetividade na utilização das redes sociais, uma vez que estas, nesse sentido, podem se encontrar mais estruturadas e talvez mais sedimentadas.

Desse modo, o tempo de residência pode se relacionar com as redes, inicialmente e pelo menos no presente estudo, através de duas principais chaves: processos de desenvolvimento (aqui entendidos como processos de expansão da rede, ou seja, expansão dos contatos/nós), ou ainda, através de processos de estruturação e efetividade na utilização das redes, ou seja, quão efetiva por meio de recursos – materiais ou não – e informações essa rede pode ser.

A última chave mencionada no parágrafo anterior, ou seja, processos de estruturação e efetividade da rede podem, dessa forma, se relacionar com a noção de capital social intrínseco da rede a ser tratada.

Nesse sentido, redes mais estruturadas e efetivas podem possuir maior montante de capital social. O maior tempo de residência na região pode, portanto, se relacionar com esse incremento de capital social, já que, novamente, o conhecimento mais apurado da região pode levar a melhor qualidade dos contatos.

Cumpre, no entanto alertar o leitor para um problema intrínseco e, portanto, insolúvel das análises da migração por tempo de residência através de pesquisas “*transversais*” (fotográficas)

como são os censos demográficos ou pesquisas residenciais como a que se utiliza nessa dissertação. Nesses casos, toda comparação entre migrantes recentes e antigos (seja qual for o corte temporal para tal classificação) deve ser considerada com muita cautela já que é muito provável que, no caso dos mais antigos se esteja considerando uma “amostra seletiva” dos migrantes que realmente chegaram à região estudada. Essa questão que poderia se traduzir na contraposição da idéia de “*integração*” ou “*sobrevivência dos mais fortes*” (MARTINE, 1980) significa dizer que nem sempre as constatações sobre as melhores condições médias dos migrantes, particularmente em termos socioeconômicos, impliquem que de fato houve uma melhoria de todo o grupo que chegou há “*n*” anos atrás. Segundo Martine, a possibilidade de que o mais antigos detectados pela pesquisa sejam, isso sim, os “*sobreviventes*” (ou os que “*deram certo*”) de um processo longo de inserção social é muito grande o que tornaria qualquer comparação com os recém-chegados um tanto falaciosa. Por esse motivo é que os resultados aqui apresentados deverão sempre ser tomados com muito cuidado. Por outro lado, mesmo correndo o risco anterior, não se pode negar que o tempo de residência não contribui apenas para “*envelhecer*” o migrante, como mostrado no capítulo anterior; na verdade, esse tempo maior na região também implicaria em um acúmulo de ativos decorrentes de seu ciclo vital mais avançado entre os quais se destacaria a sua posição na estrutura produtiva e social, as redes sociais e as informações sobre a metrópole.

Outro importante elemento da equação é a diferenciação dos migrantes em migrantes intrametropolitanos¹¹ e externos¹². Essa diferenciação está relacionada com a própria mobilidade residencial do migrante.

Nesse sentido, migrantes intrametropolitanos também podem apresentar maior experiência e conhecimento da região na qual se inserem comparativamente aos migrantes externos, uma vez que já residiram em municípios componentes da mesma, diferentemente do que ocorre com os externos.

Tal conhecimento e experiência bem como a mobilidade residencial em si podem levar a processos de desenvolvimento, estruturação e efetividade da rede social.

¹¹ Ou seja, aqueles que possuíam município de residência anterior diferente do município de residência atual. Entretanto, nesse caso o município de residência anterior é integrante da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

¹² Aqueles cujo município de residência anterior era externo aos limites administrativos da RMBS.

Nesse sentido, a mobilidade residencial intrametropolitana pode se relacionar com processos de desenvolvimento das redes sociais, uma vez que, realizado o movimento, uma série de novos contatos (e relações com os novos contatos) podem ser criados.

Pelo menos nesse caso, pode haver um incremento e principalmente uma diversificação dos contatos da rede social do migrante intrametropolitano, situação esta que pode, por sua vez, levar a uma maior diversificação das fontes de ajuda, recursos e informações da rede.

Contatos com vizinhos e amigos podem possuir uma grande relevância na rede social de um migrante intrametropolitano.

O migrante externo, por sua vez, por não possuir tanta experiência e conhecimento da região pode possuir redes mais restritas, ou melhor, menos diversificadas comparativamente ao migrante intrametropolitano. Podem, inclusive, se embasar mais fortemente (por sua própria restrição) em redes constituídas a partir de laços de parentesco/familiares, ou ainda, domiciliares.

Todavia, redes mais diversificadas como as dos migrantes intrametropolitanos, não necessariamente são possuidoras de maior montante de capital social. Por serem mais diversificadas podem, isto sim, proporcionar maior circulação de informações (por exemplo, informações sobre o mercado de trabalho – empregos, essencialmente) em seu interior, no entanto, isso não quer dizer que sejam mais efetivas.

Nesse ponto é interessante ressaltarmos novamente a importância de um olhar atento sobre o tempo de residência. Um maior tempo de residência pode, portanto, sedimentar e efetivar os contatos estabelecidos.

São, portanto, o tempo de residência e a modalidade de migração (intrametropolitana ou externa) elementos relacionais que devem ser encarados em conjunto no processo de análise das redes e do capital social.

As diferenciações, portanto, entre migrantes segundo suas modalidades de deslocamentos, ou melhor, da mobilidade residencial realizada e ainda segundo seus respectivos tempos de residência são importantes elementos no processo de entendimento das possíveis relações entre mobilidade residencial intrametropolitana, redes sociais e capital social.

Dessa forma, seleções e diferenciações entre migrantes (recentes ou antigos, intrametropolitanos ou externos) por renda, escolaridade, idade, etc., por exemplo, podem ser elucidativas, uma vez que tais características podem repercutir diretamente sobre as mediações

destes com as noções até aqui tratadas (mobilidade residencial intrametropolitana, redes sociais e capital social).

Tomemos como exemplo a noção de capital social. Segundo Bourdieu (1986), o capital social tem como cerne as relações sociais entre os indivíduos. Ainda segundo o mesmo autor, a noção de capital social é indissociável dos conceitos de capital físico e capital cultural, ou seja, os três tipos de capitais são relacionais. Dessa forma, indivíduos possuidores de pouco capital cultural, bem como de escasso capital físico, podem ser pouco possuidores também de capital social.

A mesma idéia talvez possa ser aplicada à noção de redes sociais. Já nesse caso tomemos, por exemplo, a possível relação entre escolaridade e redes. A maior escolaridade de um determinado indivíduo pode implicar numa rede social mais diversa (ou heterogênea), inicialmente por dois principais motivos. O primeiro está relacionado ao próprio tempo de permanência na escola, ou ainda, nas escolas pelas quais esse indivíduo passou (situação esta que pode de certa forma, mas com todos os cuidados comparativos possíveis, se assemelhar com a mobilidade residencial). Esse tempo pode levar ao desenvolvimento de uma série de contatos e relações. Já o segundo motivo se relaciona com o próprio atributo conquistado pelo indivíduo através da sua maior escolaridade, ou seja, a maior escolaridade pode representar, inclusive, melhores oportunidades de emprego e formas mais diversificadas e diferenciadas de contatos para tal fim.

Se a seleção entre migrantes é realizada segundo seu tempo de residência (conforme Tabela 5), é interessante notar que os migrantes mais antigos são menos escolarizados comparativamente do que os migrantes recentes. Tais diferenças entre migrantes podem ser explicadas, no entanto, por diferenças geracionais.

Tabela 5 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Escolaridade - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Último Grau de Estudo que Frequentou	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	Não Migrante	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos
Primário e Ginásio	46,6%	48,4%	66,0%
Colegial	38,2%	38,7%	25,6%
Superior	15,1%	12,8%	8,4%
Total	158.440	80.041	219.839
	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Além disso, nesse caso não há grandes diferenças entre migrantes recentes e não migrantes.

Contudo, se a desagregação é feita levando em consideração o tipo de deslocamento realizado (intrametropolitano ou externo a região) algumas diferenças são mais perceptíveis como apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Escolaridade - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Último Grau de Estudo que Frequentou	Condição Migratória e Modalidade da Migração		
	Não Migrante	Intrametropolitano	Externo
Primário e Ginásio	43,9%	51,3%	66,1%
Colegial	40,4%	41,5%	23,2%
Superior	15,7%	7,2%	10,7%
Total	131902	96967	202913
	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Os percentuais dos não migrantes se mantêm praticamente os mesmos. Entretanto, são interessantes os dados apresentados pelos migrantes externos. A maioria destes (66,1%) deixou os estudos ainda no primário ou no ginásio. Porém, os mesmos (migrantes externos) apresentam uma porcentagem um pouco mais elevada (10,7%) de indivíduos que chegaram ao ensino superior comparativamente aos migrantes intrametropolitanos (7,2% destes chegaram a esta etapa).

Mesmo a diferença percentual sendo muito pequena, a mesma pode demonstrar que o fluxo de migrantes externos a região é composto tanto por indivíduos com baixa escolaridade (a maioria dos entrevistados) quanto por indivíduos por mais escolarizados.

Os dados apresentados na Tabela 7 traçam alguns paralelos entre escolaridade e suas possíveis relações com as redes sociais, o que em certo sentido ajuda na caracterização dos migrantes e não migrantes.

Tabela 7 – Responsáveis pelo Domicílio por Escolaridade, Segundo Fontes de Informações sobre a Região - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Como soube desta Região?	Escolaridade			
	Primário e Ginásio	Colegial	Superior	Total
Informações de Parentes ou Amigos	66,6%	51,3%	33,5%	59,7%
Ouviu Falar no Município Onde Residia	9,3%	9,6%	5,9%	9,1%
Já Conhecia o Município	24,1%	39,2%	60,6%	31,3%
Total	162567	60480	23626	246673
	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

A maioria dos indivíduos que deixaram os estudos já no primário ou no ginásio tomou conhecimento a respeito da região por intermédio de parentes ou amigos. A mesma fonte de informação perde sua importância, contudo, à medida que a escolaridade aumenta.

Por sua vez, para os mais escolarizados, ou seja, aqueles que concluíram o superior, a principal forma de contato com a região é por meio de conhecimento prévio da mesma, diferentemente do que ocorre com os menos escolarizados.

As redes sociais como forma de contato e conhecimento da região para estes últimos (menos escolarizados) podem ter maior importância do que para os mais escolarizados. Assim, a mobilidade residencial pelo menos para a região para os menos escolarizados pode estar fortemente relacionada com a noção de redes sociais.

Como mostra a Tabela 8, há ainda importantes distinções quanto às motivações dos indivíduos segundo a escolaridade dos mesmos.

Tabela 8 – Responsáveis pelo Domicílio por Escolaridade, Segundo as Motivações da Migração Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Motivações de Mudança para a Região	Escolaridade			
	Primário e Ginásio	Colegial	Superior	Total
Mercado Fundiário e Habitacional	17,4%	23,3%	5,5%	18,2%
Mercado de Trabalho (Emprego)	52,9%	36,4%	54,8%	48,4%
Família	29,7%	40,3%	39,7%	33,4%
Total	130617	57093	15660	203370
	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Para os menos escolarizados as redes sociais são componentes fundamentais na obtenção de informações a respeito da região, todavia a principal motivação atrelada ao processo migratório segundo os mesmos é o trabalho, ou melhor, oportunidades de trabalho na região. Ou seja, explicações e fatores macro-estruturais e contextuais são fundamentais no entendimento do processo migratório (por exemplo, diferenciais apresentados entre áreas de origem e destino). Contudo, essas mesmas motivações parecem estar sendo mediadas por redes sociais.

Todavia, mesmo as oportunidades de emprego no destino sendo elencada com uma das principais motivações da migração para a região, principalmente para os menos escolarizados, grande parte dos mesmos (cerca de 80% destes) não possuíam um vínculo empregatício prévio, ou seja, chegaram à região sem emprego garantido, conforme dados da Tabela 9. Desse modo, talvez um dos principais condicionantes da migração para os menos escolarizados esteja mais relacionada com a falta de oportunidades e empregos nas áreas de origem e não com a oferta e oportunidades de emprego nas áreas de destino.

Tabela 9 – Responsáveis pelo Domicílio por Escolaridade, Segundo Vínculos Empregatícios Prévios Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Possuia Vínculo Empregatício?	Escolaridade			
	Primário e Ginásio	Colegial	Superior	Total
Sim	19,7%	30,7%	42,0%	24,4%
Não	80,3%	69,3%	58,0%	75,7%
Total	170539	63085	25476	270623
	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Muito provavelmente para estes a região representaria muito mais um “*potencial*” do que propriamente uma oportunidade concreta de emprego.

Nesse sentido, tal dado pode demonstrar a relevância das redes sociais como mediadoras e condicionantes do processo migratório, especialmente através do direcionamento do fluxo e também através de elementos outros que podem facilitar processos de inserção e integração do migrante a região, uma vez que não há (pelo menos para os migrantes menos escolarizados) vínculos empregatícios prévios, ou seja, pontes e conexões outras entre áreas de destino e origem. Pode-se pensar que as redes sociais tenderiam a ser tão importantes nestes casos haja vista seus possíveis efeitos “*amortecedores*” sobre os impactos que os migrantes poderiam sentir no momento da chegada.

Os dados da Tabela 10 devem ser analisados com precauções; pois mesmo a desagregação sendo feita apenas entre migrantes (nesse caso não há distinções entre os tipos de migrante) e não migrantes, são poucos os indivíduos captados através da pesquisa, fato este que pode levar a erros estatísticos em relação à amostra.

Tabela 10 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes para Arrumar Trabalho - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes para Arrumar Trabalho	Condição Migratória	
	Migrantes	Não Migrante
Consultou Empregadores (fez ficha, currículo), Fez Concurso	82,9%	87,2%
Consultou Parente, Amigo, Colega	17,1%	12,8%
Total	16605	5075
	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Entretanto, é interessante notar a forma pelas quais as redes podem funcionar como fontes de ajuda e recursos, nesse caso, frente ao mercado de trabalho. Se os dados da pesquisa estiverem corretos, mesmo que com a ressalva feita com relação ao número de casos, pode-se observar que os migrantes parecem ser mais dependentes desse tipo de fonte para a obtenção de empregos ou simplesmente para obtenção de oportunidades de trabalho. Outra ressalva cabe ser feita em relação aos dados apresentados na tabela; a pergunta realizada capta apenas as fontes utilizadas na busca por uma oportunidade de trabalho; não capta, porém, a efetividade da utilização dessa fonte. Ou seja, a grande maioria dos entrevistados se utilizou de fontes que

poderíamos considerar mais diretas - tais como empregadores, currículos, concursos – no entanto, isso não necessariamente significa afirmar que foram a partir dessas fontes que os migrantes (ou não migrantes) conseguiram seus empregos.

De fato, os não migrantes parecem optar por contatos realizados diretamente com empregadores ou por intermédio de empresas especializadas, ou seja, fontes mais diretas de obtenção daquilo que se almeja (no caso, emprego). Na verdade, a própria condição de naturais destes incrementa as possibilidades bem como as fontes para os mais diversos tipos de recursos, isso, pois a experiência destes em relação à região exerce um papel central. Além disso, contatos foram tecidos ao longo da vida desses naturais.

A relação estabelecida entre redes sociais e migração, nesse sentido, é mediada e condicionada também por atributos intrínsecos do indivíduo.

Um exemplo ilustrativo de tais relações entre atributos individuais, redes sociais e migração é a própria escolaridade. Como já tratado no início desta seção, a maior escolaridade pode proporcionar maior número de contatos e, conseqüentemente, maior número de relações sociais, ou seja, a maior escolaridade pode proporcionar diversificação da rede social. Dessa forma, a diversificação da rede social pode não apenas proporcionar maior número de oportunidades como também melhores oportunidades (de trabalho, por exemplo).

Por sua vez, menor escolaridade pode proporcionar um uso mais intenso de determinadas fontes de recursos e ajudas, ou seja, de específicas redes sociais, tais como as redes familiares, parentesco ou domiciliares, por exemplo.

Mesmo considerando que os condicionantes da migração (no caso, para a região) estejam relacionados com processos macro-estruturais e contextuais, tais como diferenciais entre áreas de destino e origem, retratado aqui como a carência de oportunidades de emprego na origem, as redes sociais podem ser mediadoras do processo migratório especialmente para os menos escolarizados, pois suas fontes e seus recursos são mais restritos comparativamente aos mais escolarizados.

Dessa forma, é necessário analisarmos mais detalhadamente as formas pelas quais as redes sociais podem condicionar especialmente a mobilidade residencial intrametropolitana a partir dos meios de disponibilização de recursos e informações que fluem em seu interior.

1.7. Redes Sociais como um dos Condicionantes da Mobilidade Residencial Intrametropolitana

Na seção anterior foram discutidas algumas características gerais dos migrantes. Parte-se do pressuposto que atributos individuais podem se relacionar com processos de desenvolvimento e estruturação das redes sociais. Desse modo, de acordo com certos atributos a rede pode ser mais diversificada, ou seja, mais heterogênea. Redes sociais mais heterogêneas podem dispor de maior quantidade de recursos e/ou informações.

Além disso, as redes sociais baseiam-se, essencialmente, nas relações tecidas entre seus indivíduos componentes. Diversas formas de vinculação, nesse sentido, tais como laços de amizade ou coleguismo, parentesco ou consangüinidade, domiciliares, etc. são relevantes mediações entre os indivíduos e entre estes e a rede social na qual se inserem. Tais laços e vínculos podem condicionar a forma de circulação dos recursos e das informações interiormente a rede social.

Como já discutido na seção anterior, fatores e condicionantes macro-estruturais se fazem presentes e são também decisivos no processo migratório. As diferenças entre áreas de destino e origem são algumas possíveis explicações para tal processo. Nesse contexto, as carências de oportunidades de emprego na origem e o anseio por novas oportunidades de emprego no destino foram relevantes motivações apontadas.

Todavia, parte considerável dos migrantes chega à região sem emprego garantido, ou seja, sem um vínculo prévio (no caso o empregatício) estabelecido com a região de destino. Para estes migrantes as redes sociais, essencialmente as familiares, parecem exercer um importante papel no processo migratório.

Nesse sentido, mesmo que as redes não estejam atreladas essencialmente às causas do movimento realizado, ainda assim estas podem mediar o processo migratório. Pelo menos no presente estudo, dois principais aspectos do processo migratório podem se relacionar com as redes sociais: o direcionamento do fluxo migratório e as condições de inserção e integração do migrante a região.

Nesse sentido, da mesma forma como realizado na seção anterior, algumas diferenciações entre migrantes, de acordo com seus respectivos tempos de residência (mais ou menos de 10 anos) e também de acordo com as modalidades dos deslocamentos realizados

(intrametropolitanos ou externos), podem explicitar a relevância das redes sociais como elemento mediador da mobilidade residencial intrametropolitana.

Os dados foram gerados levando-se em conta unicamente o chefe do domicílio. Desse modo, alguns aspectos da influência da estrutura etária e efeitos de composição são minimizados uma vez que as crianças e dependentes não são computados.

No entanto, tal escolha e recorte metodológico podem levar a simplificações, uma vez que é simplista pensar que o chefe de domicílio poderia representar em sua totalidade a complexidade do domicílio e da família, ou seja, da unidade domiciliar como definida por Boyd (1989).

A partir da Tabela 11, é interessante notar, por exemplo, os valores percentuais daqueles indivíduos que não recorriam a qualquer fonte de captação de recursos segundo o tempo de residência na região.

Tabela 11 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fonte para Tomar Dinheiro Emprestado - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fonte para Tomar Dinheiro Emprestado	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Não Migrante
Nenhum/Não Recorre	32,1%	27,5%	21,2%
Parentes Não Residentes	45,8%	52,5%	59,5%
Parentes Moradores da Casa	11,9%	11,7%	13,9%
Vizinhos/Amigos	10,2%	8,3%	5,5%
Total	56.240 (100,00%)	142.752 (100,00%)	90.286 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

De fato, enquanto 32,1% dos migrantes recentes não recorrem a ninguém como primeira fonte e forma de captação de recursos financeiros, para os migrantes antigos esse percentual se reduz para 27,4%.

Tais dados podem demonstrar que o prolongado tempo de residência no território metropolitano pode levar a um incremento da rede social, ou seja, novos contatos/nós são tecidos ao longo do tempo. O tempo de residência, dessa forma, pode proporcionar tanto maior experiência e conhecimento sobre a região como desenvolver a rede social e talvez assim diversificá-la.

Ainda utilizando os dados provenientes da Tabela 11, é interessante notar como as próprias formas de vinculação podem também se modificar tendo em vista o tempo de residência na metrópole.

Pelos dados apresentados percebe-se que 45,8% dos migrantes recentes recorrem a parentes não residentes, sendo que este percentual para os migrantes antigos se incrementa para 52,5%.

O progressivo incremento desse valor percentual ao longo do tempo de residência pode indicar, inclusive, que migrantes mais recentes não dispõem de tantos contatos familiares comparativamente aos migrantes de longa data. Nas próximas tabelas serão apresentados dados relativos à forma como migrantes recentes e de longa data chegaram à região tendo em vista seus acompanhantes, informação esta que pode dar algumas pistas desses vínculos e laços familiares, pelo menos no momento de chegada à região.

Cumprе ressaltar que ao menos nesse caso em parte o problema analítico da comparação entre migrantes recentes e antigos anteriormente destacados se reduz já que, em ambos os casos, a pergunta se refere ao momento da chegada e não ao momento atual o que, como já se alertou, poderia estar influenciado pelo maior tempo experimentado na região. Tal fato pode ser condizente, uma vez que migrantes de longa data podem se encontrar em estágios mais avançados do ciclo vital individual e familiar, o que por si só poderia garantir um maior número de contatos familiares.

A fim de entendermos como as redes sociais podem incrementar o número de relações familiares e de parentesco ao longo do tempo de residência tomemos como exemplo o seguinte caso.

Um chefe de domicílio migrante de longa data pode ter migrando para a região ainda solteiro, mas uma vez aí chegando casou-se ou constituiu família. Tal evento (o casamento ou a união) incrementaria naturalmente sua rede social, uma vez que os contatos familiares foram também tecidos com parentes, familiares e conhecidos da sua esposa.

A partir dos dados da tabela, é ainda interessante atentarmos ao fato de que a ajuda fornecida por vizinhos e/ou amigos é praticamente a mesma para ambos os tipos de migrantes, ou seja, independentemente do seu tempo de residência.

A distinção, nesse caso, pode ser feita comparativamente aos não migrantes que percentualmente se utilizam menos dessa fonte de ajuda; somente 5,5% destes.

Nesse sentido, migrantes mais recentes (mesmo que percentualmente os valores fossem semelhantes aos valores encontrados para os migrantes de longa data) podem contar mais fortemente com a ajuda e o suporte de amigos e vizinhos para a captação de recursos financeiros. Isso pode de fato ocorrer, já que tais migrantes ainda não estabeleceram contatos familiares suficientes na região, diferentemente do que ocorre com os migrantes de longa data e os não migrantes.

O maior tempo de residência, no caso dos migrantes de longa data, pode representar um maior número de contatos familiares, o que garantiria maior acesso a outras fontes primárias de recursos.

Assim, pelo menos no presente quesito, ou seja, formas de obtenção de dinheiro e ajuda ou suporte financeiro, os vínculos tendem a se relacionar mais intrinsecamente com os laços fortes (“strong ties”) como descritos e definidos por Granovetter (1973)¹³.

Nesse sentido pode-se dizer que o tempo de residência no território condicionaria grandemente a estruturação das redes sociais.

Os dados apresentados na Tabela 12 também se referem a fontes primárias de ajuda e obtenção de recursos financeiros. Entretanto, nessa tabela a distinção entre migrantes é realizada segundo seus deslocamentos: intrametropolitanos ou externos a região.

Tabela 12 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fonte para Tomar Dinheiro Emprestado - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fonte para Tomar Dinheiro Emprestado	Condição Migratória e Modalidade da Migração			
	Intrametropolitano	Externo	Não Migrante	Total
Nenhum/Não Recorre	29,2%	28,6%	20,7%	26,6%
Parentes Não Residentes	44,7%	53,3%	59,1%	52,9%
Parentes Moradores da Casa	14,6%	10,5%	15,7%	12,8%
Vizinhos/Amigos	11,5%	7,6%	4,5%	7,6%
Total	62322	136668	74672	273662
	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

¹³Utilizo aqui a mesma denominação adotada pelo autor para aqueles laços e vínculos embasados em relações familiares e de parentesco, por exemplo. No entanto, entendo que são estudos provenientes de casos diferentes e que cuidados devam ser tomados nesse sentido. Em seu estudo, Granovetter, tem o mercado de trabalho como tema central diferentemente do que aqui ocorre, onde a mobilidade residencial intrametropolitana mediada pelas redes sociais e pelo capital social é que é o objeto de estudo.

Tal diferenciação pode explicitar as relações entre mobilidade residencial intrametropolitana e redes sociais.

Nesse sentido, é interessante atentarmos ao fato de que 74,8% dos não migrantes recorrem a parentes (sejam co-residentes ou não) como fonte de captação de recursos financeiros.

As porcentagens, segundo os mesmo critérios, para os migrantes são mais modestas, uma vez que 63,8% dos migrantes externos e 59,3% dos migrantes intrametropolitanos recorrem a parentes como fonte de suporte frente a questões financeiras.

É ainda interessante notar que 11,5% dos migrantes intrametropolitanos contam com a ajuda e suporte de amigos nesse específico caso (o maior valor percentual encontrado na tabela em relação a essa possível alternativa). Ou seja, o maior número de mudanças internas a região pode levá-los a uma diversificação das fontes de captação de recursos financeiros. Isso, não quer dizer, contudo, que há uma precarização na relação com as outras fontes (tais como a família, por exemplo), mas talvez um fortalecimento (ou no mínimo diversificação) de outros laços tais como os de amizade e vizinhança.

Os dados sobre tempo de residência no município atual para migrantes intrametropolitanos e externos apresentados na Tabela 13 podem corroborar esse ponto de vista.

Tabela 13 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Tempo de Residência no município - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Tempo de Residência no Município	Condição Migratória e Modalidade da Migração		
	Intrametropolitano	Externo	Total
0 - 9 Anos	29,7%	25,9%	27,1%
Mais de 10 Anos	70,3%	74,1%	72,9%
Total	104847	215270	320117
	(100,00%)	(100,00%)	(100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Ou seja, as porcentagens de migrantes, sejam intrametropolitanos ou externos, são muito semelhantes de acordo com o tempo de residência no município atual (até 9 anos ou 10 anos ou mais, indiferentemente).

Desse modo, talvez não fosse unicamente pelo maior tempo de residência em uma determinada área (no caso, no município) que as redes sociais se desenvolveriam. Nesse sentido, a mobilidade residencial intrametropolitana também poderia se relacionar com processos de desenvolvimento e estruturação de redes sociais.

Todavia, as redes sociais como até agora foram tratadas proporcionam um tipo específico de recurso essencialmente material, ou seja, o recurso financeiro. É importante, contudo, entendermos como outros tipos de recursos também podem circular interiormente a rede e assim se relacionar com a mobilidade residencial intrametropolitana.

A Tabela 14 apresenta dados referentes às principais fontes para a aquisição de informações sobre o mercado de trabalho que poderíamos aqui encarar como outro importante condicionante da mobilidade residencial intrametropolitana.

Tabela 14 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fonte de Ajuda/Informações para Conseguir Trabalho - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fonte de Ajuda/Informações para Conseguir Trabalho	Condição Migratória e Tempo de Residência			
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Não Migrante	Total
Nenhum/Não Recorre	50,1%	52,8%	52,0%	52,0%
Parentes Não Residentes	13,4%	10,7%	13,6%	12,2%
Parentes Moradores da Casa	3,6%	3,6%	2,1%	3,1%
Vizinhos/Amigos	32,9%	32,9%	32,3%	32,7%
Total	45.443 (100,00%)	108.274 (100,00%)	79.348 (100,00%)	233.065 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Ou seja, se nas tabelas 11 e 12 tratamos a respeito das principais fontes e meios para a obtenção de dinheiro e recursos financeiros através da rede social e como estas podem se relacionar com a mobilidade residencial intrametropolitana, na Tabela 14, segundo os mesmos critérios, trataremos a respeito da circulação de informações.

Além disso, as tabelas anteriores apresentavam dados e ponderações a respeito dos laços e vinculações na rede. Naqueles casos particulares, a circulação de recursos financeiros estava muito mais embasada nos chamados vínculos fortes.

É interessante notar, portanto, que comparando os dados provenientes das Tabelas 11, 12 e da Tabela 14, os laços e formas de vinculação também se alteram e se modificam de acordo com o tipo de recurso que circula no interior da rede.

Enquanto nas Tabelas 11 e 12 são os laços fortes (aqueles embasados em relações de parentesco, família, domicílio, etc.) os grandes responsáveis pela circulação de bens e recursos materiais (econômico-financeiros, naquele caso) interiormente à rede, na Tabela 14 os vínculos estão muito mais alicerçados nos denominados vínculos fracos, ou seja, nas relações estabelecidas entre amigos e vizinhos, por exemplo. Tais vínculos são responsáveis em sua maioria pela circulação de informações na rede.

Assim, 32,9% dos migrantes recentes recorrem mais particularmente a amigos e/ou vizinhos para conseguir informações sobre o mercado de trabalho.

O percentual é semelhante para os migrantes de longa data. O mesmo ocorre para os não migrantes chefes de domicílio, onde o valor é de 32,3%.

É, portanto, interessante notar que, indiferentemente da condição migratória do indivíduo há uma clara modificação da principal fonte de recurso quando as necessidades saem do nível eminentemente material e financeiro.

Enquanto 57,7% dos migrantes recentes, 64,2% dos migrantes de longa data e 73,4% dos não migrantes tinham como fonte primária a família (fossem co-residentes ou não) a fim de obter recursos financeiros, somente 17,0% dos migrantes recentes, 14,3% dos migrantes de longa data e 15,7% dos não migrantes utilizam esse canal como fonte informações sobre o mercado de trabalho.

Mesmo sendo recursos distintos (recursos financeiros x informações sobre o mercado de trabalho), é notório como os percentuais são diferenciados para ambos os casos, fato este que poderia demonstrar a utilização de distintas redes sociais de acordo com a necessidade e também de acordo com o recurso que flui em seu interior.

Os dados apresentados na Tabela 15 também podem relacionar a mobilidade residencial intrametropolitana com a estruturação de redes sociais mais diversificadas.

Tabela 15 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Ajuda/Informações para Conseguir Trabalho - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Ajuda/Informações para Conseguir Trabalho	Condição Migratória e Modalidade da Migração			
	Intrametropolitano	Externo	Não Migrante	Total
Nenhum/Não Recorre	46,7%	54,7%	53,9%	52,5%
Parentes Não Residentes	10,2%	12,2%	11,2%	11,4%
Parentes Moradores da Casa	3,6%	3,6%	2,7%	3,3%
Vizinhos/Amigos	39,5%	29,5%	32,2%	32,7%
Total	52393 (100,00%)	101323 (100,00%)	61915 (100,00%)	215631 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do. Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Desse modo, a circulação de informações sobre o mercado de trabalho no interior da rede é, em diversos pontos, muito semelhante entre não migrantes e migrantes seja qual for a modalidade em questão.

Ainda assim, nesse caso particular, é interessante notar que 39,5% dos migrantes intrametropolitanos se utilizam de amigos e/ou vizinhos para obter informações sobre o mercado de trabalho, contra menos de 30% dos migrantes externos. Ou seja, estes dados sugerem, uma vez mais, que a maior mobilidade residencial intrametropolitana, ou o que isso pode significar em termos do maior acúmulo de experiências e conhecimento sobre a região pode contribuir para o desenvolvimento de redes sociais mais diversificadas, ou seja, menos restritas às redes familiares.

Pode-se pensar, por exemplo, que um migrante intrametropolitano, ou ainda, um migrante de longa data poderiam ter mais e melhores informações sobre as oportunidades de trabalhos oferecidas. Além disso, estes também poderiam ter maior acesso aos meios de comunicação, jornais, revistas, agências especializadas, etc., o que para um migrante recente ou para um migrante externo seria muito mais difícil conseguir.

Ainda assim, os denominados laços fracos (“*weak ties*”)¹⁴, independentemente do tempo de residência do migrante na metrópole e da modalidade migratória, parecem ser muito mais efetivos para a circulação de informações referentes ao mercado de trabalho.

¹⁴ Novamente aqui utilizo a denominação adotada por Granovetter (1973). Portanto, é importante mais uma vez ressaltar que são estudos tendo objetos distintos e, por isso mesmo, o termo aqui é utilizado com mais cuidado.

Mas além de se relacionarem (inclusive, de modos distintos) com a circulação de recursos financeiros e com a circulação de informações (especialmente, aquelas sobre o mercado de trabalho), as redes sociais poderiam se relacionar também com as distintas formas de se morar na região metropolitana.

Nesse sentido, situações específicas da história de mobilidade espacial do indivíduo, tal como o momento de chegada na região, no município e no bairro, poderiam ser elucidativos para as possíveis relações entre redes sociais e mobilidade residencial. Os dados apresentados na Tabela 16 podem ser elucidativos.

Tabela 16 – Responsáveis pelo Domicílio por Tipo de Residência/Moradia na Chegada a Região, Segundo Tempo de Residência - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Condição Migratória e Tempo de Residência	Tipo de Residência/Moradia	% Válida
0-9 Anos	Casa Própria em Bairro ou Loteamento	37,5%
	Casa Alugada	44,5%
	Casa de Parentes	18,1%
	Total	58.155 (100,00%)
10 ou Mais	Casa Própria em Bairro ou Loteamento	30,6%
	Casa Alugada	44,8%
	Casa de Parentes	24,6%
	Total	161.027 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

É interessante notar, por exemplo, que tanto para os migrantes recentes como os antigos as duas principais formas de solução habitacional adotadas pelos responsáveis dos domicílios na chegada à região metropolitana era a casa própria (em bairro ou loteamento) ou casa alugada.

Para os migrantes recentes a porcentagem acumulada para ambas as alternativas (casa própria ou casa alugada) chega a 81,9%, enquanto que para os migrantes que chegaram há mais de 10 anos o valor é 75,4%, ou seja, ligeiramente menor comparativamente.

Embora pequena tal diferença percentual encontrada é interessante para levantarmos as possíveis relações entre redes sociais e as diversas formas do morar, pelo menos no primeiro momento de contato com a metrópole, haja vista que a solução “*morar em casa de parentes*” parece ter sido mais importante no passado (para os migrantes antigos). De fato, enquanto 18,1%

dos migrantes recentes adotaram tal solução o percentual foi significativamente maior para os migrantes antigos, 24,6%.

Como o momento investigado pela pesquisa (a chegada à região) é o mesmo para todos os migrantes, o tempo de residência, pelo menos nesse particular caso, pode demonstrar mudanças contextuais no processo de moradia e de fixação do migrante na região, relacionando-se, dessa forma, com a maior ou menor utilização das redes sociais para tanto. Obviamente que esse trabalho não reúne elementos para atribuir tais diferenças a possíveis conjunturas no mercado de terras ou nas políticas públicas relativas à habitação, no entanto, esse caminho parece ser interessante para tentar entender como as redes podem ser mais ou menos usadas em diferentes contextos de oportunidades.

Já a Tabela 17 relaciona a garantia de emprego na chegada à região com as distintas formas adotadas de residência. Esses dados mostram que a disponibilidade prévia de empregos pode se relacionar com a utilização ou não das redes sociais, essencialmente aquelas baseadas em vínculos fortes, ou seja, com redes familiares e/ou de parentesco. De fato, é interessante notarmos que somente 13,4% dos migrantes recentes quando chegavam à região com emprego garantido fixaram moradia na casa de parentes.

Tabela 17 – Responsáveis pelo Domicílio – Condição Migratória e Tempo de Residência – Por Tipo de Residência/Moradia na Chegada a Região, Segundo Vínculos Empregatícios Prévios - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Condição Migratória e Tempo de Residência	Veio para a Região com Emprego Garantido?	Quando Chegou a Região foi Morar Em:			
		C. Própria	C. Alugada	C. Parentes	Total
0 - 9 Anos	Sim	39,3%	47,3%	13,4%	16.749 (100,00%)
	Não	37,0%	42,9%	20,1%	41.086 (100,00%)
Mais de 10 Anos	Sim	35,7%	49,3%	15,1%	37.719 (100,00%)
	Não	28,8%	43,5%	27,6%	122.950 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Todavia, 20,1% destes mesmos chefes de domicílio quando não contavam com um emprego garantido optaram por contar com a ajuda e o suporte de outros membros familiares, fixando, no momento de chegada à região, sua moradia. Ou seja, uma diferença de aproximadamente 7%.

A situação não é muito diferente para aqueles chefes migrantes de longa data. Uma vez que os mesmos contavam com um vínculo empregatício prévio e garantido somente 15,05% optavam por fixar a primeira moradia na região na casa de parentes.

Entretanto, quando na situação contrária, observa-se que 23,3% dos mesmos contaram com a ajuda de familiares e parentes para fixar moradia e buscar melhores condições de inserção frente ao mercado fundiário metropolitano.

Nesse sentido, os dados apresentados sugerem que as redes sociais podem condicionar, em certa medida - haja vista que outros condicionantes podem exercer maior peso no processo de decisão migratório - o direcionamento do fluxo migratório.

Dessa forma, contatos familiares prévios em determinadas áreas poderiam condicionar o direcionamento do fluxo migratório para estas e não outras partes da região.

É claro que outras questões relativas ao mercado de trabalho e ao mercado de terras, por exemplo, também exercem fundamental influência, podendo também condicionar o fluxo migratório.

Dessa forma, contatos prévios e estabelecidos através de redes sociais podem mediar o processo de inserção e integração do migrante ao específico recorte metropolitano.

Basta atentarmos para o fato de que aproximadamente 24,6% dos migrantes de longa data fixaram, pelo menos no primeiro momento, sua residência e moradia na casa de parentes. Tal fato pode ter ajudado em grande medida o processo de inserção e integração deste migrante à metrópole. Talvez sem essa ajuda e suporte inicial tal migrante não dispusesse de meios suficientes e necessários para fixar moradia na região.

Todavia, a pesquisa não se debruça unicamente sobre os condicionantes do processo migratório tendo em vista unicamente a região como recorte territorial.

Desse modo, é interessante também uma análise dos condicionantes e das motivações do processo migratório para áreas mais específicas, tais como o município, ou ainda, o bairro.

Descrições e discussões pormenorizadas desses recortes territoriais poderiam ser elucidativas, uma vez que as motivações mencionadas pelos migrantes poderiam ser distintas quando comparadas às motivações que os trouxeram para a região.

1.8. Distinções entre as Motivações que levaram à mobilidade em Diferentes Níveis Territoriais: Região, Município e Bairro

É interessante traçarmos alguns paralelos entre os distintos níveis espaciais de observação que são levantados a partir da pesquisa amostral. Isto, pois as motivações podem ser distintas entre esses níveis.

Se as motivações podem ser distintas segundo o nível de observação, a utilização das redes sociais bem como seus processos de desenvolvimento e diversificação também podem o ser.

Melhores oportunidades de trabalho podem ser um dos principais motivos da mudança para a região, uma vez que diferenciais entre áreas de origem e destino ainda são um dos elementos explicativos centrais no processo migratório. No entanto, tal fato não invalida a importância das redes sociais, uma vez que as mesmas podem funcionar como mediadoras do processo. Ou seja, tais redes poderiam funcionar como fontes de suporte e ajuda que facilitariam a integração do migrante à região por meio da melhoria das suas condições de inserção, ou ainda, interferindo no direcionamento do fluxo migratório.

Não obstante, se o município, ou ainda, o bairro passam a ser o nível de observação em questão, outras motivações podem ser mais relevantes em comparação com aquela mencionada para a região. O mercado de terras e habitacional podem ser importantes elementos no processo migratório, particularmente no que se refere à mobilidade residencial intrametropolitana.

A proximidade de redes sociais baseadas em vínculos e laços familiares pode ser mais desejada nesse caso, uma vez que estas podem proporcionar maior montante de recursos e ajuda de forma direta em comparação com redes embasadas em amizade, coleguismo, ou ainda vizinhança.

A partir da Tabela 18, por exemplo, podemos notar diferenças nas formas do morar/residir entre os distintos níveis espaciais de observação (região e município).

Tabela 18 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Recorte Territorial, Segundo Tipo de Residência/Moradia - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Migrantes		
Tipo de Residência/Moradia	Região	Município
Casa Própria em Bairro ou Loteamento	32,4%	47,6%
Casa Alugada	44,7%	36,7%
Casa de Parentes	22,9%	15,7%
Total	219.182 (100,00%)	249.766 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

É possível também distinguirmos algumas alterações na forma de utilização de uma determinada rede.

Em primeiro lugar é interessante notar que as formas do morar/residir na chegada à região metropolitana são distintas daquelas na chegada ao município onde o entrevistado vivia no momento da pesquisa.

São duas as possíveis respostas que, pelo menos em um primeiro momento, chamam mais atenção: casa própria em bairro ou loteamento e casa alugada. São na verdade as alternativas que representam quase que a totalidade das respostas.

Assim, 32,4% dos migrantes foram residir em casa própria no momento da chegada a região, enquanto que para o município a porcentagem é de 47,6%, ou seja, comparativamente há um incremento considerável entre ambas as situações, diferentemente do que ocorre com a opção casa alugada onde há um decrémento percentual.

Dessa forma, 44,7% dos migrantes no momento de chegada na região foram morar/residir em casa de aluguel. Entretanto, no momento de chegada no município 36,7% adotaram a mesma alternativa.

Aqui é interessante notarmos que pode realmente haver distinções nas motivações apresentadas pelo migrante na mudança para a região e para o município.

O mercado fundiário e habitacional, por meio da aquisição de moradia própria, parece se mostrar, pelo menos no primeiro momento, uma importante motivação para a mobilidade residencial, especialmente aquela ocorrida no interior da metrópole.

É fácil deduzir que o fato de ser a casa própria a forma preponderantemente externada como solução para a localização no município reflete de alguma forma a importância da questão

habitacional como condicionante dos movimentos de mais curta distância. A estabilidade de uma casa própria proporcionaria ao migrante maior segurança frente a um mercado fundiário dinâmico, onde a valorização da propriedade privada e a apropriação das melhores localizações conspiram contra a população de mais baixa renda.

Além disso, o incremento da alternativa “*morar em casa própria*” e o decréscimo da alternativa “*morar em casa de aluguel*” podem significar, ao longo do tempo de residência do migrante (como apresentado na Tabela 19), maior acumulação de recursos, principalmente recursos econômico-financeiros.

Tabela 19 – Responsáveis pelo Domicílio Segundo Condição Migratória, Tempo de Residência e Recorte Territorial, Segundo Local de Residência/Moradia - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Tipo de Residência/Moradia	Condição Migratória e Tempo de Residência			
	Região		Município	
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos
Casa Própria em Bairro ou Loteamento	37,5%	30,6%	48,0%	47,4%
Casa Alugada	44,5%	44,8%	41,8%	34,8%
Casa de Parentes	18,1%	24,6%	10,3%	17,7%
Total	58.155 (100,00%)	161.027 (100,00%)	67.145 (100,00%)	182.621 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

É o que parecem nos indicar os dados da Tabela 19. Assim, percebe-se que segundo a resposta “*casa própria em bairro ou loteamento*”, 37,5% dos chefes migrantes com menos de 10 anos de residência no momento da chegada na região moravam em casa própria. Esse percentual sobe para 48,0% dos mesmos quando o recorte territorial passa a ser o município no qual atualmente reside.

No caso, dos chefes domiciliares migrantes com mais de 10 anos de residência na metrópole os valores são ainda mais diferenciados. Ou seja, no momento da chegada à região 30,6% dos mesmos residiam em casa própria. No entanto, esse valor sobe para 47,4% quando a mudança é realizada para o município no qual atualmente vive.

Diferenças contextuais nas oportunidades ofertadas de moradia são possíveis explicações para os diferenciais apresentados entre migrantes recentes e de longa data. Todavia, o maior

tempo de residência também se configura como importante elemento no acúmulo de recursos e bens.

É interessante notar também que as redes sociais perdem progressivamente seu peso na decisão de mudança de domicílio à medida que se reduz a escala de observação - da região para o município. Ou seja, as redes sociais (principalmente as familiares) funcionariam como fonte de suporte e ajuda (recursos e abrigo, por exemplo) no momento da chegada desses migrantes a região. Todavia, uma vez que os migrantes se encontrem minimamente familiarizados e integrados a mesma (região) as redes sociais familiares perderiam progressivamente sua relevância nos processos de mobilidade residencial intrametropolitana.

De fato, os dados apresentados mostram que a alternativa “*casa de parentes*”, para ambos os tipos de migrantes, reduz sua porcentagens quando o nível espacial passa a ser o município.

Para os chefes recentes os valores caem de 18% para 10,3%. Já para os de longa data a queda também ocorre. Ou seja, a porcentagem daqueles que necessitavam desse tipo de auxílio passa dos 24,6% na chegada na região para 17,7% na mudança para o município.

Tal resultado reforça ainda mais o fato de que o mercado fundiário e habitacional metropolitano pode ser um importante elemento para o entendimento dos processos de mobilidade residencial intrametropolitana.

Conforme a Tabela 20, a diferenciação entre migrantes intrametropolitanos e externos pode demonstrar o processo dinâmico da mobilidade residencial na metrópole. Pode demonstrar também possíveis relações entre os deslocamentos realizados interiormente a região e as redes sociais.

Tabela 20 – Responsáveis pelo Domicílio Segundo Condição Migratória, Modalidade da Migração e Recorte Territorial, Segundo Local de Residência/Moradia - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Tipo de Residência/Moradia	Condição Migratória e Modalidade da Migração			
	Região		Município	
	Intrametropolitano	Externo	Intrametropolitano	Externo
Casa Própria em Bairro ou Loteamento	24,1%	34,1%	60,6%	41,2%
Casa Alugada	53,6%	42,9%	33,6%	38,3%
Casa de Parentes	22,4%	23,0%	5,8%	20,6%
Total	36616 (100,00%)	182567 (100,00%)	82469 (100,00%)	167298 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Há nesse caso um incremento percentual de migrantes, tanto intrametropolitanos quanto externos, que na mudança para o município foram residir/morar em casa própria. As diferenças percentuais são ainda mais importantes.

Assim, 24,1% dos migrantes intrametropolitanos no momento de chegada na região foram residir/morar em casa própria. Já quando a mudança foi realizada para o município a percentagem se incrementa para 60,6% destes.

Observa-se uma situação semelhante quando são analisados os migrantes externos. Nesse caso, 34,1% destes no momento de chegada na região foram residir em casa própria, sendo que o percentual sobe para 41,2% dos mesmos na mudança para o município.

Similarmente ao observado na Tabela 20, verifica-se que há um decréscimo daqueles que na mudança para o município foram residir/morar em casas de aluguel, independentemente se eram migrantes intrametropolitanos ou externos.

No momento de chegada à região 53,6% dos migrantes intrametropolitanos residiam em casas alugadas. Na mudança para o município, entretanto, 33,6% dos mesmos optaram por tal solução.

O decréscimo percentual ocorre também para os migrantes externos. Na chegada a região 42,9% dos mesmos residiam em casas de aluguel. Já na mudança para o município 38,3% adotaram casas de aluguel como solução.

Mas talvez um dos dados mais interessantes apresentados na tabela seja aquele relacionado com as redes sociais familiares.

Constata-se que 22,4% dos que no momento da entrevista eram migrantes intrametropolitanos, quando na chegada à região, necessitaram contar com o suporte de parentes para conseguir fixar moradia. Na mudança para o município, no entanto, a porcentagem cai consideravelmente. Nesse caso, somente 5,8% destes migrantes necessitavam optar por fixar moradia na casa de parentes.

Todavia, para os migrantes externos as porcentagens, na chegada a região quanto na chegada ao município, são estatisticamente iguais¹⁵.

¹⁵ Mesmo sendo os valores percentuais distintos, o intervalo de confiança adotado de 95% permite afirmar que os valores são iguais.

Tal fato, portanto, quando comparado com dados provenientes dos migrantes intrametropolitanos pode demonstrar que a maior mobilidade residencial destes pode levar a um maior conhecimento do espaço metropolitano, o que por sua vez, pode se relacionar com a menor utilização das redes sociais, essencialmente familiares, no enfrentamento da questão do onde morar/residir.

Os dados apresentados na Tabela 21 são sugestivos para demonstrar uma das principais motivações para as mudanças internas à região: a aquisição de formas mais seguras de morar e que, em certa medida, podem proporcionar incremento da qualidade de vida dos migrantes ao longo do tempo de residência na região metropolitana.

Tabela 21 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Situação do Bairro Anterior - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Situação do Bairro Anterior	Condição Migratória e Tempo de Residência	
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos
Loteamento Regularizado (Aprovado pela Prefeitura)	91,5%	86,3%
Áreas Não Regularizadas (Ocupações Irregulares, Favelas e Áreas em Regularização)	8,5%	12,6%
Conjuntos Habitacionais (COHAB e CDHU)	0,0%	1,0%
Total	15.629 (100,00%)	106.987 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Pode revelar também distinções entre migrantes, principalmente na forma como estes se inseriram na região. Como se nota, a imensa maioria de chefes de domicílio migrantes, independentemente do tempo de residência morava anteriormente em loteamentos regularizados¹⁶.

Entretanto, para os migrantes de longa data as condições de assentamento parecem ser um pouco mais adversas comparativamente aos chefes migrantes recentes. Isto pode estar relacionado a processos contextuais e macro-estruturais, a falta de oportunidades habitacionais pode ser um exemplo, como já mencionado em parágrafos anteriores.

¹⁶ Esse dado, particularmente, precisa ser ponderado. A pergunta, nesse caso, é realizada diretamente ao chefe domiciliar. Desse modo, a resposta dada por este não necessariamente condiz com a realidade. Ou seja, a “casa própria em bairro ou loteamento” não necessariamente é em bairro ou loteamento regularizado, uma vez que não foram realizados levantamentos mais específicos e prévios junto aos órgãos públicos competentes.

Como se observa na tabela, 12,6% dos migrantes de longa data viviam anteriormente em áreas de ocupação irregular, áreas de ocupação em processo de regularização ou em favelas¹⁷; o percentual, segundo os mesmos critérios, para os chefes migrantes recentes era de 8,5%¹⁸.

Os dados apresentados na Tabela 22 demonstram ainda mais claramente o processo de mobilidade residencial intrametropolitana em busca de melhores condições de moradia.

Tabela 22 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Situação do Bairro Anterior - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Situação do Bairro Anterior	Condição Migratória e Modalidade da Migração	
	Intrametropolitano	Externos
Loteamento Regularizado (Aprovado pela Prefeitura)	83,8%	87,8%
Áreas não Regularizadas (Ocupações Irregulares, Favelas e Áreas em Regularização)	13,8%	11,7%
Conjuntos Habitacionais (COHAB e CDHU)	2,4%	0,5%
Total	24.949 (100,00%)	97.666 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Em ambos os casos a maioria dos migrantes residiam em loteamentos aprovados e regularizados.

Contudo, 16,2% dos migrantes intrametropolitanos residiam em áreas não regularizadas ou em conjuntos habitacionais. Por sua vez, 12,2% dos migrantes externos residiam nas mesmas condições.

Desse modo, a mobilidade residencial intrametropolitana parece estar muito mais relacionada com a redução da insegurança habitacional¹⁹. A mudança interna na região estaria assim mais estreitamente relacionada com o mercado fundiário e habitacional metropolitano.

¹⁷ Um vez que cruzamento realizado reduziu significativamente o número de casos, alerta-se para a existência de um erro bem mais elevado o que pode tornar estes dados muito menos confiáveis.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Na verdade, uma vez que boa parte da migração intrametropolitana envolve população da baixa renda, nem sempre a mudança de residência implica em melhorias nas condições habitacionais. De fato, muitas vezes o traslado pode dar-se para áreas mais carentes do ponto de vista de infra-estrutura e até mesmo para construções de pior qualidade. No entanto, um elemento positivo aflora de tal mudança: a posse da residência. Por esse motivo aqui preferimos destacar que a mobilidade espacial teria implicações sobre a “segurança habitacional”, ou seja, ter a posse do lugar onde se mora levaria a uma menor probabilidade de perder esse ativo tão fundamental.

Dessa forma, indistintamente da condição migratória, seja em termos do tempo de residência ou modalidade do deslocamento realizado, grande percentual da mobilidade residencial intrametropolitana é originária de processos relacionados ao mercado fundiário metropolitano. As aquisições de terreno ou de casa própria são importantes elementos relacionados a este processo.

Os dados apresentados na Tabela 23 podem fornecer importantes informações sobre três principais motivações, diferenciando e distinguindo os movimentos realizados tanto para a região quanto para o município.

Tabela 23 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória, Tempo de Residência e Recorte Territorial, Segundo Motivações para a Mudança - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Motivações para a Mudança	Condição Migratória e Tempo de Residência					
	Região			Município		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Total	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Total
Motivos Relacionados ao Mercado Fundiário e Habitacional	5,5%	3,6%	4,0%	21,2%	17,6%	18,3%
Motivos Relacionados ao Mercado de Trabalho	75,1%	53,2%	58,0%	51,5%	44,1%	45,5%
Motivos Relacionados as Redes de Parentesco e Família	19,5%	43,2%	38,0%	27,3%	38,4%	36,2%
Total	35.382 (100,00%)	125.437 (100,00%)	160.819 (100,00%)	37.049 (100,00%)	151.475 (100,00%)	188.524 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

É interessante notarmos como as motivações da migração e dos posteriores deslocamentos são diferentes de acordo com o recorte espacial em questão.

Tendo em vista evitar os problemas amostrais, os dados provenientes de algumas possíveis respostas e alternativas foram agregados em uma única alternativa. Assim, as seguintes respostas, “*tinha oferta de terrenos baratos*”, “*tinha oferta de casas baratas*” e “*conseguiu um financiamento do governo para a casa própria*” foram agregadas em uma única alternativa que passa assim a corresponder aos “*motivos relacionados ao mercado fundiário e habitacional*”.

O mesmo procedimento foi realizado para a construção da alternativa “*motivos relacionados ao mercado de trabalho*” que foi composta pela agregação das seguintes respostas

anteriores: “trabalhar ou procurar emprego na região”, “trabalhar ou procurar emprego no município” e “foi transferido do emprego”.

Por fim, a alternativa “*motivos relacionados às redes de parentesco e família*” foi elaborada a partir da agregação das seguintes respostas: “*tinha parente no município*”, “*casou-se com um residente do município*” e “*acompanhar família*”.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que, independentemente do tempo de residência dos migrantes responsáveis pelos domicílios, tanto a vinda para a região quanto para o município de residência no momento da entrevista, a principal motivação parece ter sido sempre o mercado de trabalho.

Entretanto, tal motivador perde parcialmente seu peso relativo quando tratamos a respeito do município. De fato, o crescimento do peso relativo das questões relacionadas ao mercado fundiário e habitacional para o município é notável. Por exemplo, enquanto 4% da totalidade dos migrantes atestavam que haviam se deslocado para a região por motivos relacionados ao mercado fundiário e habitacional, esse percentual atinge 18,3% quando o destino era o município de residência atual.

Já os motivos relacionados às redes familiares e de parentesco, tanto para a região quanto para o município, mostram-se bem influentes nos deslocamentos.

No entanto, é interessante notar como estas redes são muito mais atuantes para os migrantes com mais de 10 anos de residência. Como se observa, 43,2% destes afirmam que migraram para a região metropolitana por motivos relacionados à família e as redes de parentesco, enquanto que no caso do movimento para o município 38,4% destes apresentaram o mesmo motivo.

Os valores relativos, mesmo comparativamente menores aos apresentados pelos migrantes de longa data, também se fazem substanciais para os migrantes recentes. Segundo estes dados constata-se que 19,5% migraram para a região metropolitana por motivos relacionados às redes de parentesco e a família.

Uma possível explicação para tais diferenças é que migrantes antigos podem ter chegado à região como “*parentes*”, ou seja, como dependentes e não como chefes de domicílio. Fato este que é muito menos provável de ter ocorrido com os migrantes recentes.

Como seria de se esperar, tendo em vista um recorte territorial ainda mais específico, ou seja, o bairro, as motivações de mudança apresentados na Tabela 24 relacionados ao mercado

funditário e habitacional se fazem imensamente mais preponderantes do que questões relacionadas ao mercado de trabalho, ou ainda, as redes de parentesco, indistintamente da condição migratória.

Tabela 24 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória (Tempo de Residência e Modalidade da Migração), Segundo Motivações a se Mudar do Último Bairro - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Motivações a se Mudar do Último Bairro	Condição Migratória			
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Intrametropolitano	Externo
O Bairro é mais Barato para Morar	55,2%	63,3%	65,3%	61,6%
Proximidade com o Local de Trabalho	5,3%	7,5%	6,2%	7,6%
Proximidade de Parentes	15,4%	11,0%	11,8%	11,4%
Melhor Qualidade de Vida	24,2%	18,1%	16,7%	19,5%
Total	11151 (100,00%)	83063 (100,00%)	20262 (100,00%)	73953 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Entretanto, uma nova motivação pode ser aqui apreendida. Qualidades intrínsecas do bairro, desse modo, também podem se configurar como importantes motivadores do deslocamento para este específico espaço.

Para os migrantes mais recentes tais questões possuem um maior peso no processo de decisão sobre ir para este ou para aquele bairro.

Em suma, as motivações da mobilidade residencial claramente tendem a ser diferenciados de acordo com o recorte territorial que se analisa.

De qualquer forma, mereceria atenção especial o fato de que a questão do mercado de trabalho tenha alcançado grande incidência nas respostas dos migrantes intrametropolitanos, fato que mostra que na RMBS, da mesma forma como demonstrado por Cunha (1994) para a Região Metropolitana de São Paulo, este e o mercado de terras são os dois principais motores que movem a redistribuição espacial da população dentro da região.

No entanto, deve-se levar em conta ainda que tanto as redes sociais, particularmente aquelas de parentesco, como também outros atrativos e amenidades que geram diferenciais de localizações também figuram entre os elementos com força suficiente para mover grandes grupos de pessoas as quais se somam ao grande contingente populacional que faz com que a metrópole se transforme em termos socioespaciais continuamente.

1.9. As Possíveis Formas de Vinculação e suas Relações com a Mobilidade Intrametropolitana

Na seção anterior, as motivações que levam à mobilidade espacial foram diferenciadas através de três distintos níveis de observação do território, ou seja, a região metropolitana (RMBS), o município e o bairro.

Como se mostrou, as motivações, assim como os condicionantes destes movimentos, são distintos segundo cada um dos níveis de análise territorial já mencionados. Todavia, como já tratado, o mercado fundiário e habitacional são importantes elementos para o entendimento do processo de mobilidade residencial intrametropolitana, já que esta última pode ser encarada pelos migrantes como uma das formas possíveis de adquirir maior segurança habitacional e, no melhor dos casos, condições de moradia mais favoráveis.

No entanto, como vimos sustentando ao longo desse estudo, as redes sociais se configurariam como mais um elemento nessa relação, uma vez que também mediam e se relacionam com os processos de mobilidade residencial intrametropolitana.

A presente seção, dessa forma, tem como intuito analisar de modo pormenorizado como as redes sociais, essencialmente através de seus contatos e vinculações, podem mediar e se relacionar com a mobilidade intrametropolitana.

Segundo Massey et al. (1987), indivíduos com algum conhecimento e, principalmente, contato prévio com a região de destino apresentariam maior propensão à migração do que aqueles carentes em ambos os quesitos.

A importância das redes sociais no direcionamento do fluxo migratório para a região pode talvez ser constatada na Tabela 25, uma vez que 58,5% dos migrantes responsáveis pelos domicílios se valeram das informações provenientes de parentes e amigos, a fim de obter maior conhecimento da região. Tal resultado permite pensar que as redes sociais além de intermediarem processos de inserção e integração do migrante podem também direcionar o fluxo migratório para uma determinada área. Ou seja, a presença de amigos ou parentes em certos locais pode ser um elemento central para compreender o por quê do direcionamento do fluxo migratório para estas áreas.

Tabela 25 – Responsáveis Migrantes pelo Domicílio Segundo Fontes de Informações sobre a Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Como soube desta Região?	Migrantes
Informações de Parentes ou Amigos	58,5%
Ouviu Falar no Município Onde Residia	8,9%
Através de Meios de Comunicação	1,3%
Agência de Emprego	0,6%
Já Conhecia o Município	29,8%
Por Uma Empreiteira	1,0%
Total	251.804 100,00%

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

A experiência prévia também parece ser outro elemento fundamental para se compreender a escolha da região. De fato, como se percebe na Tabela 25 a alternativa “já conhecia o município” é a opção registrada por 29,8% dos migrantes.

Outro resultado interessante é o fato de que a opção “ouviu falar no município onde residia” também alcançou um percentual significativo. Mesmo sendo percentualmente menos relevante do que as duas alternativas até aqui já trabalhadas, ela pode dar indícios de pontes estabelecidas entre áreas de origem e destino.

É interessante, portanto, notarmos algumas diferenças apreensíveis através dos dados da Tabela 26 entre migrantes recentes e de longa data.

Tabela 26 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Informações sobre a Região - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Informações sobre a Região	Condição Migratória e Tempo de Residência	
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos
Informações de Parentes ou Amigos	46,9%	62,5%
Ouviu Falar no Município Onde Residia	8,3%	9,1%
Através de Meios de Comunicação	1,7%	1,2%
Agência de Emprego	0,0%	0,8%
Já Conhecia o Município	41,4%	25,8%
Por Uma Empreiteira	1,8%	0,7%
Total	65.211 (100,00%)	186.593 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

A maioria dos migrantes (independentemente do tempo de residência na metrópole) soube da região através de “*informações de parentes e amigos*”.

Entretanto, os migrantes de longa data apresentavam um percentual maior (62,5% do total) que os migrantes mais recentes (46,9%). Como já demonstrado, grande parte dos migrantes antigos se deslocaram para a região como dependentes e não como chefes de domicílio. Talvez essa fosse, portanto, uma explicação razoável para o diferencial apresentado.

Um outro dado decorrente da Tabela 26 pode ajudar a entender algumas diferenças entre migrantes recentes e de longa data. Da mesma forma, pode explicitar algumas diferenças nos condicionantes da migração dos mesmos.

Enquanto que 25,8% dos migrantes de longa data já conheciam de alguma forma algum município da região, os valores se incrementam consideravelmente para os migrantes mais recentes, onde 41,4% dos mesmos também já possuíam algum tipo de experiência prévia.

Dessa forma, experiências prévias podem facilitar o processo de deslocamento para a região, fato este que decreta a participação de parentes e amigos como fontes de informação sobre a região.

É relevante, pois, entender de onde os migrantes são originários, uma vez que esse tipo de informação pode dar mostras de como os contatos e a experiência prévia da região são estabelecidos. Os dados são apresentados na Tabela 27.

Tabela 27 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Local de Nascimento - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Local de Nascimento	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Total
Município da RMSP	2,6%	2,1%	2,2%
Outro Município ESP	9,1%	13,7%	12,3%
Outra UF	86,1%	80,8%	82,1%
Outro País	2,3%	3,5%	3,3%
Total	66.802 (100,00%)	187.574 (100,00%)	275.975 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

A grande maioria dos migrantes é proveniente e originária de outras Unidades da Federação (82,1%).

Desse modo, se ambas as categorias de migrantes são, em sua imensa maioria, externos ao próprio Estado de São Paulo; a alta porcentagem de migrantes recentes que responderam que “já conheciam o município” pode ser embasada talvez na força dos contatos prévios que estes já mantinham na região. Ou seja, é interessante notar que o deslocamento para a região é fortemente embasado em informações, relações e vinculações familiares ou de amizade.

Se até o momento discutimos as possíveis formas como os migrantes responsáveis por domicílios obtiveram informações sobre a Região Metropolitana da Baixada Santista, os dados apresentados na Tabela 28 dizem respeito às formas como estes mesmos souberam sobre o município onde residiam no momento de entrevista. Entretanto, nessa tabela a classificação dos migrantes é feita segundo a modalidade de migração, ou seja, intrametropolitanos (aqueles cuja residência anterior era distinta da atual, todavia pertencia a Região Metropolitana da Baixada Santista) e externos (cujo município de residência anterior era diferente do atual e externo a RMBS).

Tabela 28 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Informações sobre o Município - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Informações sobre o Município	Condição Migratória e Modalidade da Migração		
	Intrametropolitano	Externo	Total
Informações de Parentes ou Amigos	35,0%	53,1%	47,1%
Ouviu Falar no Município Onde Residia	3,4%	8,0%	6,6%
Através de Meios de Comunicação	0,6%	1,3%	1,1%
Agência de Emprego	0,0%	0,5%	0,3%
Já Conhecia o Município	53,7%	34,3%	40,7%
Por Uma Empreiteira	0,0%	0,5%	0,4%
Nasceu Aqui	4,0%	0,9%	1,9%
Já Morou Aqui	3,4%	1,3%	2,0%
Total	95517 (100,00%)	192500 (100,00%)	288277 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Neste caso, também são as informações originárias de parentes ou amigos as mais importantes, respondendo por 47,1% do total de migrantes.

No entanto, são os migrantes externos os mais dependentes desse tipo de informação e fonte, uma vez que a experiência deste sobre a região na qual se inserem é ainda muito restrita comparativamente aquela disponível para os migrantes intrametropolitanos.

Para estes últimos a experiência prévia sobre a região metropolitana possui um peso maior e é mais importante do que as informações disponibilizadas por redes sociais. Todavia estas ainda são relevantes, uma vez que 35,0% destes ainda se embasam em informações disponibilizadas pelas redes.

Pode haver, portanto, uma relação entre mobilidade residencial intrametropolitana e acúmulo de experiência sobre a região, o que por sua vez, poderia diminuir a dependência das redes sociais. Como se percebe, 53,7% dos migrantes intrametropolitanos já conheciam o município, percentual bem superior àquele apresentado pelos migrantes externos (34,3%).

Enquanto a maioria dos migrantes chega à região metropolitana sem experiência prévia sobre a mesma e, pelo menos nesse caso, muito mais embasados em informações de parentes e/ou amigos, quando o movimento se dá entre municípios da própria região estes são predominantemente embasados e alicerçados em conhecimentos prévios sobre a área.

Se considerarmos, como já assinalado que a migração intrametropolitana tem como importante condicionante o mercado de terras, seria de se esperar que o conhecimento e experiências prévias sobre a oferta de lotes e casas mais baratas em determinados municípios da região poderiam condicionar a mobilidade para este ou aquele município.

Conforme Tabela 29, comparativamente à região e ao município, as influências exercidas pelas informações disponibilizadas por parentes e amigos são ainda mais fortemente sentidas no bairro. Para esta específica área, 84,3% dos migrantes responderam que se basearam em tais fontes.

Tabela 29 – Responsáveis pelo Domicílio Segundo Condição Migratória, Segundo Fontes de Informações sobre o Bairro - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Informações sobre o Bairro	Condição Migratória	
	Migrante	Não Migrante
Por Parentes	42,9%	48,8%
Por Amigos	41,4%	29,8%
Por Propagandas, Folhetos ou Corretores	6,5%	13,9%
Já Morou Aqui	9,3%	7,4%
Total	114976 (100,00%)	57492 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

É também interessante notar que diferentemente do que ocorre em relação à região e ao município, outros meios de comunicação e fontes de informação, tais como, propagandas, folhetos e corretores, influenciam a migração e a mobilidade.

Esta alternativa somada às duas primeiras respostas da Tabela 29 praticamente totalizam o conjunto de respostas dadas pelos migrantes.

De qualquer forma é notável a importância que a informação de familiares e amigos tem sobre localização das pessoas nos bairros seja para migrantes ou mesmo para não migrantes. De fato, os valores percentuais para estes últimos também são consideráveis, sendo que 78,6% destes contaram com esse tipo de informação.

Pelo menos no primeiro momento, os migrantes parecem utilizar mais fortemente as redes sociais como meio de obtenção de informações a respeito do bairro, conforme dados da Tabela 30.

Tabela 30 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Informações sobre o Bairro - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Informações sobre o Bairro	Condição Migratória e Tempo de Residência	
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos
Por Parentes	34,1%	44,2%
Por Amigos	50,6%	40,0%
Por Propagandas, Folhetos ou Corretores	8,6%	6,2%
Já Morou Aqui	6,7%	9,6%
Total	14526 (100,00%)	100450 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Chefes de domicílio com mais de 10 anos de residência se baseiam mais estreitamente em informações fornecidas por parentes (44,2%). A situação se inverte quando são as informações prestadas por amigos as mais relevantes no processo de mobilidade residencial intrametropolitana. Nesse caso, são os migrantes recentes aqueles que mais as utilizam, totalizando 50,6% dos mesmos.

Tais dados podem demonstrar também que os chefes migrantes com mais de 10 anos de residência na região baseiam-se mais fundamentalmente em relações e redes familiares e de parentesco.

Por sua vez, migrantes recentes, até mesmo por seu restrito tempo de residência, são obrigados a se relacionarem com outras fontes.

Mesmo as informações provenientes de parentes apresentando um considerável peso e influência, outras fontes como aquelas fornecidas e embasadas em amizade e coleguismo são também relevantes para estes.

A Tabela 31 apresenta os dados desagregados segundo a modalidade migratória dos chefes de domicílio. Como se percebe pelos dados, parece que a mobilidade residencial pode também provocar diversificação na utilização das redes sociais.

Tabela 31 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Informações sobre o Bairro - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Informações sobre o Bairro	Condição Migratória e Modalidade da Migração	
	Intrametropolitano	Externo
Por Parentes	40,6%	43,5%
Por Amigos	38,2%	42,1%
Por Propagandas, Folhetos ou Corretores	7,9%	6,2%
Já Morou Aqui	13,3%	8,3%
Total	22283 (100,00%)	92692 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Assim, enquanto 78,8% dos migrantes intrametropolitanos se utilizam de informações de parentes e amigos a respeito do bairro, a porcentagem para os migrantes externos é significativamente maior atingindo 85,6% destes.

Essa diferença percentual entre os tipos de migrantes é pulverizada, no caso dos migrantes intrametropolitanos em outras alternativas, tais como: por propagandas, folhetos e corretores e “já morou aqui”.

Esta última alternativa (“já morou aqui”) é particularmente interessante, pois pode demonstrar a relevância da relação entre experiência prévia e diversificação das fontes de informação e ajuda. Nesse sentido, o aumento da experiência prévia pode provocar a menor utilização das redes sociais, uma vez que há um incremento de outras possíveis fontes a serem utilizadas.

As redes sociais dos migrantes intrametropolitanos, nesse sentido, podem ser mais diversificadas e menos homogêneas do que as redes dos migrantes externos comparativamente.

Segundo Massey et al. (1987), os riscos²⁰ e a conseqüente diminuição dos custos da migração e do deslocamento podem ser duas possíveis questões que se relacionam com a utilização de informações mais “*confiáveis e seguras*” proporcionadas por redes sociais específicas tais como aquelas provenientes de parentes e amigos.

Talvez essa possa ser uma possível explicação para a maior utilização dessas fontes por parte dos migrantes externos.

No entanto, quando a escala de observação territorial é ainda mais desagregada, ou seja, quando nos reportamos ao bairro, os motivos na utilização desta particular fonte de informação podem ser distintos comparativamente à região.

Se para a região a confiabilidade de informação poderia representar a conseqüente diminuição dos riscos e dos custos do processo migratório, influenciando o direcionamento do fluxo e a condição de inserção e integração do novo migrante, para o bairro a utilização de tal fonte pode representar maior efetividade na utilização cotidiana da rede social (especialmente a familiar), podendo inclusive representar incremento de capital social para este indivíduo, ou melhor, para esta unidade domiciliar.

A proximidade de parentes e familiares, nesse sentido, pode representar um conjunto de possíveis meios de ajuda e suporte. Por exemplo, uma chefe de domicílio migrante poderia se utilizar da ajuda e suporte propiciada por outra unidade domiciliar (mãe, irmãs, cunhadas, etc.) para cuidar de seus filhos que ainda se encontram fora da idade escolar enquanto esta trabalha. Esta situação poderia gerar expectativas de retribuições futuras, o que, em certo sentido, poderia incrementar o capital social que fluiria interiormente à rede social, nesse caso, a de parentesco.

Dessa forma, é interessante estudarmos a efetiva utilização das redes sociais, principalmente as de parentesco, no processo de inserção do migrante na região, ou seja, como o capital social pode ser um elemento fundamental para a efetividade da rede social.

1.10. As Possíveis Relações entre Capital Social e Mobilidade Intrametropolitana

Como já tratado no início deste estudo, a mobilidade residencial intrametropolitana poderia funcionar como uma “*faca de dois gumes*”, uma vez que ao mesmo tempo em que permitiria o desenvolvimento de uma série de contatos e vínculos, também poderia surtir efeito

²⁰ É importante ressaltar que os autores em seu estudo estão tratando da migração internacional.

oposto, ou seja, desestruturar redes sociais minimamente consolidadas nos locais de residência anterior dentro da região.

Portanto, é muito provável que esse tipo de mobilidade espacial tenha impacto importante sobre a quantidade e qualidade de capital social de que disponham as famílias, impactando, portanto, diretamente o grau de vulnerabilidade destas.

Por um lado, o desenvolvimento de uma nova rede social e, portanto, a ampliação dos contatos e relações pré-existentes, proporcionado muitas vezes por uma mudança intrametropolitana pode incrementar a quantidade de recursos que fluem interiormente à rede, já que esta pode, como dito no parágrafo anterior, criar uma série de novos contatos, diversificando-se em certo sentido. Pode, portanto, aumentar e assim potencializar as relações estabelecidas entre os indivíduos integrantes desta rede social, situação esta propícia ao incremento do capital social, onde este passa a mediar as relações como uma moeda de troca social.

Nesse sentido, redes ao mesmo tempo mais desenvolvidas (ou seja, com grande número de vínculos) e mais diversificadas, uma vez que os recursos podem ser também mais diversificados, podem apresentar maior montante de capital social. Ou seja, em certo sentido, tais redes podem ser mais efetivas e mais utilizáveis do que outras que não possuem tais características.

Por outro lado, a mudança de residência, muitas vezes para áreas bem afastadas do local onde residia a família anteriormente, pode ter implicações nas relações imediatas e cotidianas que embora não afetem necessariamente dimensões importantes como o fluxo de informações sobre as oportunidades da região, podem afetar outras tão essenciais quanto as primeiras como ajuda mútua, sociabilidade, etc..

Particularmente para migrantes a efetividade na utilização de uma rede social pode ser fundamental para sua inserção ou não na região. Aqueles, portanto, pouco atuantes dentro de uma rede social poderiam apresentar menor capital social, uma vez que suas trocas e relações são mais restritas. Tal fato pode implicar diretamente nas condições de inserção do migrante através de seu processo de integração à região ou mais especificamente, às áreas onde foi residir.

É, portanto, interessante avaliar e entender como a mobilidade residencial intrametropolitana pode alterar condições de ajuda e suporte, mediando e se relacionando, dessa

forma, com o incremento (ou ainda, o decréscimo) de capital social proporcionado através das relações sociais inerentes às redes.

Diversas formas, mais imediatas inclusive, de ajuda e suporte podem ser proporcionadas pelos vizinhos. Desse modo, os dados apresentados na Tabela 32, podem ajudar a entender as relações entre migração e capital social.

Tabela 32 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Vizinhos - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Possibilidade de Contar com a Ajuda de Vizinhos	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Total
Acabaram ou Diminuíram Significativamente	9,2%	4,4%	5,7%
Aumentaram	18,4%	19,5%	19,2%
Ficaram do Mesmo Jeito	72,4%	76,0%	75,1%
Total	51.905 (100,00%)	150.425 (100,00%)	202.330 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Tendo em vista o conjunto dos migrantes, a imensa maioria dos entrevistados, ou seja, 75,1% dos mesmos, afirmam que a mudança para o município da região metropolitana pouco afetou as relações destes com seus vizinhos (no caso, não aumentaram e nem diminuíram).

Esta situação, pelo menos no primeiro momento, nos leva a crer que a mobilidade residencial intrametropolitana pouco se relaciona com o incremento de capital social proporcionado através de redes sociais embasadas nos laços de amizade ou vizinhança. Todavia, é importante ressaltar que praticamente quase um quinto (19,2%) dos migrantes afirmam que a mudança aumentou a possibilidade de contar com a ajuda de vizinhos, dado este que não deve ser desprezado.

Se a tabela for desagregada segundo o tempo de residência dos migrantes (em mais e em menos de 10 anos), mais algumas diferenciações se fazem presentes.

Talvez uma das mais interessantes distinções entre as diferentes categorias de migrantes e que pode se relacionar mais fortemente com o tempo de residência é que 9,2% dos migrantes recentes afirmaram que a mudança para o município da região acabou ou diminuiu

significativamente a possibilidade de contar com a ajuda de vizinhos. Por sua vez, a porcentagem de migrantes de longa data que afirmaram semelhante alternativa é menor, apenas 4,4%²¹.

Já a Tabela 33 apresenta o total dos migrantes desagregados segundo a modalidade de migração. Tal diferenciação poderia em certa medida relacionar mais diretamente a mobilidade residencial intrametropolitana e o incremento ou decréscimo de capital social a partir dos deslocamentos realizados na metrópole.

Tabela 33 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Vizinhos - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Possibilidade de Contar com a Ajuda de Vizinhos	Condição Migratória e Modalidade da Migração		
	Intrametropolitanos	Externo	Total
Acabaram ou Diminuíram Significativamente	5,8%	5,6%	5,7%
Aumentaram	20,5%	18,6%	19,2%
Ficaram do Mesmo Jeito	73,7%	75,8%	75,1%
Total	69003 (100,00%)	133326 (100,00%)	202329 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

No entanto, os dados apresentados entre os migrantes na presente tabela são ainda mais semelhantes entre si do que aqueles apresentados na Tabela 32 que os agrupava segundo o tempo de residência.

Dessa forma, o tempo de residência pode ser um elemento ainda mais importante do que a própria mobilidade residencial no incremento de capital social interiormente a rede, uma vez que não há diferenças tão acentuadas entre migrantes externos e intrametropolitanos. De fato pode-se pensar que o maior tempo de residência proporcionaria um acúmulo gradual de capital social. Além disso, os dados sugerem que a mobilidade residencial não seria um aspecto impactante sobre essa forma de capital social. É importante frisar, no entanto que muito embora fique claro que o tempo de residência possui certo impacto, uma vez que os mais recentes parecem apresentar mais perdas, isto se deve muito provavelmente porque os laços entre esses indivíduos integrantes da rede social podem não estar suficientemente sedimentados.

Na verdade, deve-se considerar que as relações com vizinhos nem sempre são construídas imediata e automaticamente uma vez efetuada a mudança, razão pela qual esse tipo de

²¹ Novamente aqui pelos dados se encontrarem muito desagregados os mesmos podem apresentar problemas em relação ao índice de confiança estatística.

informação deveria ser investigada com mais cautela, sobretudo, porque muito provavelmente estas possibilidades devem variar segundo as características dos bairros.

É interessante notar, no entanto, que a situação se modifica significativamente quando a questão se coloca com relação à ajuda de amigos. Nesse caso, como mostra a Tabela 34, percebe-se que o percentual de entrevistados que afirmam que a possibilidade de contar com a ajuda de amigos incrementou-se consideravelmente.

Tabela 34 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Amigos - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Possibilidade de Contar com a Ajuda de Amigos	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Total
Acabaram ou Diminuíram Significativamente	7,9%	4,3%	5,2%
Aumentaram	29,8%	26,4%	27,3%
Ficaram do Mesmo Jeito	62,3%	69,3%	67,5%
Total	51.904 (100,00%)	150.592 (100,00%)	202.496 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

De fato, enquanto 19,2% dos migrantes afirmam que a possibilidade de contar com a ajuda de vizinhos aumentou com a mudança para o município da região, mais de um quarto os mesmos entrevistados afirmam que a possibilidade de contar com ajuda de amigos aumentou.

É interessante notar como a mobilidade residencial intrametropolitana pode também se relacionar com o incremento das relações estabelecidas com amigos, conforme dados da Tabela 35.

Tabela 35 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Amigos - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Possibilidade de Contar com a Ajuda de Amigos	Condição Migratória e Modalidade da Migração		
	Intrametrop	Externo	Total
Acabaram ou Diminuíram Significativamente	5,4%	5,1%	5,2%
Aumentaram	27,3%	27,3%	27,3%
Ficaram do Mesmo Jeito	67,3%	67,6%	67,5%
Total	69004 (100,00%)	133492 (100,00%)	202496 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Neste caso também é notável como a mobilidade residencial intrametropolitana pouco se relaciona com o incremento ou o decréscimo de capital social. Basta atentarmos ao fato de que tanto migrantes intrametropolitanos quanto externos a região metropolitana apresentam porcentagens em relação aos quesitos muito semelhantes entre si.

Portanto, aqui também o tempo de residência parece ser um elemento muito mais importante do que a própria mobilidade residencial na estruturação de uma efetiva rede social. Parece também que mobilidade residencial afeta mais direta e fortemente os migrantes recentes.

Dessa forma, pelo próprio incremento da ajuda fornecida por vizinhos e por amigos, a mobilidade residencial intrametropolitana parece se relacionar mais diretamente com redes embasadas em relações que demandem certa reciprocidade e laços cada vez mais estreitos.

Talvez uma das formas de corroborar tal ponto de vista é analisar a possibilidade de contar com a ajuda de parentes e familiares domiciliares ou não. É o que fazemos na Tabela 36.

Tabela 36 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo as Possibilidades de Contar com a Ajuda de Parentes - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

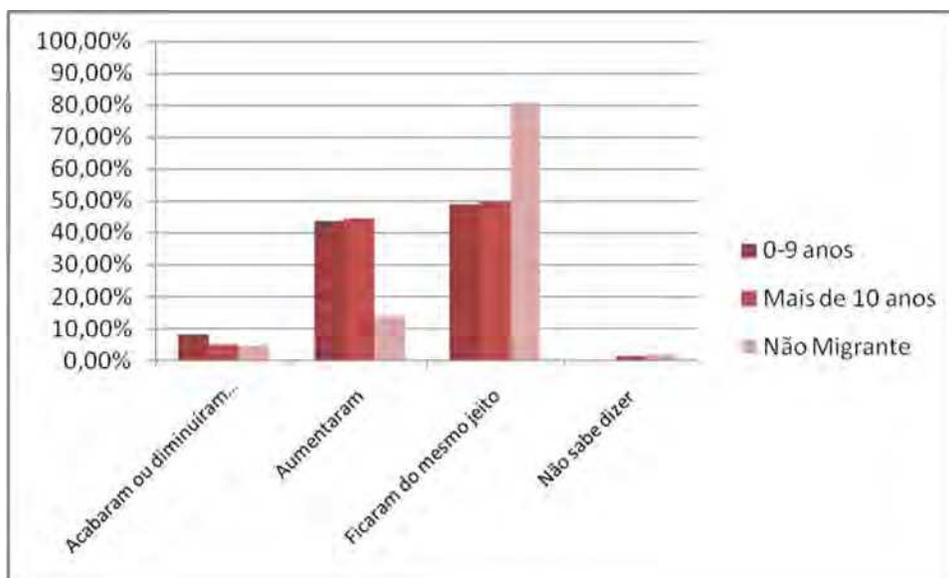
Possibilidade de Contar com a Ajuda de Parentes	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Total
Acabaram ou Diminuíram Significativamente	7,9%	4,8%	5,6%
Aumentaram	43,5%	45,1%	44,7%
Ficaram do Mesmo Jeito	48,6%	50,1%	49,7%
Total	51.905 (100,00%)	150.323 (100,00%)	202.228 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Novamente os dados são inequívocos ao mostrarem que o principal tipo de vínculo e rede relacionada com a mobilidade residencial intrametropolitana é mesmo aquela embasada em laços e vínculos familiares ou de parentesco.

Assim, na mudança de município, em comparação com o aumento das possibilidades de ajuda de vizinhos (19,2%) e amigos (25,3%) é bastante expressivo o percentual (46,7%) daqueles que expressaram terem percebido um incremento da ajuda de parentes e familiares.

Gráfico 4 – Responsáveis por Domicílios Urbanos, por Condição Migratória e Tempo de Residência Segundo Percepção sobre as Possibilidades de Contar com Ajuda de Parentes depois da Mudança de município - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Para ambos os tipos de migrante as porcentagens pouco se alteram, demonstrando, até certa medida, a importância e relevância das redes sociais familiares e de parentesco no processo de mobilidade residencial intrametropolitana independentemente do tempo de residência do migrante.

Como já tratado em seções anteriores (especificamente, nas seções: 1.7, 1.8 e 1.9), as redes sociais baseadas em “*vínculos fortes*” (família e parentesco, por exemplo) podem condicionar a migração e a mobilidade residencial intrametropolitana, principalmente alguns aspectos da mesma, tais como, seu direcionamento e ainda as formas de integração e inserção do migrante na RMBS.

Dessa forma, a proximidade com a família pode representar uma rede de suporte e apoio (principalmente de recursos materiais – financeiros, inclusive) mais efetiva e, até certo ponto, mais rapidamente utilizável. A proximidade da família pode ser almejada pela sua real efetividade e utilização, e assim condicionar a mobilidade residencial intrametropolitana.

Não obstante, uma série de outros recursos, não somente os materiais, podem ser mais fluentes e corriqueiros no interior das redes sociais familiares, ou seja, diversas outras formas de ajuda e suporte (não unicamente relacionadas ao mercado de trabalho e ao mercado

fundiário/habitacional), o que, por sua vez, pode também significar maior quantidade de capital social no interior da rede. É o que tratamos de abordar nos dados analisados a seguir.

Os dados apresentados na Tabela 37 demonstram a importância das redes sociais familiares na disponibilização de outros recursos não tão facilmente mensuráveis quanto os recursos financeiros.

Tabela 37 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar das Crianças durante o Trabalho da Mãe - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar das Crianças durante o Trabalho da Mãe	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Não Migrante
Nenhum/Não Recorre	48,8%	49,9%	41,6%
Parentes não Residentes	15,9%	14,0%	27,5%
Parentes Moradores da Casa	19,5%	26,7%	19,1%
Vizinhos/Amigos	3,9%	3,5%	3,4%
Outra fonte	11,9%	5,9%	8,4%
Total	45.471 (100,00%)	115.791 (100,00%)	98.461 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Desse modo, 42,0% do total de entrevistados (migrantes e não migrantes) são dependentes de parentes (residentes ou não) quando precisam de ajuda para cuidar das crianças durante o trabalho da mãe.

Nesse caso, a porcentagem total sofre influência direta dos não migrantes, uma vez que esses pela sua própria condição de naturais da região possuem maior número de parentes que podem oferecer suporte em diversas ocasiões.

Dessa forma, se eliminarmos a influência direta dos naturais, 39,2% do total dos chefes migrantes recorrem a parentes (residentes ou não) como forma de ajuda para ficar com as crianças durante o trabalho da mãe, enquanto que somente 3,6% desse mesmo total recorrem a amigos ou a vizinhos.

Há um dado também muito interessante e perceptível somente quando os migrantes são desagregados em intrametropolitanos ou externos (Tabela 38).

Tabela 38 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Modalidade da Migração, Segundo Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar das Crianças durante o Trabalho da Mãe - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar das Crianças durante o Trabalho da Mãe	Condição Migratória e Modalidade da Migração		
	Não Migrante	Intrametropolitano	Externo
Nenhum/Não Recorre	38,6%	42,0%	53,9%
Parentes não Residentes	27,2%	15,4%	14,0%
Parentes Moradores da Casa	20,9%	31,2%	20,9%
Vizinhos/Amigos	4,2%	3,7%	3,6%
Outra Fonte	9,2%	7,7%	7,6%
Total	81.590 (100,00%)	58.543 (100,00%)	102.719 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Nesse caso, os migrantes intrametropolitanos parecem contar mais fortemente com o apoio de parentes residentes (31,2%), enquanto que somente 20,9% dos migrantes externos recorrem à mesma fonte.

A relevância das redes sociais se faz ainda mais presente na Tabela 39, que demonstra as possibilidades de ajuda com relação aos cuidados com os membros enfermos ou idosos da família.

Tabela 39 – Responsáveis pelo Domicílio por Condição Migratória e Tempo de Residência, Segundo Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar de Membro Enfermo/Idoso da Família - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007

Fontes de Ajuda/Suporte para Cuidar de Membro Enfermo/Idoso da Família	Condição Migratória e Tempo de Residência		
	0 - 9 Anos	Mais de 10 Anos	Não Migrante
Nenhum/Não Recorre	13,5%	10,1%	4,6%
Parentes Não Residentes	18,8%	26,6%	39,1%
Parentes Moradores da Casa	56,3%	57,3%	49,9%
Vizinhos/Amigos	6,6%	2,2%	2,3%
Outra Fonte	4,8%	3,9%	4,2%
Total	75.028 (100,00%)	208.219 (100,00%)	148.528 (100,00%)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Nesse caso particular, 84,1% do total de entrevistados são dependentes de formas de ajuda e suporte ofertadas pela família.

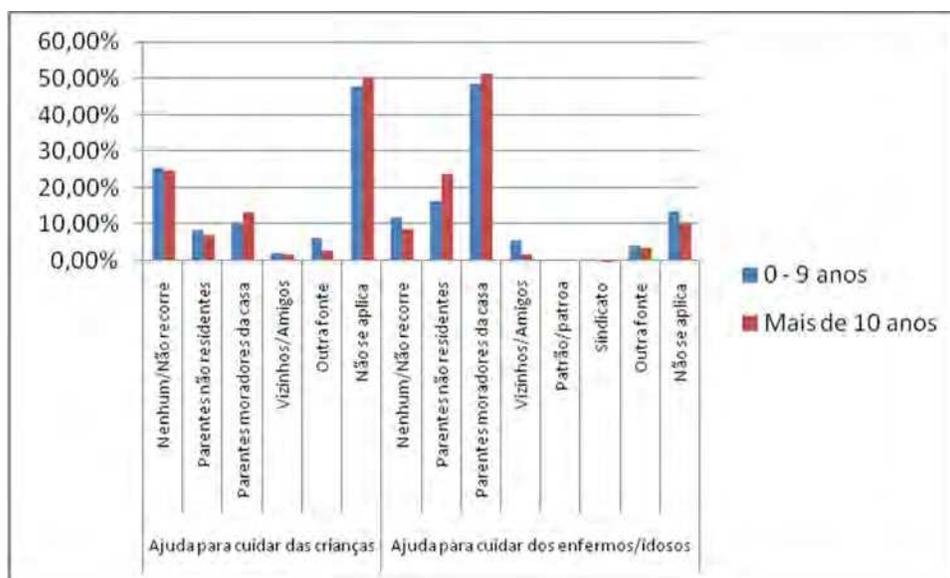
Se, mais uma vez, retirarmos a influência direta dos naturais nesse quesito temos que 81,6% dos chefes domiciliares migrantes são dependentes de redes sociais familiares quando necessitam de ajuda para cuidar de membro enfermo, ou ainda, de um idoso da família.

É interessante notarmos, no entanto, que 83,9% dos chefes domiciliares migrantes com mais de 10 anos de residência recorrem a este tipo de rede, enquanto que 75,1% dos migrantes recentes também o fazem.

Um dado importante para a análise é, pois, o fato de que os não migrantes mostram contar muito mais com a ajuda de parentes não residentes. Por um lado poderíamos pensar que esse fato mostraria que os migrantes seriam por sua própria condição de “*estrangeiros*” mais frágeis em relação às possibilidades de ajuda e diversificação da rede, particularmente a de parentesco. Isso poderia lhes atribuir uma deficiência adicional para enfrentarem seus problemas. Por outro lado, parece ser que esse maior percentual seja em função do fato de que os não migrantes apresentam um percentual reduzido de “*nenhum/não recorre*”. Ou seja, talvez os migrantes precisem lançar mão de mais e outras relações sociais para resolverem seus problemas. Tal diversificação da rede talvez tenha relação com sua própria condição de externo a região.

Os dados das tabelas 37 e 39 podem ser melhor visualizados e comparados a partir do Gráfico 5, logo abaixo. Nele nota-se a crescente importância das redes sociais embasadas em vínculos familiares como provedora de uma série de recursos.

Gráfico 5 – Possíveis Fontes de Recursos – Ajuda para Cuidar das Crianças x Ajuda para Cuidar de Enfermos/Idosos – Primeira Fonte – Responsáveis por Domicílios Urbanos - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007



Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (FAPESP/CNPq). NEPO/UNICAMP, 2007.

Tais recursos provenientes dessas específicas e particulares redes sociais podem, nesse sentido, também condicionar a mobilidade residencial intrametropolitana, uma vez que podem oferecer um cabedal diverso e amplo de ajudas e suportes distintos daqueles provenientes das redes de amizade e de vizinhança, por exemplo. Ou seja, a proximidade geográfica em relação à família pode ser algo a ser almejado, uma vez que há uma série de suportes e ajudas intrínsecos a esta unidade, fato este que pode ser demonstrado a partir do progressivo incremento da participação de parentes não residentes, como demonstrado nas tabelas anteriores, como fonte de ajuda para as mais diversas ocasiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repleto de anseios e expectativas o presente estudo teve como principal objetivo buscar as possíveis relações entre as noções de redes sociais, capital social e mobilidade residencial, particularmente, a intrametropolitana. Para tanto, foi necessário traçar paralelos e estabelecer, tomados os devidos cuidados, algumas pontes de conexão entre distintos estudos e modalidades da migração.

Uma das preocupações centrais do presente estudo foi a de demonstrar o valor da utilização de tais noções para o entendimento mais amplo e relacional do processo migratório intrametropolitano, uma vez que as mesmas, ou pelo menos a noção de redes sociais, são consideradas relevantes elementos mediadores para se compreender a migração internacional. Se é verdade que a diminuição dos custos e riscos da migração é um fator importante para essa modalidade de migração de mais longa distância, também é correto dizer que tão ou mais importante quanto este seriam os suportes, ajudas e recursos proporcionados pelas redes sociais, bem como pelo capital social que podem em grande medida favorecer a integração do migrante as áreas de destino. Dessa forma, entendemos que o presente estudo amplia as formas de se analisar o processo migratório intrametropolitano, na medida em que outras relações (familiares, amizade e vizinhança) também são agora levadas em consideração.

Além disso, foi interessante notar, inclusive a partir de outros estudos que abordam o tema, que o processo de expansão urbana da região está intrinsecamente relacionado à própria dinâmica dos processos migratórios intrametropolitanos que está em boa medida no cerne do processo de desconcentração populacional. No entanto, relacionado a estes processos mais gerais e contextuais podemos ainda encontrar mecanismos de mediação entre a mobilidade residencial intrametropolitana, as redes sociais e o capital social. Talvez um indício dessas relações seja o fato que as motivações para a migração se alteram de acordo com a escala territorial analisada (região, município ou bairro) .

Como tratamos de salientar nesse trabalho, capital e redes sociais são noções situadas em um nível intermediário de análise de diversos tipos de processos e fenômenos (migração, segregação socioespacial, etc.) pelos já referidos autores. O presente estudo parte do pressuposto que isso também ocorre no caso do processo migratório intrametropolitano, uma vez que este fenômeno não deveria ser entendido somente a partir das importantes e necessárias explicações

macro-estruturais; nem tampouco somente através dos fatores micro-estruturais do processo migratório.

Dessa forma, o intuito do presente estudo foi, antes de mais nada, demonstrar a relevância da utilização de tais noções em estudos do gênero. Tentou-se aqui, portanto, elucidar minimamente a partir de que mecanismos a relação entre mobilidade residencial intrametropolitana e as noções de rede social e capital social se estabeleceriam.

Como já tratado no Capítulo 1, grande parte dos estudos que se utilizam da noção de redes sociais o fazem a partir de um movimento específico, particularmente o de grande distância, tal como as migrações internacionais. Tais estudos mostram que alguns elementos do processo migratório, como o direcionamento do fluxo migratório, por exemplo, podem estar relacionados com a presença de contatos prévios em determinadas regiões. Nosso estudo mostrou que ao que tudo indica a situação não é diferente em relação à migração intrametropolitana, uma vez que vários achados empíricos sugeriram a relevância das redes como mediadoras do processo migratório que ocorre no interior da metrópole.

A noção de capital social também foi fundamental no desenvolvimento do presente estudo e também foi abordada no Capítulo 1. Assim, a capacidade de trocas e retribuições, presentes e futuras, se relaciona com processos de inserção e integração do migrante a metrópole. Nesse sentido, a importância de determinadas unidades sociais, tais como a família, mostraram-se notáveis. Pode-se mostrar, ainda que de forma indireta, que a proximidade em relação a esta (família), por ser importante fonte de ajuda e de recursos, parecia influir no direcionamento das mudanças residenciais intrametropolitanos.

A mobilidade residencial intrametropolitana, por sua vez, é influenciada tanto pelas redes sociais quanto pelo capital social, ao mesmo tempo em que pode influenciá-las, ou seja, experiências prévias de deslocamentos intrametropolitanos podem estruturar e diversificar redes sociais, assim como incrementar o capital social da rede. Tal fato foi demonstrado através da diferenciação dos migrantes em intrametropolitanos e migrantes externos.

As análises também sugeriram que a mobilidade residencial seria não apenas mediada pelas redes sociais e capital social, mas também poderia influenciar a quantidade e qualidade destas noções. De fato, pode-se mostrar, por exemplo, que experiências prévias de deslocamentos intrametropolitanos parecem estruturar e/ou diversificar redes sociais, assim

como podem incrementar o capital social da rede. Tal fato foi demonstrado através da diferenciação do comportamento dos migrantes em intrametropolitanos e migrantes externos.

O Capítulo 2, além de uma breve contextualização e caracterização da região, buscou relacionar os processos de expansão urbana com o processo migratório intrametropolitano. Nele tentou-se demonstrar a relevância da mobilidade, dos movimentos e dos deslocamentos internos da região.

Nesse sentido, enfatizou-se o fato de que as próprias limitações físico-territoriais da região eram importantes fatores explicativos para o seu processo de expansão e conformação urbana, principalmente através de processos de desconcentração populacional. Os movimentos migratórios intrametropolitanos exerciam importante papel nesse processo. Foi nesse capítulo também que foram minimamente traçados alguns aspectos desta modalidade da migração.

Assim, mostramos que o processo de expansão urbana da região, principalmente o processo de expansão da periferia metropolitana, deu-se, em boa medida, através de migrações ocorridas no interior da região, fato corroborado pelos dados que mostravam o elevado peso da migração de última origem dentro da própria região, correspondendo a 20% do total. Além disso, o processo migratório interno da região era também caracterizado por um grande número de migrantes com mais de uma etapa migratória (45,8%), fato e dado estes que demonstram uma intensa mobilidade intrametropolitana.

Ou seja, esses dados evidenciam que o processo de expansão da periferia metropolitana estava relacionado a processos de desconcentração populacional das áreas e municípios mais consolidados urbanisticamente.

As motivações para a migração também foram assunto do segundo capítulo, até como preâmbulo para o terceiro e último capítulo do presente estudo. Os dados analisados mostraram que para a escolha da região como destino da migração, a questão do mercado de trabalho exerceu peso importante, situação que não se repetia quando o destino era outro município metropolitano. Nesse caso, elementos ligados ao que se denominou mercado fundiário predominavam como motivação.

Dessa forma, além das motivações serem distintas segundo o deslocamento realizado, as mesmas alteravam-se segundo a escala de análise considerada (município ou região metropolitana). No entanto, acreditamos que maiores esforços e estudos seriam necessários a fim de que esta relação seja melhor evidenciada.

Por exemplo, uma inquietação que aflorou desse estudo e que deverá ser estudada e aprofundada futuramente é que as distintas motivações para a mudança explicitadas pelos migrantes de acordo com as áreas analisadas (região, município ou bairro) podem representar diferentes formas de relação destes migrantes para com estas áreas. Estudos pormenorizados da vizinhança e do bairro poderiam se configurar como importantes instrumentos de análise, já que poderiam explicitar outras possíveis relações, poderiam explicitar, por exemplo, os principais atrativos dessas áreas (proximidade em relação a equipamentos públicos, segurança, infraestrutura, etc.). Tais dados poderiam ser mais bem aprofundados a partir de uma pesquisa em profundidade, ou ainda, a partir de entrevistas conduzidas juntos aos migrantes, dado a dificuldade inerente de apreensão desses elementos através de uma pesquisa quantitativa.

Além disso, uma entrevista em profundidade poderia melhor caracterizar a real condição na qual o migrante chegou à região. Ou seja, poderia melhor captar a real utilização das redes familiares e domiciliares no processo de inserção e integração do migrante a região metropolitana, uma vez que pelo menos no presente estudo estas foram apontadas como uma das redes sociais mais relevantes para tais processos.

O terceiro capítulo se debruçou sobre as possíveis relações entre as noções aqui adotadas e a mobilidade residencial intrametropolitana. Antes, porém, tentou delinear algumas características básicas dos migrantes essencialmente de acordo com sua escolaridade. Não por acaso, os dados mostraram que a escolaridade apresentava evidente relação com as oportunidades diferenciadas de estabelecimento, desenvolvimento e diversificação das redes sociais.

Segundo nossas análises, a atuação das redes sociais como forma de contato e conhecimento da região para os menos escolarizados tiveram maior importância comparativamente aos mais escolarizados. Ou seja, pelo menos para a região em estudo e para os menos escolarizados, a mobilidade residencial esteve mais fortemente relacionada com a ação de redes sociais, principalmente, aquelas ligada às redes de parentesco, muito provavelmente pelo fato de que para estes migrantes as fontes de ajuda e suporte seriam menos diversificadas.

Um importante fato que corrobora a relevância das redes sociais no processo migratório pelo menos para os menos escolarizados é que mesmo “*oportunidades de emprego*” no destino sendo elencada com uma das principais motivações da migração para a região, cerca de 80% dos mesmos não possuíam emprego garantido quando aí chegaram. Todavia, 66,6% dos menos

escolarizados relataram que tomaram conhecimento da região através de amigos ou parentes. É nesse sentido, que podemos dizer que as redes sociais tenderiam a ser tão importantes para estes, haja vista que as redes sociais, especialmente as familiares, poderiam oferecer uma série de suportes e ajudas que garantiriam a inserção do migrante na região independentemente se ele já possui um emprego garantido, ou seja, ela ainda poderia garantir a inserção do migrante, pelo menos no primeiro momento, mesmo em situações adversas.

Diferentemente do que ocorre com os mais escolarizados, 60,6% destes (mais escolarizados) já conheciam a região, ou seja, possuíam algum tipo de experiência prévia sobre a mesma. Percebe-se a partir desse e outros dados analisados que a relação estabelecida entre redes sociais e migração, nesse sentido, seria mediada e condicionada também por atributos intrínsecos do indivíduo, tais como o nível de escolaridade, uma vez que tais atributos individuais se relacionam com processos de estruturação, desenvolvimento e diversificação das redes sociais.

Dessa forma, nossas análises dão algum suporte empírico para afirmar que mesmo considerando que os condicionantes da migração (no caso, para a região) estejam relacionados com processos macro-estruturais e contextuais, tais como diferenciais entre áreas de destino e origem, as redes sociais aparentam ser mediadoras do processo migratório.

O tempo de residência também se configura como importante elemento no entendimento das relações entre mobilidade residencial e redes sociais, uma vez que uma residência mais prolongada no território metropolitano pode levar a um incremento da rede social, abrindo possibilidades para que novos contatos/nós sejam constituídos. Dessa forma, o tempo de residência pode proporcionar tanto maior experiência e conhecimento sobre a região como desenvolver e diversificar a rede social.

No entanto, um elemento tão ou mais interessante para o desenvolvimento de redes sociais quanto o tempo de residência é a própria mobilidade residencial intrametropolitana, já que esta também pode implicar em maior acúmulo de experiências e conhecimento sobre a região e contribuir para o desenvolvimento de redes sociais mais diversificadas, ou seja, menos restritas às redes familiares. Um exemplo de sua relevância é o fato de que 22,4% dos migrantes intrametropolitanos no momento em que chegaram à região necessitaram contar com o suporte de parentes para conseguir fixar moradia. Na mudança para o município, no entanto, a porcentagem caía consideravelmente, passando para 5,84% dos mesmos.

Ainda assim, ressaltamos a importância das redes sociais de parentesco que, assim como outros atrativos e amenidades que geram diferenciais de localizações, figuram entre os elementos com força suficiente para mover grandes grupos de pessoas.

Assim, na mudança de município, em comparação com o aumento das possibilidades de ajuda de vizinhos (19,2%) e amigos (25,3%) é bastante expressivo o percentual (44,7%) daqueles que relataram um incremento da ajuda de parentes e familiares. Dessa forma, a proximidade em relação à família pode representar uma rede de suporte e apoio (principalmente de recursos materiais – financeiros, inclusive) mais efetiva e, até certo ponto, mais rapidamente utilizável. A proximidade em relação à família é almejada pela real efetividade e utilização desse tipo de rede e vinculação.

Por fim, mesmo que o presente estudo tenha apresentado muitos indícios sobre as possíveis relações entre redes sociais, capital social e mobilidade residencial intrametropolitana, muitas chaves de entendimento dessas mesmas relações ainda permanecem em aberto. Portanto, tais indícios não podem ser considerados como conclusivos pela própria natureza (não retrospectiva) dos dados da pesquisa domiciliar.

Como frisado em diversas passagens ao longo do presente estudo, a família pode ser encarada como importante unidade social, fomentadora de redes sociais, bem como fonte de recursos, ajuda e suporte, ou seja, como possível fonte de capital social. Motivações relacionadas a esta específica unidade se fazem constantemente presentes no discurso daqueles que se movimentaram internamente a região. Assim, embora fora do escopo, do tempo hábil e da possibilidade dos dados para a elaboração dessa dissertação, seria interessante e importante uma pesquisa em profundidade e de caráter retrospectivo, a fim de melhor entender questões e relações intrínsecas das famílias no momento das suas respectivas mudanças. Estes novos dados poderiam explicitar elementos outros do processo migratório, inclusive tecendo e mapeando para tanto a rede de contatos estabelecidos entre indivíduos e família, seus processos de integração à região, suas formas de ajuda, suporte e cooperação.

Isto posto, políticas públicas, tais como as conduzidas pelo governo estadual de remanejamento habitacional de assentamentos precários como, por exemplo, aquelas implantadas ou em implantação nos denominados “Bairros-Cota” localizados no município de Cubatão, deveriam levar em consideração a importância das redes sociais no processo de

integração dos indivíduos a região. Ou seja, tais políticas deveriam ser planejadas de um modo a minimizar as possíveis rupturas de vínculos dessas redes sociais.

Desse modo, o presente estudo espera ter contribuído para uma visão ampla do processo de mobilidade residencial intrametropolitana. Espera também ter ressaltado a importância das noções aqui utilizadas. Ou seja, espera ter demonstrado a relevância das redes sociais e do capital social como possíveis elementos mediadores da mobilidade residencial interna a metrópole bem como dos processos de integração e inserção dos migrantes (e até mesmo dos não migrantes) na região

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. B.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ASSIS, G. O. **Estar aqui, estar lá... uma cartografia da vida em dois lugares**. 1995. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- BAENINGER, R. **Reestruturação urbana**: algumas considerações sobre o debate atual. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.
- BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BORJAS, G. J. **Friends or strangers**: the impact of immigrants on the U.S. economy. New York: Basic Books, 1990.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986.
- BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International Migration Review**, Staten Island, v.23, n.3, 1989.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.19, n.4, oct./dec.2005.
- BURCH, T. Household and family demography: a bibliographic essay. **Population Index**, Princeton, v.45, n.2, apr.1979.
- CAIADO, M. C. S. **Estruturação intra-urbana e respostas sócio-demográficas: a diferenciação sócio-espacial da população na Região do Distrito Federal e Entorno**. 2004. 304f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- CASTELLS, M. **Imperialismo y urbanizacion em América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.94, 1988.
- CUNHA, J. M. P. **Intra-Metropolitan mobility, social networks and vulnerability**: a study of the Metropolitan Region of Campinas in São Paulo, Brazil. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2009.
- _____; JAKOB, A. A.; CUNHA, T. A. **Dinâmica intra-urbana**: migração e redes sociais na Região Metropolitana da Baixada Santista. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2009.
- _____. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.
- _____; JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A. F. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970. In: _____ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

_____. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.21, n.2, jul./dez.2004.

_____. Aspectos demográficos da estruturação das regiões metropolitanas brasileiras. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP/PRONEX, 2001.

_____. **Projeto Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999. (Relatório Final).

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. 311f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

DAVANZO, J. **Why families move: a model of the geographic mobility of married couples**. Santa Mônica: Rand Corporation, 1976.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. **Introducing social networks**. Grã Bretanha: Sage Publications, 1999.

DINERMAN, I. R. Patterns of adaptation among households of U.S. - Bound migrants from Michoacán, Mexico. **International Migration Review**, Staten Island, v.12, n.4, 1978.

FAWCETT, J. T. Networks, linkages and migration systems. **International Migration Review**, Staten Island, v.23, n.3, 1989.

FUSCO, W. Capital social e dinâmica migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos. **Textos NEPO**, 52, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2007.

_____. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. **Textos NEPO**, 40, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2002.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1997. (Coleção Ponta, 5).

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.78, n.6, 1973.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRANO, F. Y. O caminho para casa: o retorno dos Dekasseguis. **Textos NEPO**, 54, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2008.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

JAKOB, A. A. E.; CUNHA, J. M. P.; YOUNG, A. F. Riqueza à beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da Constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 2003. 234f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

KAZTMAN, R. et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT, 1999. (Documento de Trabajo, 107).

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.63, 2002.

_____. **A espolição urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 2.reimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

MACDONALD, J. S.; MACDONALD, L. D. Chain migration, ethnic neighbourhood formation and social networks. **Milbank Memorial Fund Quarterly**, New York, v.42, 1964.

MARICATO, E. Planejamento urbano no Brasil; as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. B.; VAINER, C.; _____. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996. (Série Estudos Urbanos).

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.22, n.64, jun.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>. Acesso em: 08 maio 2009.

_____; TORRES, H. As transformações recentes em São Paulo e o debate das cidades globais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.5, 2000.

MASSEY, D. S. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

_____; GOLDRING, L.; DURANT, J. Continuities in transnational migration: an analysis of nineteen Mexican communities. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.99, n.6, may/1994.

_____; _____. **Continuities in transnacional migration: an analysis of thirteen Mexican communities**. Washington, 1992. (Paper apresentado no Workshop U.S. Immigration Research: an Assessment of Data Needs for Future Reserch, financiado por National Research Council).

_____. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, v.56, n.1, 1990.

_____ et al. **Return to aztlan**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

PESSAR, P. A. The role of households in international migration and the case of the U.S. - Bound migration from the Dominican Republic. **International Migration Review**, Staten Island, v.16, n.2, 1982.

PIORE, A. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, A. Conclusion: theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism. **International Migration Review**, Staten Island, v.37, n.3, 2003.

- _____. The two meanings of social capital. **Sociological Forum**, US, v.15, n.1, 2000.
- _____. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, US, v.24, 1998.
- _____. Immigration theory for a new century: some problems and opportunities. **International Migration Review**, Staten Island, v.31, n.4, 1997.
- _____. From south of the border: hispanic minorities in the United States. In: YANS, M. V. **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. Nova York: Oxford University Press, 1990.
- PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, Washington, v.6, n.1, 1995.
- _____. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, US, v.13, n.1, 1993.
- ROLNIK, R.; KOWARICK, L.; SOMEKH, N. (Org.). **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ROOT, B. D.; DeJONG, G. F. Family migration in a developing country. **Population Studies**, London, v.45, n.2, 1991.
- SAEGERT, S. Social capital and the culture of power: lessons from the field. In: SAEGERT, S. et al. (Org.). **Social capital and poor communities**. New York: Russell Sage Foundation, 2001.
- SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- _____. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: Vários Autores. **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: Editora LTr, 1995.
- SANTOS, A. P. R. **Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista: mobilidade populacional e diversidade socioespacial**. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Nobel, 1990.
- SASAKI, E. Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. **Textos NEPO, 39**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2001.
- SASSEN, S. Immigration and local labor markets. In: PORTES, A. et al. (Org.). **The economic sociology of immigration**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1995.
- _____. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: University Press, 1988.
- SCHMINK, M. Household economic strategies: a review and research agenda. **Latin American Research Review**, US, v.19, n.3, 1984.
- SILVA, R. B. **Vulnerabilidades e mobilidade pendular na Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. A cidade dos anéis: São Paulo. In: QUEIROZ, L. C. (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS, M. V. **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

_____; BROWN, C. H. Uprooting, kinship, and auspices of migration. **International Journal of Comparative Sociology**, Toronto, v.8, 1967.

TORRES, H.; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n.4, 2002.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp/Lincoln Institute/Nobel, 2000.

_____. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A. et al. **Metrópole e globalização**. São Paulo: CEDESP, 1999.

ZÜNDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

ANEXO 1 – COMENTÁRIOS SOBRE OS MATERIAIS

Pode-se pensar que um dos motivos pelos quais sejam tão exíguos os trabalhos sobre mobilidade residencial e redes sociais, sobretudo nos estudos demográficos, seria a completa inexistência desse tipo de dado nos fontes tradicionalmente utilizadas pelos demógrafos, em particular os Censos e PNADs. Assim sendo, para apreender, ainda que de forma aproximada, a atuação das redes sociais e do capital social como condicionantes da mobilidade residencial intrametropolitana seria necessário dados especificamente coletados.

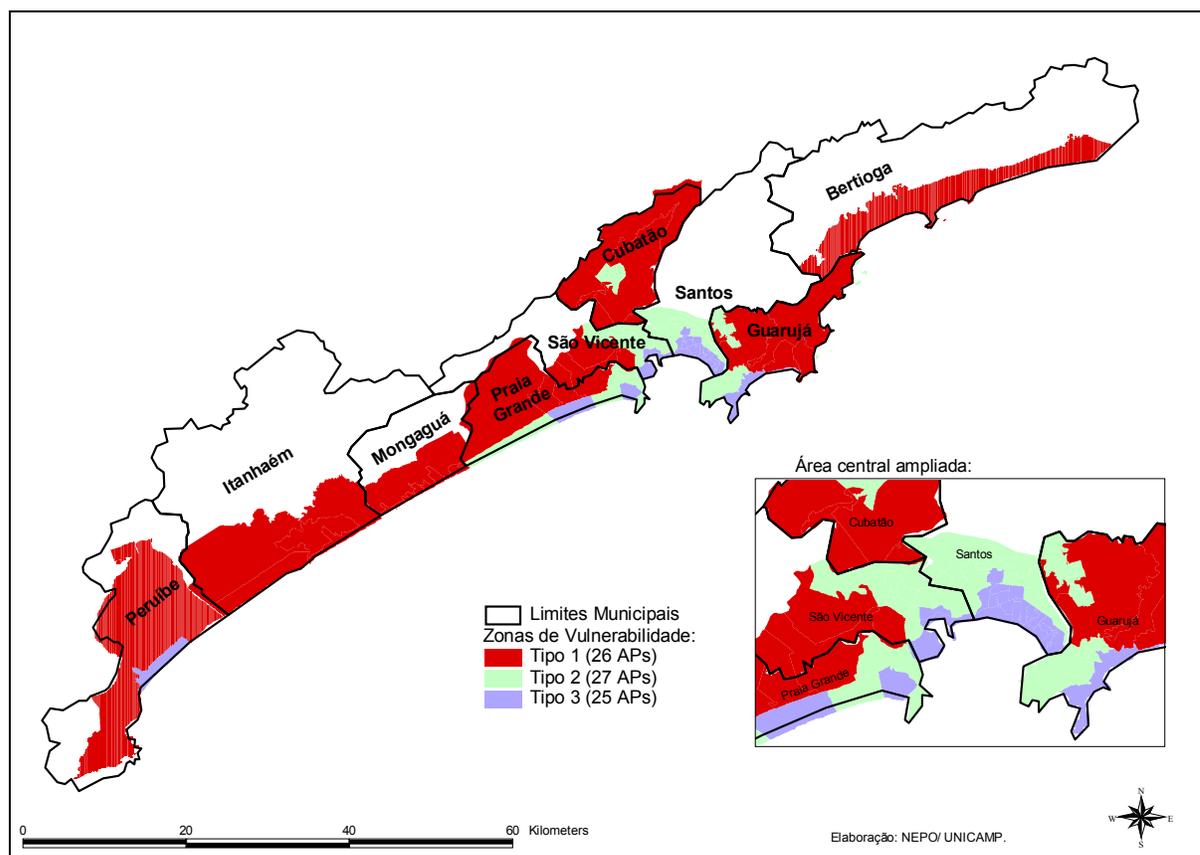
Para tanto lançamos mão de uma pesquisa domiciliar amostral realizada em 2007 em duas importantes regiões metropolitanas do interior paulista, no caso, na Região Metropolitana de Campinas (RMC) e na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Assim, embora com limitações, muitas delas intrínsecas ao caráter do tipo de pesquisa transversal que, por exemplo, não permite o acompanhamento, ao longo do tempo dos entrevistados, os dados aqui analisados permitem estabelecer uma série de relações entre o histórico de mobilidade residencial dos indivíduos e aspectos relativos às redes e capital social.

Por esse razão, nos parece fundamental apresentar algumas das características da pesquisa domiciliar utilizada em termos de sua formulação, desenho amostral, quesitos levantados, além de algumas definições utilizadas nesse estudo e derivadas da pesquisa.

A pesquisa domiciliar realizada na Baixada Santista contou com cerca de 1.600 questionários domiciliares, envolvendo cerca de 4.800 pessoas. Estes questionários foram aplicados a partir de uma amostra estratificada em dois estágios utilizando para tanto as chamadas “*Zonas de Vulnerabilidade*”, estratos socioeconômicos criados com base nos dados do Censo Demográfico de 2000 (CUNHA; JAKOB; CUNHA, 2009). Outra importante característica da pesquisa que merece ser destacada é que esta considerou apenas os setores censitários urbanos para o levantamento das informações.

As zonas de vulnerabilidade da Baixada Santista podem ser observadas na Figura 3.

Figura 3 – Localização das Zonas de Vulnerabilidade - Região Metropolitana da Baixada Santista, 2007



Fonte: Projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sociodemográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos. NEPO/UNICAMP, 2007.

Em primeiro lugar, é importante dizer que esta pesquisa permite conhecer, entre outras, as características dos movimentos migratórios que chegam à Região Metropolitana da Baixada Santista, assim como também dos movimentos intermunicipais e intramunicipais.

Entre os elementos enfatizados, destacam-se a composição sociodemográfica dos migrantes, os motivos da migração e, o que muito nos interessa, elementos que permitem avaliar a existência das redes sociais e a aquisição ou perda de capital social.

O questionário da pesquisa é dividido em uma série de módulos, cada um deles versando sobre uma problemática específica. Desse modo, o produto total é dividido em questões e dados sobre características gerais do domicílio, entorno e percepção ambiental (módulo 1), características sociodemográficas gerais da população (módulo 2), trabalho e rendimentos (módulo 3), mobilidade espacial (módulo 4), família e comunidade (módulo 5), saúde (módulo 6) e, por fim, educação (módulo 7). Em todos os módulos há quesitos que possibilitam, de

alguma forma, captar a existência, a atuação e a interação das redes sociais e do capital social com o tema título do módulo.

No caso particular dos módulos 2 e 4 é possível obter informações relevantes sobre parte da trajetória migratória de todos os indivíduos dos domicílios. Dados sobre residência anterior, bem como tempo de residência no município, no bairro e no próprio domicílio são algumas das questões presentes. Comparativamente às fontes usuais de dados, como os dados secundários das amostras de Censos Demográficos e PNAD, tais quesitos são enriquecedores para a discussão sobre a dinâmica migratória intrametropolitana e para a reconstrução das trajetórias migratórias desses domicílios e dos seus chefes (CUNHA, 2009).

Para efeitos da presente pesquisa a unidade de análise será o domicílio, embora na maior parte das vezes serão analisados os dados apenas do responsável. A hipótese assumida pela pesquisa é que a decisão migratória é tomada dentro da unidade domiciliar e que de certa forma a trajetória de seu responsável seria uma bom indicativo dos processos pelos quais passou a família (ou famílias) que aí vivem.

A importância da família como unidade de análise para o estudo da migração é enfatizada por Boyd (1989). Contatos sociais são essenciais para o conceito de redes sociais, sendo o domicílio um campo fértil para seu desenvolvimento. São esses contatos sociais que nutrem a rede de informações e assistência, aumentando e catalisando a interação entre seus usuários, participantes, entidades e agentes (nós), sendo, inclusive, importantes elementos de influência nos processos de decisão migratória no âmbito individual dos mesmos.

Também como ressalta Cunha (2009), além dos motivos conceituais explicitados acima, outros motivos, estes mais práticos, colaboram e reiteram a utilização dos chefes de domicílio como uma boa proxy para a situação do domicílio.²²

A partir destes dados é possível definir algumas variáveis de interesse para o presente estudo. Nesse sentido, é importante explicitarmos algumas destas definições.

Talvez uma das mais importantes diz respeito à categoria migrante. Nesse caso, seria todo o indivíduo que já morou em outro município distinto daquele em que residia no momento da entrevista. Além disso, estes migrantes serão classificados, segundo as necessidades da análise, ao menos de duas maneiras: a primeira, segundo o tempo de residência (recentes, com menos de

²² É claro que o domicílio é muito mais complexo e dessa forma o processo de tomada de decisões também o é. No entanto, o presente estudo se utiliza do chefe de domicílio como representação desta unidade até mesmo para minimizar a influência da migração indireta, ou seja, de crianças e dependentes.

10 anos de residência no município e antigos ou de longa data, no caso dos que moravam há mais de 10 anos); a segunda maneira em relação à modalidade do movimento migratório realizado, ou seja, se externo (se a residência anterior era fora da RM) ou intrametropolitano (em caso contrário).

A pesquisa, além de conhecer as características dos movimentos intermunicipais e intramunicipais, permite, portanto, buscar possíveis relações entre as noções de redes sociais e capital social e a mobilidade residencial intrametropolitana de forma mais aprofundada do que as fontes usuais de dados utilizadas pelos demógrafos.

Serão estes, portanto, alguns aspectos a serem considerados ao longo do presente estudo.